

2021



Notas Explicativas

SUMÁRIO

NOTAS EXPLICATIVAS CONSOLIDADAS

Contexto Operacional.....	04
Novo Normativo Contábil	06
Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Contábeis	09
Principais Práticas Contábeis.....	12
Gestão de Riscos	17
Partes Relacionadas	21
Saldos de Contas com Denominação “Outros”	22
Ação Civil FENAPAS	23
Eventos Subsequentes	23

NOTAS EXPLICATIVAS POR Plano DE BENEFÍCIOS

I. Plano PBS-A.....	24
II. Plano PBS-Telebras	40
III. Plano PBS-CPqD	55
IV. Plano PBS-Sistel.....	68
V. Plano CPqDPrev	79
VI. Plano TelebrasPrev	93
VII. Plano InovaPrev.....	107
VIII. PAMA.....	118
IX. PGA.....	128



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando
indicados de outra forma)

CONTEXTO OPERACIONAL

1.1 A Fundação

A Fundação Sistel de Seguridade Social ("Sistel", "Fundação" ou "Entidade") é uma pessoa jurídica de direito privado, de fins previdenciais e não lucrativos. Criada em 9 de novembro de 1977, tem por objetivo instituir e operar Planos privados de concessão de rendas ou de pecúlios, de benefícios complementares ou assemelhados da previdência oficial, aos empregados e seus grupos familiares ou àqueles que a estes se assemelhem, vinculados às Patrocinadoras dos Planos administrados pela Fundação, mediante contribuições de seus Participantes, das respectivas Patrocinadoras ou de ambos, na forma que dispuserem os respectivos regulamentos dos Planos de Benefícios. São observadas as Leis nº 108 e 109/2001, bem como suas alterações e demais regulamentações posteriores. Por decorrência, obedecem às normas e instruções do CNPC – Conselho Nacional de Previdência Complementar e da PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar.

Conforme alterações estatutárias, aprovadas pela Portaria nº 675/2000, da então Secretaria da Previdência Complementar (SPC), cada Patrocinadora ou grupo de Patrocinadoras, independente de vinculação societária ou de outro vínculo de coligação, controle ou associação entre si, poderá instituir ou patrocinar Planos de Benefícios comuns ou específicos, com custeio próprio, para determinado grupo de empregados ou a quem deles se assemelhem, nos termos da legislação vigente, conferindo à Fundação, não só a característica de Entidade multipatrocinada, como também de administradora de Planos múltiplos. A Fundação Sistel, na condição de Entidade multipatrocinada e administradora de Planos múltiplos, é responsável pela administração de Planos de Benefícios Previdenciais nas modalidades de Benefício Definido, Contribuição Definida e Contribuição Variável, em conformidade com a Resolução CNPC nº 41, de 9 de junho de 2021.

Entende-se por Plano de Benefício de caráter previdencial na modalidade de Benefício Definido aqueles cujos benefícios programados têm seu valor ou nível previamente estabelecidos, sendo o custeio determinado atuarialmente, de forma que se assegure sua concessão e manutenção; de Contribuição Definida aquele cujos benefícios programados têm seu valor permanentemente ajustado ao saldo da conta mantido em favor do Participante, inclusive na fase de percepção de benefícios, considerando o resultado de sua aplicação, os valores aportados e os benefícios pagos; e Contribuição Variável aqueles cujos benefícios programados apresentam a conjugação das características das modalidades de Contribuição Definida e Benefício Definido.

A Fundação Sistel administra também um Plano de Benefícios Complementar de caráter financeiro, denominado PAMA, que segue a mesma regulação aplicável aos Planos Previdenciais. A escrituração contábil da Fundação Sistel é elaborada por Plano, formando um conjunto de informações consistentes e transparentes, com objetivo de caracterizar cada uma das atividades realizadas e a independência patrimonial, conforme previsto na Instrução Normativa Previc nº 31, de 20 de agosto de 2020.

A Fundação Sistel administra sete Planos de Benefícios Previdenciais, sendo quatro Planos enquadrados como de Benefício Definido (BD), identificados pela sigla "PBS"; um Plano enquadrado como de Contribuição Definida (CD), identificado pelo sufixo "PREV", e dois Planos enquadrados como Contribuição Variável (CV), também identificados pelo sufixo "PREV" além do Plano de Benefícios Complementar Financeiro Denominado PAMA. Para a gestão administrativa dos Planos de Benefícios, a Entidade utiliza o Plano de Gestão Administrativa – PGA, previsto na legislação do segmento de Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC, com escrituração contábil segregada dos Planos de Benefícios.

1.2 A Relação de Patrocinadores dos Planos de Benefícios da Entidade

Plano de Benefícios	CNPB	Patrocinadores
PBS - Assistidos - BD	1991001029	Oi S.A.
		Oi Móvel S.A.
		Telefônica Brasil S.A.
		Telecomunicações Brasileiras S.A. - Telebras
		Fundação CPqD
		TIM S.A.
		Fundação Sistel de Seguridade Social
PBS-Telebras - BD	2000001947	Telecomunicações Brasileiras S.A. - Telebras
PBS-CPqD - BD	2000000819	Fundação CPqD
PBS-Sistel - BD	2000000983	Fundação Sistel de Seguridade Social
CPqDPrev - CV	2000004318	Fundação CPqD
		PADTEC S.A. Prod. Alto Desafio Tec. Camp.
		Instituto Atlântico
		JÁ! Indústria e Comércio de Prod. e Serv. de TI Comunic. Ltda.
TelebrasPrev - CV	2002003947	Telecomunicações Brasileiras S.A. - Telebras
InovaPrev - CD	2013001592	Fundação CPqD
		Instituto Atlântico
		JÁ! Indústria e Comércio de Prod. e Serv. de TI Comunic. Ltda.
		PADTEC S.A. Prod. Alto Desafio Tec. Camp.
PAMA	4009670029	Fundação Sistel de Seguridade Social
		Telecomunicações Brasileiras S.A. - Telebras
		Fundação CPqD
		Telefônica Brasil S.A.
		TIM S.A.
		Oi Móvel S.A.
		Oi S.A.

Em relação ao exercício de 2020, a Patrocinadora Telemar Norte Leste S.A. foi incorporada à Oi S.A. enquanto as Patrocinadoras Tim Participações S.A. e Tim Celular S.A foram incorporadas a Tim S.A.

O quadro abaixo demonstra a população total da Entidade, sendo segregada por Plano de Benefícios administrados:

Plano de Benefícios	Tipo	Participantes						Qntd. Total 2021	Qntd. Total 2020
		Ativos		Assistidos		Pensionistas			
		Qntd.	Idade Média	Qntd.	Idade Média	Qntd.	Idade Média		
PBS-A	BD	-	-	14.891	74,9	6.355	72,5	21.246	21.698
PBS-Telebras	BD	8	68,8	95	71,5	12	68,8	115	115
PBS-CPqD	BD	3	55,6	24	70,5	1	71,2	28	28
PBS-Sistel	BD	-	-	5	71,2	1	76,6	6	6
CPqDPrev	CV	337	47,8	320	65	28	65,2	685	694
TelebrasPrev	CV	288	48	156	68,7	18	60,9	462	473
InovaPrev	CD	1.151	39,1	31	61,7	4	68,7	1.186	1.055
TOTAL		1.787	42,3	15.522	74,6	6.419	73,3	23.728	24.069
PAMA*	Financeiro	26.201	72,15	-	-	-	-	26.201	27.340

*O PAMA é um Plano de benefícios acessório dos Planos PBS (Benefício Definido). A quantidade total apresentada não contempla os beneficiários suspensos e cancelados. O Plano conta com beneficiários de Planos transferidos para outras Entidades.



1.3 Efeitos da COVID-19

Nos últimos dois anos, a economia brasileira e mundial foram abaladas pela pandemia da COVID-19 e devido a este evento, pessoas, empresas e governos tiveram que se adaptar rapidamente a este novo cenário, para que não houvesse a derrocada da economia.

Dado este cenário, nos últimos períodos, o Governo Federal flexibilizou várias medidas de cunho fiscal e trabalhista, dentre outras, com o intuito de dar às empresas e pessoas mobilidade suficiente para suportar este período, tais como flexibilização das relações trabalhistas, manutenção de auxílios emergenciais aos mais afetados, bem como a prorrogação da isenção de certos tributos como o IOF, Imposto sobre Operações Financeiras.

Neste exercício, enquanto alguns governos estão começando a reduzir as restrições, outros continuam aplicando medidas de restrição de acesso. A pandemia da COVID-19 continua impactando as entidades e os ambientes econômicos em diversas maneiras, porém, a Fundação Sistel, apesar de estar inserida neste contexto, pouco sofreu, permanecendo em constante observação a este cenário e ao ambiente normativo, mantendo seus Colaboradores no regime de teletrabalho, tendo em vista que a Fundação Sistel já possuía este regime em prática desde o ano de 2018 para parte de seus Colaboradores. Diante disso, em 2021, a Fundação Sistel continuou operando normalmente, sem nenhuma medida excepcional na administração dos Planos de Benefícios. Na avaliação da Administração da Entidade, não há impactos relevantes da COVID-19 sobre o desempenho dos Planos por ela administrados.

NOTA 2

NOVO NORMATIVO CONTÁBIL

2.1 Alteração Normativa

Em 2020, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC editou a Instrução Normativa nº 31, atualizada pela Instrução Normativa nº 44/2021. Esta norma passou a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2021 e estabelece os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar, estrutura o Plano contábil padrão, instrui a função e o funcionamento das contas, a forma, o meio e a periodicidade de envio das demonstrações contábeis. Essas adequações representam uma evolução ao tratamento contábil dado aos Planos de Benefícios e PGA das entidades, mas não têm efeito sobre a situação patrimonial e seus respectivos resultados.

Neste sentido, as demonstrações contábeis relativas ao exercício social de 2020 consolidadas e individualizadas dos Planos de Benefícios e de gestão administrativa foram ajustadas para fins comparativos com o exercício social de 2021. A obrigatoriedade da apresentação das demonstrações contábeis de 2020 reclassificadas está contida no anexo III da Instrução Previc nº 44, de 23 de novembro de 2021, da seguinte forma:

Para o exercício de 2021 as informações comparativas do exercício anterior devem ser reclassificadas e evidenciadas em item específico nas notas explicativas.

2.2 Impactos nas Demonstrações Consolidadas

2.2.1 Balanço Patrimonial Consolidado

Os valores apresentados no Balanço Patrimonial de 2020 permanecem idênticos ao anteriormente apresentado, sem apresentar impactos após entrada em vigor da Instrução Normativa Previc nº 31/2020, atualizada pela Instrução Normativa Previc nº 44/2021.

2.2.2 Demonstração da Mutação do Patrimônio Social

Os valores apresentados na Demonstração da Mutação do Patrimônio Social em 2020 apresentam pequenas modificações em relação ao anteriormente apresentado, devido às reclassificações realizadas para atendimento aos normativos. Apresentamos abaixo os impactos das reclassificações:

Adições: foi realizada a abertura na rubrica Contribuições Previdenciais, sendo reclassificado o montante de R\$ 197 para uma nova rubrica denominada Outras Adições Previdenciais. Além disso, foi reclassificado o montante de R\$ 1.831 do grupo de Adições – Contribuições Previdenciais, para o grupo Deduções – Desoneração de Contribuições de Patrocinadores. Este montante refere-se à utilização do fundo previdencial para abatimento de contribuições das Patrocinadoras em 2020.

Destinações: foi realizada a abertura dos valores de Benefícios em três grupos. Benefícios passou a ter o montante de R\$ 1.075.593, abertura em resgates no valor de R\$ 10.843, portabilidade no valor de R\$ 384 e outras deduções no montante de R\$ 109. Além disso, conforme descrito anteriormente, houve a abertura do novo grupo Deduções – Desoneração de Contribuições de Patrocinadores no montante de R\$ 1.831.

Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social: foi realizada a reclassificação na rubrica de Fundos Previdenciais no montante de R\$ 634.900, decorrentes do pagamento de superávit realizado no exercício para o grupo de Outros Eventos do Patrimônio Social.

Outros Eventos do Patrimônio Social: foi reclassificado para este novo grupo, criado pela alteração normativa, o montante de R\$ 634.900, o que deixa transparente o montante pago de superávit no exercício para o usuário da informação contábil.

Descrição	2020 - Reclassificado pela IN Previc nº 31/2020, alterada pela IN nº 44/2021	Apresentado em 2020 – pela IN SPC nº 34/2009
A) Patrimônio Social – início do exercício	18.442.302	18.442.302
1. Adições	2.592.097	2.590.265
Contribuições Previdenciais	113.610	111.975
Outras Adições Previdenciais	197	-
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	2.237.737	2.237.737
Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	131.683	131.683
Receitas Administrativas	22.851	22.851
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	75.686	75.686
Constituição de Fundos para Garantia das Operações com Participantes	10.333	10.333
2. Destinações	(1.141.807)	(1.774.875)
Benefícios	(1.075.593)	(1.721.828)
Resgates	(10.843)	-
Portabilidade	(384)	-
Desoneração de Contribuições de Patrocinador(es)	(1.831)	-
Outras Deduções	(109)	-
Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-	-
Despesas Administrativas	(51.206)	(51.206)
Constituição Líquida de Contingências - Gestão Administrativa	(1.841)	(1.841)
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	1.450.290	815.390
Provisões Matemáticas	349.607	349.607
Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	691.206	691.206
Fundos Previdenciais	353.653	(281.247)
Fundos Administrativos	45.491	45.491
Fundos para Garantia das Operações com Participantes	10.333	10.333
4. Outros Eventos do Patrimônio Social	(634.900)	-
Outros Eventos do Patrimônio Social	(634.900)	-
5. Operações Transitórias	-	-
B) Patrimônio Social – final do exercício (A+3+4+5)	19.257.692	19.257.692

2.2.3 Demonstração do Plano de Gestão Administrativa

Até o exercício social findo em 31/12/2020, os valores das despesas administrativas eram apresentados de forma segregada entre administração previdencial, administração dos investimentos, comuns e específicas. Para fins de reclassificação comparativa, os valores das despesas administrativas apresentados em 2020 foram consolidados, não acarretando em alteração de valores nas despesas administrativas totais e no valor do Fundo Administrativo Consolidado.

Descrição	2020 - Reclassificado pela IN Previc nº 31/2020, alterada pela IN nº 44/2021	Apresentado em 2020 pela IN SPC nº 34/2009
2 Despesas Administrativas	(51.206)	(51.206)
2.1 Administração Previdencial	-	(41.067)
Pessoal e encargos	(27.603)	(22.085)
Treinamentos/congressos e seminários	(217)	(185)
Viagens e estadias	(115)	(95)
Serviços de terceiros	(12.181)	(10.835)
Despesas gerais	(4.626)	(2.565)
Depreciações e amortizações	(725)	(421)
Tributos	(5.739)	(4.881)
Contingências	-	-
Outras Despesas	-	-
2.2 Administração dos Investimentos	-	(10.139)
Pessoal e encargos	-	(5.518)
Treinamentos/congressos e seminários	-	(32)
Viagens e estadias	-	(20)
Serviços de terceiros	-	(1.346)
Despesas gerais	-	(2.061)
Depreciações e amortizações	-	(304)
Tributos	-	(858)

NOTA 3

BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

3.1 Base de Preparação e Apresentação

As demonstrações contábeis são de responsabilidade da administração da Fundação Sistel de Seguridade Social e foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, aplicáveis às Entidades Fechadas de Previdência Complementar, em conformidade com as diretrizes contábeis estabelecidas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, do Ministério da Economia.

A escrituração contábil da Fundação Sistel é elaborada de acordo com a Resolução CNPC nº 43, de 6 de agosto de 2021, e posteriores alterações que consolidam os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar.

São observadas ainda, no momento da escrituração, a Instrução Normativa Previc nº 31/2020. A contabilidade da Fundação Sistel deve observar ainda as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC TG) editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e a Estrutura Conceitual para Elaboração das Demonstrações Contábeis. Além destas normas, são aplicados os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aplicáveis a este segmento econômico.

Dentre outras normas específicas, são atendidas ainda a Resolução CGPC nº 29/2009 – critérios e limites para custeio das despesas administrativas vigente até 31/12/2021, alterada pela Resolução CNPC nº 48/2021 que passa a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2022.

A sistemática aplicada pela legislação em vigor apresenta como principal característica a segregação dos registros contábeis em: Gestão Previdencial (atividade de registro e controle das contribuições, benefícios e dos resultados dos Planos de Benefícios); Gestão Administrativa (atividades de registro e controles inerentes à administração dos Planos de Benefícios); e investimentos (registros das aplicações dos recursos dos Planos de Benefícios e do PGA).

Além disso, os registros são realizados de forma descentralizada, sendo registrados individualmente nos respectivos Planos de Benefícios e PGA. As atividades de registro e controle das contribuições, dos benefícios e dos institutos previstos no art. 14 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001.

3.2 Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas de acordo com a Resolução CNPC nº 43, de 6 de agosto de 2021. São obedecidas também a Instrução Previc nº 31, de 20 de agosto de 2020, e a Instrução Previc nº 44, de 23 de novembro de 2021. São elaboradas as seguintes demonstrações contábeis:

Balanco Patrimonial: é elaborado de forma consolidada, demonstrando o saldo das contas do ativo, passivo e patrimônio social dos Planos de Benefícios e PGA.

Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS: é uma demonstração consolidada e apresenta as movimentações ocorridas que causaram modificações no patrimônio social dos Planos de Benefícios e do PGA.

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA: apresentada de forma consolidada, evidencia o resultado da atividade administrativa da Entidade e as muta es ocorridas no fundo durante o exercício.

Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DAL: apresentada por Plano de Benefícios, evidencia a composi o do ativo líquido disponível para cobertura das obriga es com os Assistidos.

Demonstração da Muta o do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DMAL: apresentada por Plano de Benefícios, destina-se a evidenciar as muta es ocorridas no ativo líquido dos Planos de Benefícios durante o exercício.

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA por Plano de Benefícios: apresentada por Plano de Benefícios destina-se a evidenciar a composi o dos elementos que provocaram as altera es ocorridas no fundo administrativo correspondentes a um Plano de Benefícios especificamente, fundo esse cuja finalidade é a Gestão Administrativa de um Plano de Benefícios específico da Entidade.

Demonstração das Provisões Técnicas por Plano de Benefícios – DPT: apresentada por Plano de Benefícios, evidencia a composi o das provisões técnicas dos Planos.

Todas as informa es relevantes próprias das demonstra es contábeis consolidadas e por Plano de Benefícios estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão das opera es da Funda o.

As demonstra es contábeis consolidadas e individuais por Plano de Benefícios foram analisadas pelo Comitê de Auditoria, pelo Conselho Fiscal e aprovadas pelo Conselho Deliberativo da Funda o Sistel em 24 de fevereiro de 2022.

3.3 Consolida o das Demonstra es Contábeis

No Balanço consolidado da Sistel, são realizadas as seguintes elimina es decorrentes de opera es entre os Planos de Benefícios e o PGA:

Realizável – Gestão Previdencial são eliminados os saldos referentes às moviment es financeiras de recursos a receber de outros Planos de Benefícios administrados pela Entidade.

Realizável – Gestão Administrativa – são eliminados os reembolsos a receber dos Planos de Benefícios para custeio administrativo.

Exigível Operacional – Gestão Previdencial – são eliminados os reembolsos a pagar dos Planos de Benefícios para custeio administrativo e as movimentações financeiras de recursos a pagar para outros Planos de Benefícios administrados pela Entidade.

Exigível Operacional – Gestão Administrativa - são eliminados os reembolsos a pagar dos Planos de Benefícios para custeio administrativo e as movimentações financeiras de recursos a pagar para outros Planos de Benefícios administrados pela Entidade.

Exigível Operacional – Investimentos - são eliminados os valores do custeio de investimentos que os Planos de Benefícios devem reembolsar ao Plano de Gestão Administrativa.

Patrimônio Social – Fundos – são eliminados os valores referentes à contabilização da participação de cada Plano da Gestão Previdencial no Plano de Gestão Administrativa.

A seguir, demonstra-se o detalhamento dos ajustes e as eliminações decorrentes da consolidação das demonstrações contábeis no exercício de 2021:

Grupos de Contas	Consolidado antes das eliminações		Eliminações do Consolidado	Consolidado após as eliminações
	Planos de Benefícios	PGA		
Disponível	103	11	-	114
Realizável	21.494.738	1.035.742	(990.036)	21.540.444
Gestão Previdencial	69.003	-	-	69.003
Gestão Administrativa	986.662	40.409	(990.036)	37.035
Investimentos	20.439.073	995.333	-	21.434.406
Imobilizado e Intangível	-	9.251	-	9.251
Total do Ativo	21.494.841	1.045.004	(990.036)	21.549.809
Exigível Operacional	76.785	17.075	(3.374)	90.486
Gestão Previdencial	62.676	-	(2.085)	60.591
Gestão Administrativa	-	13.664	-	13.664
Investimentos	14.109	3.411	(1.289)	16.231
Exigível Contingencial	829.064	41.267	-	870.331
Gestão Previdencial	728.481	-	-	728.481
Gestão Administrativa	-	41.267	-	41.267
Investimentos	100.583	-	-	100.583
Patrimônio Social	20.588.992	986.662	(986.662)	20.588.992
Patrimônio de Cobertura do Plano	16.997.037	-	-	16.997.037
Provisões Matemáticas	14.214.367	-	-	14.214.367
Equilíbrio Técnico	2.782.670	-	-	2.782.670
Superávit/Déficit Técnico Acumulado	2.782.670	-	-	2.782.670
Fundos	3.591.955	986.662	(986.662)	3.591.955
Previdenciais	2.491.018	-	-	2.491.018
Administrativos	986.662	986.662	(986.662)	986.662
Fundos de Operações com Participantes	114.275	-	-	114.275
Total do Passivo + Patrimônio Social	21.494.841	1.045.004	(990.036)	21.549.809

PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas adotadas seguem princípios, métodos e critérios uniformes em relação às demonstrações contábeis do exercício anterior.

4.1 Políticas Específicas Aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2021

A Fundação Sistel passou a adotar em 2021 a Instrução Normativa Previc nº 31/2020, que, dentre suas alterações, modificou as faixas para provisionamento de devedores duvidosos. Essa alteração não traz impacto relevante no resultado individual dos Planos e nem no consolidado. A mudança altera a faixa inicial para constituição de provisão para perdas a partir de 1% para atrasos de 30 dias enquanto a resolução anterior aplicava a partir de 25% após 60 dias de atraso. As aberturas das respectivas faixas para o período mais antigo das demonstrações e os impactos, considerados irrelevantes, gerados estão descritos nas notas explicativas dos respectivos Planos.

4.2 Estimativas e Premissas Contábeis

As estimativas contábeis foram baseadas no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis, cuja metodologia adotada envolve normalmente fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a vida útil do ativo imobilizado, a avaliação da carteira de investimentos quando efetuada a valor de mercado, a provisão para créditos de liquidação duvidosa, a provisão para demandas judiciais, ativos e passivos relacionados a Participantes, Assistidos e empregados e os cálculos atuariais (provisões matemáticas). A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá eventualmente resultar em valores diferentes daqueles registrados/provisionados. Visando um acompanhamento permanente dessas estimativas, a Fundação Sistel revisa, conforme o caso, as metodologias e as premissas inerentes pelo menos anualmente.

4.3 Realizável Gestão Previdencial

São registrados os recursos a receber provenientes de contribuições, observando o Plano de Custeio, assim como adiantamentos e os depósitos judiciais.

4.4 Realizável Gestão Administrativa

São registrados os recebíveis inerentes à gestão administrativa da Entidade, tais como decorrentes da folha de empregados, os depósitos judiciais/recursais e o custeio a receber dos Planos de Benefícios.

4.5 Realizável Gestão de Investimentos

São registradas as aplicações de recursos dos Planos de Benefícios e do PGA, de acordo com os limites operacionais de aplicações determinados na Resolução CMN nº 4.661/2018 e posteriores alterações.

4.6 Investimentos

Os limites operacionais de aplicações dos recursos garantidores das provisões matemáticas, fundos e provisões passivas, também denominadas de provisões técnicas, são determinados pela Resolução CMN nº 4.661, de 25 de maio de 2018, e pela Instrução Normativa Previc nº 35, de 11 de novembro de 2020, que dispõe sobre a operacionalização de procedimentos previstos na Resolução do Conselho Monetário Nacional que trata das diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos Planos administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar.

As políticas de investimentos e as carteiras de investimentos são individualizadas por Plano de Benefícios. Quanto à gestão dos recursos, excetuando-se os fundos ALM dos Planos PBS-A, PAMA e PGA, um fundo renda fixa do Plano PBS-A e um fundo Multimercado do Plano InovaPrev, os demais fundos exclusivos de renda fixa e multimercados, além dos fundos não exclusivos do segmento de estruturados, são compartilhados considerando-se a natureza do Plano: Benefício Definido (BD), Contribuição Definida (CD) ou Contribuição Variável (CV).

4.6.1 Operações com Ativos de Renda Fixa

São reconhecidos, mensurados e evidenciados como:

- “Títulos mantidos até o vencimento (Curva HtM)”, os ativos registrados pelo custo de aquisição e, para fins de atualização, acrescidos dos rendimentos auferidos em função dos respectivos índices de atualização monetária e taxas de juros, reconhecidos no resultado do exercício, até a data do balanço. No custo de aquisição está englobado o custo com emolumentos e corretagens pagos, sendo atualizados de acordo com o Manual de Precificação do agente custodiante Bradesco, conforme as características do ativo.
- “Títulos para negociação (Mercado – MtM)”, os ativos registrados pelo custo de aquisição e ajustados pelo seu valor de mercado, com os ganhos e as perdas calculados reconhecidos no resultado do exercício, até a data do balanço. Os custos de transação, como corretagens e outras taxas incidentes sobre os títulos de renda fixa avaliados a mercado, são registrados a débito do resultado.

As fontes de precificação são fornecidas pelo agente custodiante contratado utilizando-se de fontes públicas, sendo as principais:

- ANBIMA – para títulos públicos e títulos privados, quando disponíveis;
- B3 – para ações, títulos de renda variável e derivativos, quando disponíveis ou pelo valor patrimonial (VPA).

Para títulos em que as fontes anteriores não estão disponíveis a atualização, o apuração dos títulos ocorre em conformidade com o Manual de Precificação do agente custodiante Bradesco, cujo modelo, acredita-se ser o mais próximo do valor justo possível.

A Fundação Sistel realiza estudos de ALM (Asset Liability Management) que demonstram a capacidade econômico-financeira, dos Planos, para suportar a necessidade de liquidez exigida por seus compromissos.

4.6.2 Operações com Ativos de Renda Variável

As ações são registradas pelo custo de aquisição, sendo que as despesas e outras taxas incidentes provenientes de operações de compras são contabilizadas como resultado. As rendas e variações positivas provenientes de bonificações, dividendos ou juros sobre o capital próprio são reconhecidas contabil-

mente pelo regime de competência, após publicação da decisão em assembleia geral dos acionistas. São observados ainda, na avaliação dos ativos de renda variável, a legislação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários.

4.6.3 Fundos de Investimentos

As aplicações em fundos de investimentos são registradas pelo custo de aquisição atualizado pela variação dos valores das cotas informados pelos administradores dos respectivos fundos. São observados ainda na avaliação das cotas dos fundos de investimento a legislação estabelecida pela CVM. Caso os ativos de fundos de investimento, inclusive derivativos, apresentem evidências de perda e o administrador do fundo não realize o teste de redução ao valor recuperável do ativo, cabe à Fundação Sistel realizar esse teste e, se for o caso, reconhecer o valor da perda para redução ao seu valor recuperável, em contrapartida no resultado.

4.6.4 Investimentos Imobiliários

Os investimentos imobiliários são registrados pelo custo de aquisição incluindo honorários, taxas, emolumentos, tributos e demais encargos incidentes sobre a operação e atualizados anualmente pelo valor justo apurado por laudo de avaliação. A atualização considera o valor da reavaliação anual e o recebimento do fluxo de aluguéis. O resultado da avaliação, positivo ou negativo, é contabilizado uma única vez em conta do respectivo ativo em contrapartida no resultado do exercício. A Entidade deve realizar a reavaliação dos imóveis, no mínimo, anualmente e apresentar laudo técnico de avaliação de acordo com as normas expedidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). As aquisições e alienações a prazo, os encargos respectivos, devem ser registrados nas contas de resultado em conformidade com a legislação em vigor.

4.6.5 Operações com Participantes

Os empréstimos concedidos aos Participantes estão demonstrados pelo valor principal, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. A atualização da carteira decorre da aplicação do índice de correção e taxa de juros pactuados descontados os fluxos de recebimentos e constituição de provisão para perdas (PDD), conforme estabelece o regulamento.

4.6.6 Depósitos Judiciais e Recursais

Os depósitos judiciais ou recursais da gestão previdencial, administrativa e investimentos são registrados a valores históricos. Os referidos depósitos são garantidores de provisões para contingências registradas no exigível contingencial. De acordo com a art. 23 da Instrução PREVIC nº 31, de 20 de agosto de 2020, os depósitos judiciais devem ser atualizados somente por ocasião da emissão do alvará de levantamento expedido pelo Judiciário em favor da Entidade.

4.7. Imobilizado e Intangível

4.7.1 imobilizado

Os bens do ativo imobilizado estão registrados pelo seu valor de custo e reduzidos por suas depreciações ou provisões. Estes bens são depreciados de acordo com a sua expectativa de vida útil econômica. As notas explicativas do Plano de Gestão Administrativa descrevem maiores informações sobre o ativo imobilizado e as principais movimentações ocorridas no exercício.

4.7.2 intangível

São os ativos não monetários identificáveis sem substância física ou corpórea como os softwares registrados no Plano de Gestão Administrativa, licenças, marcas, patentes, despesas com organização ou implantação da EFPC, entre outros. Os softwares e as licenças registradas são amortizados conforme o prazo de validade da licença de uso ou prazo da garantia do fornecedor. Os bens incorpóreos constituem o ativo intangível abrangido pelo CPC 04 (R1) e estão sujeitos ao teste anual de impairment, caso não tenha vida útil definida. Caso um item abrangido pelo CPC 04 (R1) não atenda à definição de ativo intangível, os gastos incorridos na sua aquisição ou geração interna são reconhecidos como despesa do exercício. Os softwares que constituem o ativo intangível são registrados ao custo, deduzidos da amortização pelo método linear durante a vida útil-econômica estimada, a partir da data da sua disponibilidade para uso.

A Entidade possui um imóvel registrado no seu Plano de Gestão Administrativa (PGA), sendo parte do Ativo Imobilizado e a outra como investimento. No ativo imobilizado é realizada a depreciação linear do imóvel em consonância com a Instrução Previc nº 31/2020.

4.8 Exigível Operacional

São registradas as obrigações a pagar aos Colaboradores da Entidade, as obrigações devidas aos Assistentes, Pensionistas e fornecedores, além dos tributos a recolher.

4.9 Exigível Contingencial

A Fundação Sistel é parte em diversos processos judiciais. São constituídas provisões para todos os processos em que a Entidade acredita que eles representem uma probabilidade de perda provável.

A Entidade segue os critérios estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC nº 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos internos e externos, análise das demandas judiciais pendentes, e quanto às ações trabalhistas, com base em experiências anteriores no que se refere às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso e, além disso, são divulgadas as causas com probabilidade de perda classificadas como possível.

4.10 Patrimônio Social

4.10.1 Patrimônio de Cobertura do Plano

4.10.1.1 Provisões Matemáticas

Corresponde ao valor presente dos benefícios futuros líquidos das contribuições futuras dos Planos de Benefícios. O regime financeiro para financiamento dos Planos de Benefícios nas modalidades de Benefício Definido, Contribuição Definida e Contribuição Variável é o de Capitalização. Conforme determina o artigo 22 da Lei Complementar nº 109/2001, foram realizadas avaliações atuariais para todos os Planos de Benefícios, por pessoa jurídica legalmente habilitada sendo formada por:

Benefícios concedidos – compromissos esperados já assumidos pelo Plano em favor de seus Assistentes;

Benefícios a conceder – compromissos esperados com seus Participantes, em fase laborativa, que ainda não entraram em gozo de benefício.

As Provisões Matemáticas foram constituídas de acordo com os cálculos efetuados pelos atuários dos Planos de Benefícios em conformidade com os critérios aprovados pela PREVIC. São considerados ainda

na constituição das provisões matemáticas:

- **Duração do Passivo**

A duração do passivo corresponde à média ponderada dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios de cada Plano, líquidos de contribuições normais e extraordinárias incidentes sobre esses benefícios, ponderada pelos valores presentes desses fluxos, em conformidade com a Instrução Previc nº 33/2020. Para o cálculo da duração do passivo utilizada na definição da Taxa de Juros Parâmetro - TJP, deverá ser considerado o fluxo projetado na avaliação atuarial de encerramento do exercício anterior.

- **Taxa de Juros Parâmetro**

A Taxa de Juros Parâmetro corresponde àquela cujo ponto da Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média seja o mais próximo à duração do passivo do respectivo Plano de Benefícios, em conformidade com a Instrução Previc nº 33/2020. As Taxas de Juros Parâmetro, bem como limites inferiores e superiores, aplicados na avaliação de 2021, foram divulgados pela Portaria Previc nº 228, de 20 de abril de 2021.

4.10.1.2 Equilíbrio Técnico

Registra o excedente ou a necessidade patrimonial em relação aos compromissos totais dos Planos de Benefícios.

4.10.1.3 Superávit Técnico Acumulado

Formado pela Reserva de Contingência e Reserva Especial para Revisão de Plano. Ocorre quando o Patrimônio de Cobertura do Plano é maior que as Provisões Matemáticas, sendo o excesso de suficiência financeira registrado como Superávit Acumulado. Entende-se por Patrimônio de Cobertura do Plano a diferença entre seu Ativo Total e o somatório do Exigível Operacional, Exigível Contingencial e Fundos. O resultado superavitário dos Planos de Benefícios, será destinado à constituição de Reserva de Contingência, para garantia de benefícios, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor das provisões matemáticas ou até o limite calculado pela seguinte fórmula, o que for menor: Limite da Reserva de Contingência = $[10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do Plano})] \times \text{Provisão Matemática do tipo Benefício Definido}$. Constituída a Reserva de Contingência, com os valores excedentes será formada a Reserva Especial para revisão do Plano de Benefícios.

4.10.1.4 Ajuste de Precificação

De acordo com o art.11 da Instrução Previc nº 33, de 23 de outubro de 2020, para fins de destinação de superávit ou equacionamento de déficit, deverá ser considerado o Equilíbrio Técnico Ajustado constante das informações complementares na Demonstração do Ativo Líquido (DAL), que corresponde à:

- No caso de equacionamento de déficit, o Equilíbrio Técnico Ajustado considerará o ajuste de precificação de títulos, quer seja positivo ou negativo; e
- No caso de destinação de superávit, o Equilíbrio Técnico Ajustado considerará o ajuste de precificação de títulos, somente se negativo.

De acordo com o inciso V e parágrafo único do art. 2 da Resolução CNPC nº 30, de 10/10/2018, o Ajuste de Precificação corresponde à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados ao índice de preços classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento", calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial, e o valor contábil desses mesmos títulos. Esse ajuste é apenas divulgado na Demonstração do Ativo Líquido (DAL) dos Planos de Benefícios e não é registrado em balanço patrimonial.

4.10.1.5 Fundos

Registram valores com regras específicas de constituição e destinação, conforme a seguir:

Previdenciais – com destinação específica, são constituídos e revertidos de acordo com os regulamentos e notas técnicas atuariais dos Planos.

Administrativos – com constituição gerada pelas sobras da gestão administrativa por Plano de Benefícios com objetivo de garantir a sobrevivência administrativa dos Planos.

Garantia das operações com Participantes – representa os recursos necessários à cobertura de possíveis perdas decorrentes de morte dos mutuários, Participantes ou Assistidos dos Planos de Benefícios administrados pela Fundação Sistel, com empréstimos em andamento. Esses fundos são registrados e controlados por Plano de Benefícios.

4.10.1.6 Apuração do Resultado

Representa as adições e deduções da gestão previdencial, as receitas e despesas da gestão administrativa e as rendas/deduções das variações positivas ou negativas dos investimentos registradas pelo regime de competência, que estabelece a apuração de resultados nos períodos em que ocorrem, independentemente de seu recebimento ou pagamento.

NOTA 5

GESTÃO DE RISCOS

A Fundação Sistel de Seguridade Social no uso de suas atribuições e para atender aos seus compromissos de curto e longo prazo, na gestão de pagamento de benefícios, precisa conhecer e gerir de forma adequada os seus investimentos e considerar os riscos aos quais está exposta em suas operações e nas suas diversas classes de ativos, em conformidade com as normas em vigor, com destaque para Resolução CMN nº 4.661, de 25 de maio de 2018, e a Resolução CGPC nº 13, de 01/10/2004, e Instrução Previc nº 3/2020. Dentre os riscos gerenciados pela Fundação estão: o Risco de Mercado, Risco de Crédito, Risco Operacional, Risco de Liquidez e Solvência, Risco Legal, Risco do Passivo Atuarial e o Risco Contingencial. Abaixo estão descritos detalhadamente estes riscos:

5.1 Risco de Mercado

Compreende a mensuração da probabilidade de perdas relacionadas à variação do valor de um ativo ou de uma carteira de ativos em função de variáveis relacionadas ao mercado deste ativo. A Sistel avalia o risco de mercado através da utilização do Valor a Risco – VaR, que é calculado pelo agente responsável pela custódia dos ativos da Fundação. Trata-se de cálculo estatístico que estima uma perda máxima esperada (em percentual) da carteira de investimentos sob condições normais de mercado, com um grau de confiança para um horizonte de tempo. Os valores apurados são monitorados em comparação aos limites estabelecidos nas Políticas de Investimentos e Diretrizes de Investimentos atribuídos aos gestores de fundos exclusivos.

5.2 Risco de Crédito

Compreende a mensuração do risco de uma contraparte não honrar seus compromissos de forma tempestiva, tornando-se inadimplente.

Entende-se que os títulos públicos são considerados de baixo risco, estando atrelado ao risco Brasil e acompanhado periodicamente pelas principais agências de classificação de risco, conforme mudanças do cenário político, econômico e fiscal.

A avaliação de risco de crédito de instituições financeiras, não financeiras e pessoas físicas segue a metodologia e os critérios desenvolvidos internamente e as alocações devem estar previstas nas Políticas de Investimentos dos Planos de Benefícios. No caso de instituições financeiras e não financeiras, são considerados os ratings atribuídos pelas principais agências de classificação de risco sediadas no país para monitoramento, além da degradação de garantias para constituição de provisões para perdas, conforme legislação em vigor.

5.2.1 Risco de Crédito de Emissores Privados

Emissores	Classificação de Risco de Crédito (Rating)									
	Tipo de Operação	Posição em 31/12/2020 R\$ Mil	Posição em 31/12/2021 R\$ Mil	Vencimento	31/12/2021			31/12/2020		
					Moodys ⁽¹⁾	Fitch	S&P	Moodys ⁽¹⁾	Fitch	S&P
Itaú Unibanco	Letras Financeiras	151.333	171.620	01/08/2022		AAA (bra)	brAAA	Aaa.br	AAA (bra)	brAAA
Cemig Geração e Transmissão	Debêntures	80.706	85.981	15/02/2025		AA+ (bra)	AA+ (bra)	A1.br	AA- (bra)	br A+
Vale	Debêntures	55.604	67.463	Perpétua	-	AAA (bra)	AAA (bra)	-	-	-
Total	-	287.643	325.064	-	-	-	-	-	-	-

1) O relatório de rating da Moodys refere-se à nota atribuída ao emissor. Informações sobre emissão disponível apenas para assinantes.

5.2.2 Risco de Crédito de Imóveis

Imóvel	Risco de Crédito - Imóveis		
	Tipo de Operação	Posição em 31/12/2021 R\$ Mil	Posição em 31/12/2020 R\$ Mil
Edifício Afonso Pena - Belo Horizonte/MG (*)	Venda Parcelada	-	17.404
Edifício Empresarial Center - Recife/PE (MUD Incorp.)	Aluguéis em atraso	14	14
Edifício Banlavoura - Belo Horizonte/MG (Consult. SEI)	Aluguéis em atraso	872	872
Edifício Rio Metropolitan - Rio de Janeiro/RJ (IBGE)	Aluguéis em atraso	297	264
Edifício Gal Alencastro - Brasília/DF (Burguinho)	Aluguéis em atraso	18	18
(-) PDD Constituído	Aluguéis em atraso	(1.202)	(1.167)

(*) Venda por desapropriação do imóvel pela prefeitura de Belo Horizonte realizada em 2020, completamente liquidada em 2021.

5.2.3 Risco de Crédito de Arrecadação de Autopatrocínados

Plano de Benefício	Risco de Crédito - Arrecadação Autopatrocínados		
	Tipo de Operação	Posição em 31/12/2021 R\$ Mil	% A Receber Autopatroc.
CPqDPrev	Autopatrocínados	3	5,66%
TelebrasPrev	Autopatrocínados	6	60,04%
InovaPrev	Autopatrocínados	9	17,81%

5.2.4 Risco de Crédito Empréstimos

Em relação à carteira de empréstimos, o risco de crédito é minimizado pela existência de limite de margem consignável quando da concessão e o recebimento de parcelas estarem atrelados aos descontos efetuados na folha de benefícios dos Aposentados e Pensionistas e na folha da Patrocinadora com repasse à Sistel em relação aos Participantes Ativos. Esta questão não é aplicável aos Participantes Ativos dos Planos patrocinados pela Telebras tendo em vista que não contemplam mais a consignação em folha. Para os Participantes Autopatrocinados são gerados boletos mensais para pagamento. Em caso de inadimplência, são constituídas provisões, com base nos normativos legais em vigor.

Plano de Benefício	Risco de Crédito - Empréstimos		
	Tipo de Operação	Posição em 31/12/2020 R\$ Mil	% PDD s/Carteira
PBS A (PB1) ⁽¹⁾	Empréstimos (PDD)	168	0,19%
PBS-Telebras ⁽¹⁾	Empréstimos (PDD)	51	5,76%
TelebrasPrev ⁽²⁾	Empréstimos (PDD)	126	4,59%
CPqDPrev	Empréstimos (PDD)	1	0,00%

1) Assistidos suspensos por recadastramento/quota suspensa.

2) Participantes Ativos que entraram em autopatrocínio após a concessão do empréstimo e Ativos onde a Entidade não consegue mais realizar o desconto em folha.

5.3 Riscos Operacionais

É definido como a probabilidade de perdas diretas ou indiretas resultantes das falhas, deficiências ou inadequação de processos, controles, de pessoas ou de sistemas informatizados, ou ainda da ocorrência de eventos externos.

O gerenciamento dos riscos operacionais na Sistel baseia-se nos componentes e nos princípios do COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission), referência internacional para controles internos, no intuito de prover razoável garantia com relação ao cumprimento dos objetivos da Entidade, além das melhores práticas adotadas pelo segmento de Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC e pelo mercado.

Tendo em vista que o gerenciamento dos riscos visa prevenir ameaças e mitigar a materialização de evento de perda operacional que possa implicar em prejuízos financeiros, de imagem e gerenciais, a Sistel, anualmente, realiza a revisão dos processos, a identificação de seus riscos inerentes e avalia a efetividade dos controles internos. A partir do nível de risco ou exposição ao risco aceitável pela Entidade, definido segundo os critérios de impacto e probabilidade combinados, cabe à gestão do risco operacional realizar o monitoramento e a comunicação aos Órgãos Estatutários.

5.4 Risco Legal

Pode ser definido como a possibilidade de perdas decorrentes de multas, penalidades ou indenizações resultantes de ações de órgãos de supervisão e controle, como a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc, bem como perdas decorrentes de decisão desfavorável em processos judiciais ou administrativos. Para um melhor controle do risco legal, a Fundação Sistel o subdivide em quatro categorias:

- **Contencioso:** decorrente de ações ajuizadas pela Entidade ou contra ela;
- **Contratual:** relacionado à ausência ou inadequação formal de contratos em que a SISTEL seja parte, detalhamento insuficiente ou interpretação divergente de suas cláusulas e sua conformidade com a legislação pertinente;
- **Tributário:** ocasionado por interpretação indevida da legislação tributária ou sua inobservância por parte da Fundação Sistel, extensiva aos terceiros;
- **Conformidade externa:** ocasionado pela inobservância, violação ou interpretação indevida de regulamentações e normativos externos, seja pela Sistel, seja por consultoria jurídica externa.

Para mitigação do risco legal e regulatório, a área de Controles Internos e Compliance da Sistel regularmente monitora as obrigações legais pertinentes à Entidade e mensalmente as atualiza, conforme a publicação diária das normas que impactam o segmento (PREVIC, CMN, RFB, COAF, entre outros).

Anualmente, os riscos legais e regulatórios, dentre outros, são identificados e avaliados, segundo sua probabilidade de ocorrência e impacto tangível ou intangível, nos processos da Sistel, por meio da metodologia Control Risk Self Assessment. A área de Controles Internos e Compliance é responsável pela análise dos resultados e reporte aos Órgãos Estatutários e monitoramento dos Planos de ação.

5.5 Risco Contingencial

É o risco decorrente da existência de questionamentos judiciais sobre os Planos de Benefícios, envolvendo a avaliação da necessidade de constituição de provisões contábeis para suprir eventuais probabilidades de perdas em processos judiciais que possam impactar a solvabilidade das reservas dos Planos. As contingências são avaliadas periodicamente e são constituídas tendo como base a avaliação dos consultores jurídicos, sendo consideradas suficientes para cobrir as perdas prováveis decorrentes dos questionamentos judiciais.

5.6 Risco do Passivo Atuarial

É o risco decorrente da adoção de premissas atuariais que não se confirmem, ou que se revelem pouco aderentes à massa de Participantes ou decorrente do uso de metodologias que se mostrem inadequadas. Para mitigar este risco, a Sistel elabora, anualmente, um estudo de aderência das premissas de todos os seus Planos de Benefícios.

5.7 Risco de Liquidez e Solvência

É o risco que está relacionado ao casamento dos fluxos de ativos e passivos, de forma que os recursos estejam disponíveis na data do pagamento dos benefícios e demais obrigações do Plano. À medida que os prazos de vencimentos das obrigações se aproximam, a alocação dos recursos deve privilegiar ativos mais líquidos. A Fundação Sistel realiza periodicamente estudos para o estabelecimento do parâmetro mínimo de liquidez a ser considerado na otimização realizada pelo estudo de ALM das parcelas em Benefício Definido dos Planos por ela administrados, levando em consideração o fluxo de pagamento de benefícios anual, o nível das contingências e a possibilidade de distribuição de superávit. Assim, a liquidez necessária ao cumprimento dos compromissos dos Planos é estabelecida levando-se em consideração a satisfação destas premissas, prezando pela solvência dos Planos no longo prazo. A razão de solvência reflete a relação entre o valor presente dos ativos por Plano e o valor presente do passivo atuarial dos Planos, esta razão quando igual ou superior a 1 mostra a capacidade dos Planos de suportar seus compromissos no longo prazo, no quadro abaixo demonstramos esta razão para os próximos anos:

Período	Plano de Benefícios						
	PBS-A	PBS-Telebras	PBS-CPqD	PBS-Sistel	CPqDPrev	TelebrasPrev	PAMA
2022	1,28	1,12	1,12	1,12	1,14	1,10	1,09
2023	1,31	1,00	1,14	1,14	1,16	1,12	1,12
2024	1,36	1,02	1,16	1,16	1,18	1,15	1,15
2025	1,43	1,04	1,19	1,19	1,21	1,21	1,19
2026	1,56	1,07	1,23	1,21	1,24	1,23	1,23
2027	1,67	1,10	1,25	1,25	1,27	1,27	1,27
2028	1,80	1,13	1,28	1,29	1,31	1,31	1,32
2029	1,97	1,16	1,28	1,34	1,36	1,36	1,38
2030	2,17	1,20	1,29	1,39	1,40	1,40	1,43
2031	2,34	1,27	1,30	1,44	1,44	1,44	1,50

(*) Não foi inserido Plano InovaPrev por tratar-se de um Plano de Contribuição Definida.

NOTA 6

PARTES RELACIONADAS

6.1 Contribuições de Participantes, Assistidos e Patrocinadoras

Em relação às Patrocinadoras, a Fundação Sistel não mantém outras operações que não seja o recebimento das contribuições para custeio dos Planos de Benefícios por ela administrados e pagamentos efetuados para os Patrocinadores decorrentes de distribuição de superávit.

A Fundação Sistel administra vários Planos de Benefícios conforme descrito na Nota 1, sendo os aportes dos Participantes, dos Assistidos e dos Patrocinadores desses Planos de Benefícios relacionados no quadro abaixo:

Receitas de contribuição de Participantes e Patrocinadores a Fundação Sistel				
Planos	2021		2020	
	Participantes e Assistidos	Patrocinadores	Participantes e Assistidos	Patrocinadores
PBS-A	3	-	83	-
PBS - CPQD	137	16	129	15
PBS - Sistel	22	-	20	-
CPqDPrev	3.115	2.573	3.004	2.590
TelebrasPrev	2.399	2.173	2.569	2.373
InovaPrev	7.253	7.134	6.225	6.153
TOTAL	12.929	11.896	12.030	11.131

Nota do quadro: as informações do quadro acima divergem da Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS e da Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – DMAL por considerar apenas as contribuições vertidas a cada Plano pelos Patrocinadores, Participantes e Assistidos. Nas demonstrações são enquadradas como contribuições outras fontes de receitas que geram benefícios econômicos aos Planos de Benefícios.

6.2 Partes Relacionadas com o Estado

O ente estatal Telecomunicações Brasileiras S.A. – Telebras é patrocinador único dos Planos de Benefícios PBS-Telebras e TelebrasPrev, e Patrocinador Solidário do Plano PBS-A e PAMA, além de integrar o Conselho Deliberativo da Entidade. Não houve, durante o exercício de 2021, nenhuma outra transação entre a Fundação Sistel e a Telebras.

6.3 Remuneração dos Administradores

A remuneração total dos administradores da Fundação Sistel foi de R\$ 6.352 em 2021 (R\$ 5.471 em 2020), que inclui salário, encargos, benefícios e provisão para remuneração variável.

6.4 Remuneração dos Conselheiros

A remuneração total dos conselheiros da Fundação Sistel foi de R\$ 3.466 em 2021 (R\$ 3.273 em 2020), que inclui salários e encargos.

6.5 Remuneração do Comitê de Auditoria

A remuneração total dos membros do Comitê de Auditoria em 2021 foi de R\$ 277 (R\$ 262 - 2020), que inclui salários e encargos.

NOTA 7

SALDOS DE CONTAS COM DENOMINAÇÃO “OUTROS”

Conforme determina a Instrução Normativa Previc nº 31, de 20 de agosto de 2020, apresentamos a seguir os saldos relevantes das contas “Outros” nos seus respectivos grupos de contas. Segundo essa norma, a Entidade deverá prestar o detalhamento dos saldos das contas que contenham a denominação “Outros” quando ultrapassarem, no total, um décimo do valor do respectivo grupo da referida conta.

Gestão Previdencial (ativo) – Outros Recursos a Receber Previdencial

Apresenta saldo na conta “outros recursos” no montante de R\$ 8.405 (R\$ 6.679 em 2020). Esses valores referem-se a Recursos a Receber de Contribuições e de Coparticipação do PAMA somadas às respectivas provisões para perdas.

NOTA 8

AÇÃO CIVIL FENAPAS

Ação Civil Pública proposta pela Federação Nacional das Associações de Aposentados, Pensionistas e Participantes em Fundos de Pensão do Setor de Telecomunicação ("FENAPAS") contra a Fundação Sistel e algumas de suas Patrocinadoras, visando à anulação da cisão do Plano Previdenciário PBS, que originou diversos Planos específicos PBS espelhos, e correspondentes alocações de recursos provenientes das provisões matemáticas, contingenciais e resultados existentes à época da cisão. O risco de perda dessa ação foi avaliado como possível pelos nossos assessores jurídicos, entretanto, o valor envolvido é inestimável, tendo em vista que os pedidos formulados são ilíquidos e inexecutíveis no atual estágio da demanda.

O Processo é tratado como de natureza estratégica e tem acompanhamento diferenciado, com reportes periódicos para o Conselho Deliberativo da Fundação. Por solicitação da Fundação Sistel, a Previc requereu o seu ingresso formal no processo em janeiro/18, sendo que o pedido teve parecer favorável do Ministério Público.

Em junho/18 a 20ª Câmara do TJRJ acatou pedido da Previc de ingresso no processo e declinou da competência para a Justiça Federal. Da referida decisão houve Embargos de Declaração apresentados pela Fenapas, que foram julgados e desprovidos em março de 2020.

Em setembro/2021 o processo foi distribuído para a 18ª Vara Federal do Rio de Janeiro – RJ – nº 5097192-38.2021.4.02.5101. Em outubro/21, atendendo intimação do Juízo, a Previc apresentou suas razões, justificando a sua intervenção nos autos. Em novembro/21, a Sistel apresentou sua manifestação ratificando a necessidade de ingresso da Previc no Processo e a competência da Justiça Federal. Em dezembro/21, a OI S.A. e a Telefônica Brasil se manifestaram sobre a petição da Previc.

Após encerrada a discussão processual, ainda sujeita à via recursal (TRF2, STJ e STF), e depois de superada a questão da competência, caso não ocorra a reversão do julgado, ainda haverá a fase de liquidação e execução, o que indica um trâmite prolongado do processo, podendo demandar muitos anos.

NOTA 9

EVENTOS SUBSEQUENTES

A administração declara a inexistência de fatos ocorridos subsequentemente à data de encerramento do exercício que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da empresa ou de seus Planos de Benefícios e PGA, que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.



I. Plano PBS-A

Plano de Benefícios Sistel - Assistidos

PRINCIPAIS EVENTOS DO EXERCÍCIO

I.1.1 Formação do Resultado do Exercício

O Plano PBS-A constituiu um superávit técnico no montante de R\$ 642.618 no exercício de 2021 (R\$ 485.205 – 2020). A apuração do resultado foi realizada com base no regime de competência.

A movimentação no quadro abaixo demonstra os principais fatos que levaram à constituição deste resultado no exercício:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020	Variação em (R\$)	Variação (%)
(+) Receitas	829	279	550	197,13
(-) Despesas	(677.810)	(650.605)	(27.205)	4,18
(+-) Constituições/Reversões Contingências	(86.133)	109.216	(195.349)	(178,86)
(+-) Fluxo de Investimentos	2.109.558	1.526.244	583.314	38,22
(+-) Const./Rev. Prov. Matemáticas	(408.817)	(188.496)	(220.321)	116,88
(+-) Constituição/Reversão de Fundos	(295.009)	(311.433)	16.424	(5,27)
Resultado Anual	642.618	485.205	157.413	32,44
Resultado Acumulado	2.513.870	1.871.252	642.618	34,34
Pagamento de Superávit	(731.440)	(586.964)	(144.476)	24,61

Destacamos os principais fatores que contribuíram para a formação do resultado positivo no período:

- O aumento nas receitas decorre de recebimento de valores para recomposição da reserva matemática.
- A variação nas despesas decorre, principalmente, do aumento do pagamento de benefícios em virtude da correção pela variação do INPC no período.
- A constituição de contingências ocorre em função, principalmente, das reavaliações e correções monetárias realizadas no período. No exercício anterior houve reversão parcial de 76,25% da provisão de PIS/COFINS, em razão do êxito parcial na esfera administrativa de supostos débitos tributários. Parte do valor continua provisionado tendo em vista que a Entidade continua a questionar o restante dos valores judicialmente.
- No ano de 2021, a rentabilidade dos investimentos do Plano foi de 18,14% (13,85% - 2020) e superou a variação do INPC observada no período e a Taxa de Juros adotada na Avaliação Atuarial face à exposição relevante em ativos atrelados à variação do IPCA (NTN-B) e IGP-M (NTN-C), contribuindo para o resultado apresentado no período. Esta alta inflacionária justifica o maior volume de rendimentos positivos auferidos no exercício, quando comparado ao período anterior.
- A avaliação atuarial demonstrou que todas as hipóteses estão aderentes e adequadas para serem utilizadas em 2021, não acarretando em alterações em relação ao exercício anterior. O montante constituído de provisão matemática foi superior ao exercício anterior em função, principalmente, do reajuste de benefícios, atenuado pela redução da população abrangida.

- O pagamento de superávit no exercício foi superior ao período anterior em virtude da correção pela variação da cota do fundo reservado para este fim. Cabe ressaltar que este pagamento não impacta o resultado do exercício atual, tendo em vista ser decorrente de resultado de exercícios anteriores.
- Logo, o aumento do resultado dos investimentos no período foi o fator principal para o melhor resultado contábil do Plano em 2021 em relação ao ano de 2020.

1.1.2 Impactos da Alteração Normativa nas Demonstrações Contábeis do Plano

As demonstrações contábeis relativas ao exercício social de 2020 foram ajustadas para fins comparativos com o exercício social de 2021. A obrigatoriedade da apresentação das demonstrações contábeis de 2020 reclassificadas está contida no anexo III da Instrução Previc nº 44, de 23 de novembro de 2021, da seguinte forma: "Para o exercício de 2021 as informações comparativas do exercício anterior devem ser reclassificadas e evidenciadas em item específico nas notas explicativas". Diante do exposto, apresentamos os impactos incorridos com as reclassificações ocorridas na divulgação do exercício anterior nas demonstrações contábeis do Plano:

1.1.2.1 Demonstração do Ativo Líquido (DAL) e Demonstração das Provisões Técnicas por Plano de Benefícios (DPT)

Os valores apresentados na Demonstração do Ativo Líquido (DAL) e Demonstração das Provisões Técnicas (DPT) de 2020 permanecem idênticos ao anteriormente apresentado, sem apresentar impactos após entrada em vigor dos novos normativos.

1.1.2.2 Demonstração da Mutação do Ativo Líquido

Os valores anunciados na Demonstração da Mutação do Ativo Líquido em 2020 apresentam pequenas modificações em relação ao anteriormente apresentado, devido às reclassificações realizadas para atendimento aos novos normativos. Apresentamos abaixo os impactos das reclassificações:

Adições: foi realizada a abertura na rubrica Contribuições Previdenciais, sendo reclassificado o montante de R\$ 196 para uma nova rubrica denominada Outras Adições Previdenciais.

Destinações: foi realizada a abertura dos valores de Benefícios, sendo criada a nova rubrica de Outras Destinações, reclassificando o montante de R\$ 53. Foi realizada ainda a reclassificação do montante aqui demonstrado para a rubrica de Outros Eventos do Ativo Líquido no montante de R\$ 586.964.

Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido: foi realizada a anulação do efeito de Fundos Previdenciais no montante de R\$ 586.964, decorrentes do pagamento de superávit realizado no exercício que agora estão adequadamente evidenciados na rubrica de Outros Eventos do Ativo Líquido.

Outros Eventos do Ativo Líquido: foi reclassificado para este novo grupo, criado pela alteração normativa, o montante de R\$ 586.964, o que deixa transparente o montante pago de superávit no exercício para o usuário da informação contábil.

Descrição	Reclassificado em 2021 pela IN Previc nº 31/2020, alterada pela IN Previc nº 44/2021	Apresentado em 2020 pela IN SPC nº 34/2009
A) Ativo Líquido – início do exercício	11.223.202	11.223.202
1. Adições	1.635.739	1.635.739
Contribuições	83	279
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos – Gestão Previdencial	1.526.244	1.526.244
Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	109.216	109.216
Outras Adições	196	-
2. Destinações	(650.605)	(1.237.569)
Benefícios	(650.552)	(1.237.569)
Constituição Líquida de Contingências – Gestão Previdencial	-	-
Outras Destinações	(53)	-
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	985.134	398.170
Provisões Matemáticas	188.496	188.496
Fundos Previdenciais*	311.433	(275.529)
Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	485.205	485.203
4. Outros Eventos do Ativo Líquido	(586.964)	-
5. Operações Transitórias	-	-
B) Ativo Líquido – final do exercício (A+3+4+5)	11.621.372	11.621.372
C) Fundos não Previdenciais	41.904	41.904
Fundos Administrativos	32.279	32.279
Fundos para Garantia das Operações com Participantes	9.625	9.625

1.1.2.3 Demonstração do Plano de Gestão Administrativa do Plano

Até o exercício social findo em 31/12/2020, os valores das despesas administrativas eram apresentados de forma segregada entre administração previdencial, administração dos investimentos, comuns e específicas. Para fins de reclassificação comparativa, os valores das despesas administrativas apresentados em 2020 foram consolidados, não acarretando em alteração de valores nas despesas administrativas totais e no valor do Fundo Administrativo do Plano.

Reclassificado em 2021 pela IN Previc nº 31/2020, alterada pela IN Previc nº 44/2021		Apresentado em 2020 pela IN SPC nº 34/2009	
2 Despesas Administrativas	(33.611)	2 Despesas Administrativas	(33.611)
2.1 Administração dos Planos Previdenciais	(33.611)	2.1 Administração Previdencial	(26.922)
Pessoal e encargos	(18.295)	2.1.1 Despesas Comuns	(20.727)
Treinamentos/congressos e seminários	(142)	2.1.2 Despesas Específicas	(6.195)
Viagens e estadias	(76)	Viagens e estadias	(24)
Serviços de terceiros	(7.492)	Serviços de terceiros	(2.235)
Despesas gerais	(2.687)	Despesas gerais	(183)
Depreciações e amortizações	(482)	Tributos	(3.753)
Tributos	(4.437)	2.2 Administração dos Investimentos	(6.689)
		2.2.1 Despesas Comuns	(6.039)
		2.2.2 Despesas Específicas	(650)
		Viagens e estadias	(8)
		Serviços de terceiros	(5)
		Depreciações e amortizações	-
		Tributos	(638)
		2.3 Outras Despesas	-

NOTA 1.2

DESTINAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADO DO PLANO

1.2.1 Destinação de Resultados

Regularmente o Plano vem destinando superávit para, na sequência, realizar o processo de distribuição às Patrocinadoras e seus Assistidos. A situação econômica-atuária do Plano, em 2021, é superavitária em R\$ 2.513.870 (R\$ 1.871.252 em 2020).

Em 2021, de acordo com o Artigo 20, da Lei Complementar nº 109/2001, e a Resolução CNPC nº 30/2018, depois de satisfeitas todas as exigências, foi verificado que o Plano não possui parcela de superávit a destinar. Em 2019, destinou a totalidade do saldo da conta "reserva especial para revisão do Plano" iniciando, portanto, em 2020, uma nova contagem de três exercícios com saldo na referida conta para que haja nova destinação.

Caso se reafirme a expectativa de se auferir um resultado positivo nos próximos exercícios, o Plano irá realizar a destinação da reserva apurada em 2020 no encerramento do exercício de 2023.

1.2.2 Distribuição de Superávit

Em 2019, a Previc autorizou a distribuição de superávit para o Plano PBS-A por meio da Portaria PREVIC/DILIC nº 1.061. No art. 2º ela aprova a destinação da reserva especial para revisão de Plano, com reversão de valores às Patrocinadoras e melhoria dos benefícios, na forma de renda temporária aos Assistidos. O superávit está sendo distribuído e contará com um total de 36 parcelas, conforme aprovado pelo órgão

fiscalizador. O primeiro pagamento ocorreu em dezembro/2019. O quadro abaixo demonstra a movimentação ocorrida na distribuição de superávit:

Fundo	Saldo em 31/12/2020 de Superávit a distribuir	Pagamento de Superávit em 2021	Atualização pela variação da Cota do Plano	Saldo em 31/12/2021 de Superávit a distribuir
Fundo PB-1	71.213	(41.646)	9.616	39.183
Fundo 2012	516.080	(292.895)	69.861	293.046
Fundo 2014	337.227	(191.116)	45.619	191.730
Fundo 2015	363.882	(205.784)	49.229	207.327
Fundo 2016	586.249	-	107.697	693.946
Total	1.874.651	(731.441)	282.022	1.425.231

O fundo de 2016 foi destinado no exercício de 2019, e o processo de distribuição foi submetido à análise e aprovação da Previc em 03/06/2020, porém ainda não foi aprovado, tendo a análise sido suspensa pela Previc, conforme notificação recebida pela Sistel em 20/08/2020 devido à situação da ação FENAPAS (Nota 8).

1.2.3 Exigível Operacional – Superávit a Pagar

O Plano PBS-A mantém registrado em obrigações no exigível operacional o montante de R\$ 35.650, pertencentes aos Assistidos do Plano. Este montante é decorrente de parcela de superávit pendente de pagamento, decorrente principalmente de pendências cadastrais. Os valores são corrigidos mensalmente pela variação da cota do Plano.

NOTA 1.3

REALIZÁVEL DE INVESTIMENTOS

1.3.1 Demonstrativo da Composição da Carteira de Investimentos

Descrição	31/12/2021	31/12/2020	Variação em R\$	Variação em (%)
Ativos Financeiros de Crédito Privado	118.420	112.755	5.665	5,02
Debêntures	118.420	112.755	5.665	5,02
Ações	1.966	1.966	-	0,00
Companhias Abertas	1.966	1.966	-	0,00
Fundos de Investimentos	12.524.868	11.728.136	796.732	6,79
Fundo de Investimento Renda Fixa	12.505.055	11.706.076	798.979	6,83
Fundo de Investimento Imobiliário	19.813	22.060	(2.247)	(10,19)
Investimento em Imóveis	403.639	440.173	(36.534)	(8,30)
Aluguéis e Renda	403.639	440.173	(36.534)	(8,30)
Operações com Participantes	85.102	91.002	(5.900)	(6,48)
Empréstimos	85.102	91.002	(5.900)	(6,48)
Depósitos Judiciais/Recursais	2.022	20.023	(18.201)	(90,00)
Total do Realizável de Investimentos	13.136.017	12.376.055	759.962	6,14

Os valores acima estão líquidos das provisões para perdas.

O aumento da posição em crédito privado ocorreu em função da valorização dos ativos a mercado, no período não houve vencimentos nem novas aquisições.

O aumento da posição em Fundo de Investimento Renda Fixa reflete a valorização dos ativos que compõem a carteira do Plano, principalmente as chamadas Notas do Tesouro Nacional série C, NTNC, que foram favorecidas pela forte elevação do IGPM no período, índice que corrige estas aplicações.

A redução da posição em Fundo Imobiliário reflete a desvalorização das cotas em função, principalmente da vacância do imóvel que é o ativo final do fundo. A redução dos investimentos imobiliários ocorreu em função do recebimento do valor remanescente da desapropriação do edifício. Afonso Pena em Belo Horizonte – MG, ocorrida no final do exercício de 2020 e pela reavaliação imobiliária realizada no final do exercício.

1.3.2 Títulos e Valores Mobiliários

A Entidade tem como prática realizar um estudo de ALM (Asset Liability Management), que demonstrou a capacidade econômico-financeira do Plano de suportar o carregamento dos títulos marcados à curva até o seu vencimento, sem afetar a liquidez necessária para cumprimento de compromissos, conforme determinado pela Resolução CNPC nº 43, de 6 de agosto de 2021, e posteriores alterações.

Em 2021, a Entidade alienou parte dos Títulos Públicos Federais (NTN-Cs) da carteira do Plano PBS-A. A operação destes ativos classificados na categoria "Títulos Mantidos até o Vencimento" foi realizada de acordo com os últimos estudos que apontaram uma maior necessidade de liquidez na gestão de ativos e passivos, visando garantir o pagamento de distribuição de superávit, cuja atualização sofreu variação percentual bem acima do previsto anteriormente, bem como o pagamento de benefícios para o Plano PBS-A.

Demonstramos a seguir os títulos públicos federais (NTN-Cs) que estavam classificados na categoria "Títulos Mantidos até o Vencimento", alienados em 08/07/2021, bem como o impacto gerado no resultado do Plano.

Demonstra-se também a compra de títulos públicos federais (LFTs) por meio de fundos de investimentos de renda fixa, com maior liquidez, para composição do fundo de caixa do Plano de Benefícios.

Alienação NTN-Cs						Aquisição LFTs			
Data da Negociação	Data do Vencimento	Qnt	Valor Curva	Valor Mercado	Resultado	Data da Negociação	Data do Vencimento	Qnt	Valor Aquisição
08/07/2021	01/01/2031	80.000	670.439	783.096	112.657	08/07/2021	01/09/2024	61.900	670.406

A diferença entre o valor de aquisição das LFTs e da alienação das NTN-Cs foi destinada para operações compromissadas diárias.

O quadro a seguir demonstra a carteira de investimentos do Plano de acordo com seus vencimentos, no que couber, e os valores a receber e a pagar não estão incluídos:

PBS - Assistidos							
Natureza/Tipo	Vencimento	2021			2020		
		Quantidade	Valor de Custo	Valor de Mercado	Quantidade	Valor de Custo	Valor de Mercado
Créditos Privados e Depósitos	-	1.354.247	30.322	118.420	1.354.247	30.322	112.755
Companhias Abertas	-	1.354.247	30.322	118.420	1.354.247	30.322	112.755
Debêntures	>365 Dias	1.354.247	30.322	118.420	1.354.247	30.322	112.755
Ações	-	21.508.131	1.966	1.966	21.508.131	1.966	1.966
Companhias Abertas	-	21.508.131	1.966	1.966	21.508.131	1.966	1.966
Fundos de Investimento	-	60.123.417	5.822.408	12.525.068	66.843.828	5.956.111	11.728.334
Renda Fixa	-	57.578.992	5.812.179	12.505.055	64.299.403	5.945.882	11.706.076
Imobiliário	-	2.544.425	10.229	20.013	2.544.425	10.229	22.258

(*) Não consta o provisionamento em fundos de investimentos do FII Geo. Guararapes.

1.3.3 Abertura dos Títulos por Faixas de Vencimento

1.3.3.1 Mantidos até o Vencimento (HtM)

Em 31/12/2021

Títulos Mantidos até o Vencimento						
Títulos	0-1 Ano	1-5 Anos	5-10 Anos	Acima de 10 Anos	Valor Contábil	Valor Mercado
Investimentos em Renda Fixa	228.942	1.172.808	4.121.686	6.006.183	11.529.619	12.101.432
Nota do Tesouro Nacional - Série B	143.292	1.172.808	1.284.371	6.006.183	8.606.654	9.031.372
Nota do Tesouro Nacional - Série C	-	-	2.837.315	-	2.837.315	2.984.090
Letras Financeiras Privadas	85.650	-	-	-	85.650	85.970
Total	228.942	1.172.808	4.121.686	6.006.183	11.529.619	12.101.432

Em 31/12/2020

Títulos Mantidos até o Vencimento						
Títulos	0-1 Ano	1-5 Anos	5-10 Anos	Acima de 10 Anos	Valor Contábil	Valor Mercado
Investimentos em Renda Fixa	-	1.021.973	1.411.593	8.523.463	10.957.029	13.719.251
Nota do Tesouro Nacional - Série B	-	949.865	1.411.593	5.441.675	7.803.133	10.114.205
Nota do Tesouro Nacional - Série C	-	-	-	3.081.789	3.081.789	3.525.821
Letras Financeiras Privadas	-	72.108	-	-	72.108	79.225
Total	-	1.021.973	1.411.593	8.523.463	10.957.029	13.719.251

1.3.3.2 Disponíveis para Negociação (MtM)

Em 31/12/2021

Títulos Disponíveis para Negociação						
Títulos	0-1 Ano	1-5 Anos	5-10 Anos	Acima de 10 Anos	Indeterminado	Valor Total
Investimentos em Renda Fixa	25.375	1.001.460	-	-	66.832	1.093.667
Letra Financeira do Tesouro - LFT	25.375	949.600	-	-	-	974.975
Letra do Tesouro Nacional - LTN	-	272	-	-	-	272
Debêntures	-	51.588	-	-	66.832	118.420
Investimentos em Renda Variável	-	-	-	-	1.966	1.966
Bonaire Participações (BNPA3)	-	-	-	-	1.966	1.966
Total	25.375	1.001.460	-	-	68.798	1.095.633

Foi realizada alteração do prazo de vencimento de "Acima de 10 anos" para "Indeterminado" referente à Debênture emitida pela Vale S/A, uma vez que o ativo guarda característica de ativo perpétuo, com prazo de vencimento indeterminado.

Em 31/12/2020

Títulos Disponíveis para Negociação						
Títulos	0-1 Ano	1-5 Anos	5-10 Anos	Acima de 10 Anos	Indeterminado	Valor Total
Investimentos em Renda Fixa	265.670	532.754	-	63.296	230	861.949
Letra do Tesouro Nacional - LTN	4.499	-	-	-	-	4.499
Letra Financeira do Tesouro - LFT	261.170,36	483.294,22	-	-	230	745.927
Debêntures	-	49.460	-	63.296	-	112.755
Investimentos em Renda Variável	-	-	-	-	1.966	1.966
Bonaire Participações (BNPA3)	-	-	-	-	1.966	1.966
Total	265.670	532.754	-	63.296	2.196	863.915

1.3.4 Abertura dos Investimentos em Companhias Abertas e Ações

Natureza	31/12/2021	31/12/2020	Variação R\$	Variação (%)
Companhias Abertas	118.420	112.755	5.665	5,02
Debêntures CEMIG	51.588	49.460	2.128	4,30
Debêntures Vale Rio Doce	66.832	63.295	3.537	5,59
Ações	1.966	1.966	-	-
Companhias Abertas	1.966	1.966	-	-
Bonaire Participações S.A.	1.966	1.966	-	-
Total	120.386	114.721	5.665	4,94

1.3.5 Provisões para Perdas nos Fundos de Investimento

Descrição	Percentual da Provisão	31/12/2021	31/12/2020
FII Geo. Guararapes	100,00% em 2020 e em 2021	200	198
Total		200	198

*Valores corrigidos pela variação da cota do fundo.

1.3.6 Títulos Disponíveis para Negociação

Abertura da Alocação - Marcação a Mercado				
Descrição	Em 31/12/2021	Em 31/12/2020	Variação em R\$	Variação (%)
Investimentos em Renda Fixa	1.093.668	891.719	201.949	22,65
Letra do Tesouro Nacional - LTN	272	4.499	(4.227)	(93,95)
Letra Financeira do Tesouro - LFT	974.976	774.465	200.511	25,89
Debêntures	118.420	112.755	5.665	5,02
Investimentos em Renda Variável	1.966	1.966	-	-
Investimentos no setor de Energia	1.966	1.966	-	-
Investimentos Imobiliários	412.259	433.222	(20.963)	(4,84)
Centro Empresarial Internacional Rio	77.076	86.318	(9.242)	(10,71)
Centro Empresarial Rio	37.990	35.027	2.963	8,46
Edifício Banlavoura	17.520	15.386	2.134	13,87
Edifício Rio Metropolitan	179.483	185.298	(5.815)	(3,14)
Edifício Birman IX	73.725	81.256	(7.531)	(9,27)
Empresarial Center Recife	6.452	7.679	(1.227)	(15,98)
FII Centro Têxtil	19.813	22.060	(2.247)	(10,19)
FII Geo. Guararapes	200	198	2	1,01
Operações com Participantes - Empréstimos	85.102	91.002	(5.900)	(6,48)
Total	1.592.995	1.417.909	175.086	12,35

Não estão sendo considerados no quadro acima os valores de CPR (contas a pagar e a receber) dos fundos.

(*) Os valores dos investimentos imobiliários, referentes às edificações, estão líquidos de contas a pagar, provisões para perda e demandas judiciais.

(**) O FII Geo. Guararapes encontra-se integralmente provisionado em 31/12/2021.

1.3.7 Títulos Mantidos até o Vencimento

Abertura da Alocação - Marcação até o Vencimento				
Descrição	Em 31/12/2021	Em 31/12/2020	Variação em R\$	Variação (%)
Investimentos em Renda Fixa	11.529.620	10.957.030	572.590	5,23
Letra Financeira - LF	85.650	72.108	13.542	18,78
Nota do Tesouro Nacional - Série B	8.606.655	7.803.133	803.522	10,30
Nota do Tesouro Nacional - Série C	2.837.315	3.081.789	(244.474)	(7,93)

Não estão sendo considerados no quadro acima os valores de CPR (contas a pagar e a receber) dos fundos.

1.3.8 Reavaliação de Imóveis

No encerramento do exercício de 2021, o Conselho Deliberativo da Entidade aprovou a reavaliação da carteira de imóveis, posicionada em 30/11/2021, pela Binswanger Brazil, CNPJ nº 03.234.049/0001-05, com sua matriz situada na Rua Libero Badaró, 377, 24º andar, CJ 2407 Part Centro, São Paulo/SP. Os avaliadores basearam-se em pesquisa de mercado de imóveis assemelhados e por comparação da equivalência de situação, tempo e características, além de suas respectivas análises. A reavaliação da carteira causou impacto contábil negativo consolidado no montante de R\$ 17.526 (negativo em R\$ 1.834 – 2020).

Imóvel	Valores Antes Reavaliação	Efeito Reavaliação	Valores Após Reavaliação	Vida Útil Remanescente
Terrenos - 1.02.03.07.04.03.01*	231.886	(282)	231.604	
EDIFÍCIO BIRMAN IX	36.143	(8.789)	27.354	30
EDIFÍCIO CENTRO EMPRES. INTERNACIONAL RIO - RJ	58.834	(7.615)	51.219	30
EDIFÍCIO CENTRO EMPRESARIAL RIO - RJ	20.782	7.111	27.893	30
EDIFÍCIO RIO METROPOLITAN - RJ	106.200	9.767	115.967	30
EDIFÍCIO BANLAVOURA - MG	6.726	552	7.278	30
EDIFÍCIO EMPRESARIAL CENTER RECIFE - PE	3.201	(1.308)	1.893	30
Construções- 1.02.03.07.04.03.02*	187.353	(17.243)	170.110	
EDIFÍCIO BIRMAN IX	47.822	1.859	49.681	30
EDIFÍCIO CENTRO EMPRES. INTERNACIONAL RIO - RJ	30.144	(2.154)	27.990	30
EDIFÍCIO CENTRO EMPRESARIAL RIO - RJ	14.441	(4.475)	9.966	30
EDIFÍCIO RIO METROPOLITAN - RJ	77.310	(12.507)	64.803	30
ED.BANLAVOURA - MG	13.093	(95)	12.998	30
EDIFÍCIO EMPRESARIAL CENTER RECIFE - PE	4.543	129	4.672	30
Total	419.239	(17.526)	401.713	-

*Conta contábil relacionada.

1.3.9 Operações com Participantes

As provisões para perdas, relativas à inadimplência de operações de empréstimos concedidos aos Assis- tidos do Plano PBS-A, administrado pela Fundação Sistel, foram constituídas conforme critérios estabe- lecidos pela Instrução Previc nº 31/2020. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo da provisão para perdas é de R\$ 168 (R\$ 211 em 2020).

Descrição	Saldo em 31/12/2020	Movimentação	Saldo em 31/12/2021	Taxa de Juros Carteira
Valor Atualizado	91.213	(5.943)	85.270	
(-) Provisão Devedores Duvidosos	(211)	43	(168)	
Faixa Provisionamento 5%	-	(5)	(5)	
Faixa Provisionamento 25%	(2)	2	-	
Faixa Provisionamento 50%	(1)	1	-	
Faixa Provisionamento 75%	-	(14)	(14)	
Faixa Provisionamento 100%	(208)	59	(149)	
Saldo da Carteira	91.002	(5.900)	85.102	INPC + 5% a.a.

NOTA I.4

PREMISSAS ATUARIAIS

A Avaliação Atuarial tem como objetivo principal estimar, na data base de cálculo, os compromissos do Plano de Benefícios para com seus Participantes e Assistidos e o seu custeio a longo prazo, devendo incluir os valores esperados relativos tanto aos Participantes quanto aos Assistidos. Com esse objetivo, são realizadas projeções de longo prazo, admitindo-se um conjunto de hipóteses atuariais que represente de forma realista a experiência com relação à expectativa futura do Plano.

Em atendimento ao disposto na Resolução CNPC nº 30/2018, a Fundação Sistel promoveu o estudo das hipóteses utilizadas nas avaliações atuariais para cada um dos Planos de Benefícios por ela administrados, juntamente com a empresa Mercer Human Resource Consulting Ltda., CNPJ nº 55.492.391/0001-09, no intuito de atestar se as hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras, bem como os demais itens referentes ao custeio proposto para o Plano de Benefícios, inclusive a adoção de taxa de juros, estão adequadas às características da sua massa de Participantes e Assistidos, e ao regulamento do Plano, de forma a evitar ganhos e perdas atuariais cumulativas ao longo do tempo.

O quadro abaixo demonstra as premissas atuariais utilizadas na Avaliação Atuarial do exercício de 2021, comparativamente àquelas adotadas no ano anterior:

Hipóteses Atuariais	31/12/2021	31/12/2020
Bases Populacionais		
Rotatividade	Não aplicável	Não aplicável
Bases Econômicas e Financeiras		
Taxa de Juros	3,90% a.a.	3,90% a.a.
Crescimento Salarial	Não aplicável	Não aplicável
Fator de Capacidade	0,98	0,98
Hipóteses Biométricas		
Tábua de Mortalidade Geral	AT 2000 M D10%	AT 2000 M D10%
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RP 2000 Disabled Female D 20%	RP 2000 Disabled Female D 20%
Tábua de Entrada em Invalidez	Não aplicável	Não aplicável
Tábua de Entrada em Auxílio Doença	Não aplicável	Não aplicável

Destaca-se a manutenção de todas as hipóteses, inclusive a da taxa de juros de 3,90% a.a. contida dentro do intervalo resultante da aplicação da Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média (ETTJ), conforme publicado na Portaria nº 228/2021, de que trata a Instrução Previc nº 33/2020.

NOTA I.5

PROVISÕES MATEMÁTICAS

Como resultado da Avaliação Atuarial realizada com base em levantamento de dados posicionados em 31/12/2021, as provisões matemáticas foram calculadas pela empresa contratada Mercer Human Resource Consulting Ltda. Os valores registrados constam no Parecer Atuarial e na Demonstração Atuarial, estando em consonância com a planificação contábil atualmente em vigor. Demonstra-se a seguir a composição contábil do Plano:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020	Variação R\$	Variação (%)
Provisões Matemáticas	7.907.701	7.498.884	408.817	5,45
Benefícios Concedidos	7.907.701	7.498.884	408.817	5,45
Benefício Definido	7.907.701	7.498.884	408.817	5,45

O aumento das Provisões Matemáticas no exercício de 2021, conforme verificado no quadro acima, decorre, principalmente, pelo reajuste de benefícios, resultando no aumento das obrigações atuariais do Plano com seus Assistidos, contrapondo o efeito observado pela redução da massa.

NOTA I.6

AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO DOS TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS

Conforme observado no demonstrativo, o Plano encerrou o exercício de 2021 com equilíbrio técnico positivo no montante de R\$ 2.513.870 (R\$ 1.871.252 em 2020), o que resultou em um índice de solvência após ajuste de precificação de 40,52%, acima do mínimo (35,14% em 2020).

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
A) Cálculo dos Limites		
1) Saldo das Provisões Matemáticas (P.M)	7.907.701	7.498.884
2) Cálculo do Limite de Déficit Técnico Acumulado		
2.1) Duração do Passivo do Plano deduzido de 4 pontos (zona de equilíbrio de déficit técnico)	4,77	4,89
2.2) Limite do Déficit Técnico Acumulado que deve permanecer $((1 \times 2.1) / 100) \times -1$	(377.197)	(366.695)
3) Cálculo do Limite de Superávit Técnico Acumulado		
3.1) Duração do Passivo do Plano Acrescido de 10 pontos (zona de equilíbrio do superávit técnico)	18,77	18,89
3.2) Limite do Superávit Técnico Acumulado calculado pelo Fator $(1 \times 3.1) / 100$	1.484.275	1.416.539
3.3) Limite de Superávit Técnico Acumulado calculado em 25% das P.M $(1 \times 25\%)$	1.976.925	1.874.721
3.4) Limite da Reserva de Contingência (menor valor entre o item 3.2 e 3.3)	1.484.275	1.416.539
B) Cálculo do Equilíbrio Técnico Ajustado		
4) Equilíbrio Técnico Contábil (Conta 2.03.01.02)	2.513.870	1.871.252
5) Ajuste de Precificação Positivo/Negativo	690.633	763.513
6) = (4) + (5) Equilíbrio Técnico Ajustado	3.204.503	2.634.765
7) = (6) / (1) x 100 = Índice de Solvência	40,52	35,14

O ajuste de precificação dos títulos públicos no encerramento do exercício do Plano PBS-A resultou em um valor positivo no montante de R\$ 690.633 (R\$ 763.513 – 2020), conforme demonstrativo a seguir:

Ativo	Vencimento	Quant.	Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste de Precificação 2021	Ajuste de Precificação 2020
NTN-B	15/08/2030	328	1.244.328	1.449.842	205.514	210.210
NTN-C	01/01/2031	318	2.802.069	3.139.380	337.311	402.493
NTN-B	15/08/2040	31	113.857	148.820	34.963	32.785
NTN-B	15/08/2050	53	230.148	278.234	48.086	44.460
NTN-B	15/05/2055	43	164.031	228.790	64.759	73.564
Total	-	773	4.554.433	5.245.066	690.633	763.512

(*) A quantidade informada está em milhares.

NOTA 1.7

FUNDOS PREVIDENCIAIS

São os fundos constituídos atuarialmente para atender à Gestão Previdencial dos Planos de Benefícios e destinados à distribuição de superávit, conforme quadro abaixo:

Fundos Previdenciais	31/12/2021	31/12/2020	Variação R\$	Variação (%)
Fundo de Reversão de Valores – 2012	293.046	516.080	(223.034)	(43,2)
Fundo de Reversão de Valores – 2014	191.730	337.227	(145.497)	(43,1)
Fundo de Reversão de Valores – 2015	207.327	363.882	(156.555)	(43,0)
Fundo de Reversão de Valores – 2016	693.947	586.249	107.698	18,4
Fundo de Reversão de Valores – PB1	39.182	71.213	(32.031)	(45,0)
Fundo de Demandas Judiciais – FCDJ	322.462	312.041	10.421	3,3
Fundo de Oscilação de Taxas de Juros	67.111	64.544	2.567	4,0
Total do Fundo Previdencial	1.814.805	2.251.236	(436.431)	(19,39)

Destaca-se a redução nos Fundos de Reversão de Valores PB1, 2012, 2014, 2015 por estarem sendo utilizados conforme a Portaria de Aprovação da PREVIC nº 1.061, de 05 de dezembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 09 de dezembro de 2019.

1.7.1 Fundo para Revisão de Plano

São destinados e constituídos especificamente para o atendimento à distribuição de superávit em conformidade com a Instrução Normativa Previc nº 33, de 23 de outubro de 2020. Esse subgrupo é composto pelos seguintes fundos:

Fundos de Reversão de Valores às Patrocinadoras e Assistidos PB1, 2012, 2014, 2015 e 2016 – constituídos para distribuição de superávit decorrente da Reserva Especial para Revisão de Plano, obedecendo à proporção contributiva, consoante com a decisão do Conselho Deliberativo da Entidade.

1.7.2 Outros Previstos em Nota Técnica Atuarial

Fundo de Cobertura de Demandas Judiciais – tem por finalidade suportar o impacto decorrente de eventual perda, parcial ou total, de demandas judiciais em relação à Gestão Previdencial do Plano.

Fundo de Oscilação de Taxa de Juros – tem por finalidade suportar o impacto decorrente de futura alteração da Taxa de Juros do Plano, tendo em vista a sua expectativa de redução.

NOTA I.8

PLANO DE CUSTEIO, CONFORME CONSTA NO PARECER ATUARIAL

Como as provisões matemáticas estão completamente integralizadas, sendo o patrimônio suficiente para cobrir todos os compromissos e pelo fato deste Plano ser constituído somente por Aposentados e Pensionistas, não há previsão de Contribuições Normais ou Extraordinárias no Plano de Custeio anual.

NOTA I.9

EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

A Entidade segue os critérios estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC nº 25 - Provisões, Passivos e Ativos Contingentes.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos internos e externos, procede à análise das demandas judiciais e administrativas pendentes, constituindo provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso. As variações existentes no exigível contingencial decorrem do ingresso, encerramento e reavaliação de processos, bem como da atualização monetária realizada. A seguir, demonstram-se as provisões contingenciais correspondentes ao Plano de Benefícios nos exercícios de 2020 e 2021:

Provisão	Saldo 31/12/2020	Entradas	Baixas	Reavaliações	Correções	Saldo 31/12/2021	Qnt de movimentações realizadas 2021		
							Entradas	Baixas	Reavaliação
Gestão Previdencial	587.769	12.508	(33.643)	(4.118)	100.267	662.783	59	59	204
Expurgos Inflacionários	1.446	-	(1.165)	469	115	865	-	4	4
Ações Reflexas	105.789	-	(3.024)	(20.996)	11.474	93.243	1	5	50
PIS e COFINS - Auto de Infração	17.038	-	-	-	740	17.778	-	-	-
Taxas Prediais	-	2	-	-	-	2	-	-	-
Seguro de Vida	13	-	-	-	14	27	-	-	-
Demandas Judiciais	463.483	12.506	(29.454)	16.409	87.924	550.868	58	50	150
Investimentos	79.852	-	-	-	14.456	94.308	-	-	-
Imposto de Renda	27.674	-	-	-	255	27.929	-	-	-
Imóveis	51.116	-	-	-	14.151	65.267	-	-	-
Outros	1.062	-	-	-	50	1.112	-	-	-
Total	667.621	12.508	(33.643)	(4.118)	114.723	757.091	59	59	204

No encerramento do exercício de 2021, a Administração avaliou que os valores registrados nos seus passivos por demandas judiciais e administrativas estão adequados. Abaixo estão descritos os principais passivos por demandas judiciais e/ou administrativas demonstrados no quadro acima.

Expurgos Inflacionários – trata-se de ações propostas por Participantes requerendo diferenças decorrentes da utilização de índices de inflação ditos “expurgados”, quando do cálculo da atualização monetária de suas reservas de poupança. A provisão contingencial foi constituída para os casos dos Ex-Participantes que resgataram reservas e que tenham ingressado em juízo, referente a diferença entre o valor pleiteado e o valor resgatado destas ações, considerando a avaliação de risco da administração da Fundação.

Ações Reflexas de Patrocinadora – trata-se de ações trabalhistas, propostas por ex-empregados Aposentados de Patrocinadoras, que têm por objeto a alteração no valor da suplementação de aposentadoria, com base em verbas trabalhistas alcançadas em ação contra Patrocinadora.

Previdencial – Demandas Judiciais – trata-se de ações em que se discute regras de regulamento do Plano, entre elas: (i) Cálculo hipotético INSS; (ii) Aposentadoria antecipada – redutor etário; (iii) Aposentadoria antecipada – aplicação coeficiente INSS; (iv) Integralização de suplementação de benefício; (v) Aplicação de correção monetária; (vi) Correção monetária salário de participação pelo INPC; (vii) Reajuste do benefício pelos mesmos índices do INSS; e (viii) Garantia do benefício mínimo, ou assuntos previdenciários diversos, tais como: pecúlio, pensão, alteração da espécie do benefício, superávit 1999; superávit 2009, reajuste de benefício e FRI - Fator de Reajuste Inicial. O valor da contingência registrada refere-se às ações ainda em andamento que tiveram decisões desfavoráveis à Sistel em 1ª ou 2ª instância.

***PIS/COFINS – Auto de Infração** – trata-se de um auto de infração correspondente a PIS e COFINS referente aos meses de janeiro a setembro, novembro e dezembro de 2009, de supostos débitos tributários, adicionados a juros de mora e multa de ofício. Levando-se em conta o objeto da matéria em discussão, o montante envolvido e a constituição do crédito tributário pela Receita Federal foram registrados em provisão específica, no valor dos autos de infração com os referidos encargos financeiros.

Imposto de Renda – trata-se de provisão para suportar o risco identificado em ação anulatória tributária que discute a compensação de crédito referente ao Imposto de Renda sobre investimentos em renda fixa do exercício de 1994.

Imóveis e Outros – trata-se de ações judiciais pertinentes à administração da carteira de imóveis, outros investimentos.

O quadro abaixo demonstra o montante de ações classificadas como “possíveis” no Plano de Benefícios:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Quantidade	Valor em R\$	Quantidade	Valor em R\$
Previdenciais Demandas Judiciais	744	227.213	918	243.649
Imóveis	3	84	4	94

(*) A quantidade está por litis (pessoa), mas o total de processos com o risco possível e com valores são de 430 processos. Os demais processos não classificados com probabilidade de perda possível.

NOTA I.10

FUNDOS ADMINISTRATIVOS

A Fundação Sistel controla e registra o fundo administrativo do Plano PBS-A, considerando o estoque inicial de recursos existente para esse Plano, o fluxo de entradas e saídas de recursos, bem como o seu estoque final. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo do Fundo Administrativo do Plano é de R\$ 771.001 (R\$ 696.651 em 2020).

II. Plano PBS-Telebras

Plano de Benefícios Sistel - Telebras

NOTA II.1

PRINCIPAIS EVENTOS DO EXERCÍCIO

II.1.1 Formação do Resultado do Exercício

O Plano PBS-Telebras constituiu um superávit técnico no montante de R\$ 8.476 no exercício de 2021 (R\$ 5.207 em 2020). O quadro abaixo demonstra a formação do resultado no período:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020	Variação em (R\$)	Variação (%)
(+) Receitas	-	1	(1)	100,00
(-) Despesas	(15.209)	(14.564)	(645)	4,43
(+-) Constituições/Reversões Contingências	(1.219)	2.935	(4.154)	(141,53)
(+-) Fluxo de Investimentos	55.015	36.932	18.083	48,96
(+-) Const./Rev. Prov. Matemáticas	(13.158)	(6.665)	(6.493)	97,42
(+-) Constituição/Reversão de Fundos	(16.952)	(13.432)	(3.520)	26,21
Resultado Anual	8.477	5.207	3.270	62,78
Resultado Acumulado (*)	50.018	42.561	7.457	17,52
Pagamento de Superávit	(54.060)	(47.936)	(6.124)	12,78

(*) O resultado apresentado no exercício foi de R\$ 8.477 e a variação no resultado acumulado foi de R\$ 7.457. A variação é decorrente do efeito permutativo, da destinação de superávit no exercício no montante de R\$ 1.020, detalhado na nota II.2.

O Plano não conta com ingresso de receitas previdenciais. O valor apresentado no exercício anterior em contribuições é decorrente de ajustes de exercícios anteriores com a recuperação de créditos baixados como perda.

O resultado positivo dos investimentos no montante de R\$ 55.015 (R\$ 36.932 em 2020) foi suficiente para cobrir as demais despesas e constituições de provisões matemáticas e fundos previdenciais, formando o resultado do período de R\$ 8.476 (R\$ 5.207 em 2020).

Destacamos os principais fatores que contribuíram para a formação do resultado positivo no período:

- A variação nas despesas decorre, principalmente, do aumento do pagamento de benefícios em virtude da correção dos mesmos pela variação do INPC no período.
- A constituição de contingências ocorre em função, principalmente, das correções monetárias realizadas no período. No exercício anterior houve reversão parcial de 76,25% da provisão de PIS/COFINS, em razão do êxito parcial na esfera administrativa de supostos débitos tributários. Parte do valor continua provisionado tendo em vista que a Entidade continua a questionar os valores judicialmente.
- A rentabilidade acumulada dos investimentos do Plano em 2021 é de 14,51% (9,14% - 2020) e superou a variação do INPC no período e a Taxa de Juros adotada na Avaliação Atuarial. A variação observada no resultado dos investimentos decorre, principalmente, da alocação relevante em títulos atrelados à Selic (LFT), destinados ao fluxo de caixa do Plano de Benefícios e por títulos atrelados à variação do IPCA (NTN-B), justificando o maior volume de rendimentos positivos auferidos no exercício, quando comparado ao período anterior.

- A avaliação atuarial demonstrou que todas as hipóteses estão aderentes e adequadas para serem utilizadas em 2021, não acarretando em alterações em relação ao exercício anterior. O montante constituído de provisão matemática foi superior ao exercício anterior em função, principalmente, do reajuste de benefícios.
- O pagamento de superávit no exercício foi superior ao período anterior em virtude da correção monetária do fundo reservado para este fim. Cabe ressaltar que este pagamento não impacta o resultado do exercício atual, tendo em vista ser decorrente de resultado de exercícios anteriores.
- Logo, o aumento do resultado dos investimentos no período foi o fator principal para o melhor resultado contábil do Plano em 2021 em relação ao ano de 2020.

II.1.2 Impactos da Alteração Normativa nas Demonstrações Contábeis do Plano

As demonstrações contábeis relativas ao exercício social de 2020 foram ajustadas para fins comparativos com o exercício social de 2021. A obrigatoriedade da apresentação das demonstrações contábeis de 2020 reclassificadas está contida no anexo III da Instrução Previc nº 44, de 23 de novembro de 2021, da seguinte forma: "Para o exercício de 2021 as informações comparativas do exercício anterior devem ser reclassificadas e evidenciadas em item específico nas notas explicativas". Diante do exposto, apresentamos os impactos incorridos com as reclassificações ocorridas na divulgação do exercício anterior nas demonstrações contábeis do Plano:

II.1.2.1 Demonstração do Ativo Líquido (DAL) e Demonstração das Provisões Técnicas por Plano de Benefícios (DPT)

Os valores anunciados na Demonstração do Ativo Líquido (DAL) e Demonstração das Provisões Técnicas (DPT) de 2020 permanecem idênticos ao anteriormente apresentado, sem apresentar impactos após entrada em vigor dos novos normativos.

II.1.2.2 Demonstração da Mutações do Ativo Líquido

Os valores anunciados na Demonstração da Mutações do Ativo Líquido em 2020 apresentam pequenas modificações em relação ao anteriormente apresentado, devido às reclassificações realizadas para atendimento aos novos normativos. Apresentamos abaixo os impactos das reclassificações:

Destinações: foi realizada a abertura dos valores de Benefícios, sendo criada a nova rubrica de Outras Destinações, reclassificando o montante de R\$ 15. Foi realizada ainda a reclassificação do montante aqui demonstrado para a rubrica de Outros Eventos do Ativo Líquido no montante de R\$ 47.936.

Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido: foi realizada a anulação do efeito de Fundos Previdenciais no montante de R\$ 47.936, decorrentes do pagamento de superávit realizado no exercício que agora estão adequadamente evidenciados na rubrica de Outros Eventos do Ativo Líquido.

Outros Eventos do Ativo Líquido: foi reclassificado para este novo grupo, criado pela alteração normativa, o montante de R\$ 47.936, o que deixa transparente o montante pago de superávit no exercício para o usuário da informação contábil.

Descrição	Reclassificado em 2021 pela IN Previc nº 31/2020, alterada pela IN Previc nº 44/2021	Apresentado em 2020 pela IN SPC nº 34/2009
A) Ativo Líquido – início do exercício	425.703	425.703
1. Adições	39.868	39.868
Contribuições	1	1
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	36.932	36.932
Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	2.935	2.935
2. Destinações	(14.564)	(62.500)
Benefícios	(14.549)	(62.500)
Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-	-
Outras Destinações	(15)	-
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	25.304	(22.633)
Provisões Matemáticas	6.665	6.665
Fundos Previdenciais	13.432	(34.505)
Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	5.207	5.207
4. Outros Eventos do Ativo Líquido	(47.936)	-
5. Operações Transitórias	-	-
B) Ativo Líquido – final do exercício (A+3+4+5)	403.071	403.070
C) Fundos não Previdenciais	4.638	4.638
Fundos Administrativos	4.557	4.557
Fundos para Garantia das Operações com Participantes	81	81

II.1.2.3 Demonstração do Plano de Gestão Administrativa do Plano

Até o exercício social findo em 31/12/2020, os valores das despesas administrativas eram apresentados de forma segregada entre administração previdencial, administração dos investimentos, comuns e específicas. Para fins de reclassificação comparativa, os valores das despesas administrativas apresentados em 2020 foram consolidados, não acarretando em alteração de valores nas despesas administrativas totais e no valor do Fundo Administrativo do Plano.

Reclassificado em 2021 pela IN Previc nº 31/2020, alterada pela IN Previc nº 44/2021		Apresentado em 2020 pela IN SPC nº 34/2009	
2 Despesas Administrativas	(716)	2 Despesas Administrativas	(716)
2.1 Administração dos Planos Previdenciais	(716)	2.1 Administração Previdencial	(500)
Pessoal e encargos	(198)	2.1.1 Despesas Comuns	(109)
Treinamentos/congressos e seminários	(1)	2.1.2 Despesas Específicas	(391)
Serviços de terceiros	(172)	Viagens e estadias	(121)
Despesas gerais	(49)	Serviços de terceiros	(1)
Depreciações e amortizações	(8)	Despesas gerais	(269)
Tributos	(287)	Tributos	(216)
		2.2 Administração dos Investimentos	(198)
		2.2.1 Despesas Comuns	(18)
		2.2.2 Despesas Específicas	(18)
		Viagens e estadias	-

NOTA II.2

DESTINAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADO DO PLANO

II.2.1 Destinação de Superávit

A situação econômica-atuarial do Plano, em 2021, é superavitária em R\$ 50.018 (R\$ 42.561 – 2020). Em 2021, de acordo com o Artigo 20, da Lei Complementar nº 109/2001, e a Resolução CNPC nº 30/2018, depois de satisfeitas todas as exigências, foi realizada a destinação do resultado do exercício de 2018 no montante de R\$ 1.020.

Descrição	Ativo Líquido Antes da Destinação	Destinação Superávit 2018	Ativo Líquido Após Destinação
Provisões Matemáticas	215.204	-	215.204
Superávit Técnico	51.038	(1.020)	50.018
Reserva de Contingência	43.277	-	43.277
Reserva Especial para Revisão do Plano	7.761	(1.020)	6.741
Fundos Previdenciais	121.356	1.020	122.376

II.2.2 Distribuição de Superávit

Em 2019, a Previc autorizou a distribuição de superávit para o Plano PBS-Telebras através da Portaria PREVIC/DILIC nº 1.029. Esta aprovação contou com a reversão de valores para a Patrocinadora, referente ao fundo previdencial do exercício de 2009. Os demais fundos destinados ainda aguardam aprovação daquele órgão para início de distribuição.

Fundo	Saldo em 31/12/2020 a distribuir de Superávit	Destinação do superávit 2018 em 31/12/2021	Pagamento de Superávit em 2021	Atualização pela variação da Cota do Plano	Saldo em 31/12/2021 a distribuir de Superávit
Fundo 2009 - Patrocinadora	97.775		(54.058)	9.852	53.569
Fundo 2014	553	-	-	80	633
Fundo 2015	9.970	-	-	1.448	11.418
Fundo 2017	10.595	-	-	-	10.595
Fundo 2018	-	1.020	-	-	1.020
Total	118.893	1.020	(54.058)	11.380	77.235

(*) O processo de distribuição de superávit correspondente aos exercícios de 2014 e 2015 foi submetido à análise e aprovação da Previc em 26/06/2020, porém ainda não foi aprovado, tendo a análise sido suspensa pela Previc, conforme notificação recebida pela Sistel em 14/09/2020 devido à situação da ação FENAPAS (Nota 8).

NOTA II.3

REALIZÁVEL DE INVESTIMENTOS

II.3.1 Demonstrativo da Composição da Carteira de Investimentos

Descrição	31/12/2021	31/12/2020	Variação em R\$	Variação em (%)
Ativos Financeiros de Crédito Privado	20.952	19.555	1.397	7,14
Letra Financeira	14.328	13.204	1.124	8,51
Debêntures	6.624	6.351	273	4,30
Fundos de Investimentos	377.190	392.603	(15.413)	(3,93)
Fundo de Investimento Renda Fixa	368.599	382.858	(14.259)	(3,72)
Fundo de Investimentos em Participações - FIP	8.591	9.745	(1.154)	(11,84)
Operações com Participantes	834	1.008	(174)	(17,26)
Empréstimos	834	1.008	(174)	(17,26)
Depósitos Judiciais/Recursais	22	22	-	0,00
Total do Realizável de Investimentos	398.998	413.188	(14.190)	(3,43%)

Os valores acima estão líquidos das provisões para perdas.

A posição em crédito privado apresentou elevação em função da valorização dos ativos a mercado, não tendo ocorrido novas aplicações no período.

A redução da posição em fundos de investimentos em Renda Fixa decorreu dos desencaixes para pagamentos de benefícios e superávit no exercício.

A redução dos fundos de participações decorreu dos recebimentos de amortizações e desvalorização da cota, não tendo ocorrido novas aplicações no período.

II.3.2 Títulos e Valores Mobiliários

A Entidade tem como prática realizar um estudo de ALM (Asset Liability Management) que demonstrou a capacidade econômico-financeira do Plano de suportar o carregamento dos títulos marcados à curva até o seu vencimento sem afetar a liquidez necessária para cumprimento de compromissos, conforme determinado pelo Artigo 37 da Resolução CNPC nº 43, de 6 de agosto de 2021, e posteriores alterações.

No período, não houve reclassificação entre as categorias "Títulos para negociação" e "Títulos mantidos até o vencimento", também não ocorreu a aquisição de novos títulos classificados como "Títulos mantidos até o vencimento".

O quadro abaixo demonstra a carteira de investimentos do Plano de acordo com seus vencimentos, no que couber, e os valores a receber e a pagar não estão incluídos:

PBS-Telebras							
Natureza/Tipo	Vencimento	2021			2020		
		Quantidade	Valor de Custo	Valor de Mercado	Quantidade	Valor de Custo	Valor de Mercado
Créditos Privados e Depósitos	-	3.862	8.890	20.952	3.862	8.890	19.555
Companhias Abertas	-	3.852	3.890	6.624	3.852	3.890	6.351
Debêntures	>365 Dias	3.852	3.890	6.624	3.852	3.890	6.351
Instituições Financeiras	-	10	5.000	14.328	10	5.000	13.204
Letras Financeiras	<365 Dias	10	5.000	14.328	-	-	-
Letras Financeiras	>365 Dias	-	-	-	10	5.000	13.204
Fundos de Investimento	-	58.363.567	270.180	377.190	58.363.567	270.180	392.603
Renda Fixa	-	54.546.632	262.783	368.599	54.546.632	262.783	382.858
Participações	-	3.816.935	7.397	8.591	3.816.935	7.397	9.745

II.3.3 Abertura dos Títulos por Faixas de Vencimento

II.3.3.1 Mantidos até o Vencimento (HtM)

Em 31/12/2021

Títulos Mantidos até o Vencimento						
Títulos	0-1 Ano	1-5 Anos	5-10 Anos	Acima de 10 Anos	Valor Contábil	Valor Mercado
Investimentos em Renda Fixa	26.548	60.801	65.286	184.482	337.117	353.292
Nota do Tesouro Nacional - Série B	26.548	60.801	65.286	184.482	337.117	353.292
Total	26.548	60.801	65.286	184.482	337.117	353.292

Em 31/12/2020

Títulos Mantidos até o Vencimento						
Títulos	0-1 Ano	1-5 Anos	5-10 Anos	Acima de 10 Anos	Valor Contábil	Valor Mercado
Investimentos em Renda Fixa	12.266	66.395	71.279	175.070	325.011	409.472
Nota do Tesouro Nacional - Série B	12.266	66.395	71.279	175.070	325.011	409.472
Total	12.266	66.395	71.279	175.070	325.011	409.472

II.3.3.2 Disponíveis para Negociação (MtM)

Em 31/12/2021

Títulos Disponíveis para Negociação						
Títulos	0-1 Ano	1-5 Anos	5-10 Anos	Acima de 10 Anos	Indeterminado	Valor Total
Investimentos em Renda Fixa	18.179	34.288	-	-	-	52.467
Nota do Tesouro Nacional - Série B	816	7.396	-	-	-	8.212
Letra Financeira do Tesouro - LFT	3.035	20.217	-	-	-	23.252
Letra do Tesouro Nacional - LTN	-	51	-	-	-	51
Debêntures	-	6.624	-	-	-	6.624
Letras Financeiras Privadas	14.328	-	-	-	-	14.328
Total	18.179	34.288	-	-	-	52.467

Em 31/12/2020

Títulos Disponíveis para Negociação						
Títulos	0-1 Ano	1-5 Anos	5-10 Anos	Acima de 10 Anos	Indeterminado	Valor Total
Investimentos em Renda Fixa	9.951	67.478	-	-	-	77.428
Nota do Tesouro Nacional - Série B	-	899	-	-	-	899
Letra Financeira do Tesouro - LFT	8.947	47.024	-	-	-	55.971
Letra do Tesouro Nacional - LTN	1.004	-	-	-	-	1.004
Debêntures	-	6.351	-	-	-	6.351
Letras Financeiras Privadas	-	13.204	-	-	-	13.204
Total	9.951	67.478	-	-	-	77.428

II.3.4 Títulos Mantidos até o Vencimento

ABERTURA DA ALOCAÇÃO - MARCAÇÃO ATÉ O VENCIMENTO				
DESCRIÇÃO	Em 31/12/2021	Em 31/12/2020	Variação em R\$	Variação (%)
Investimentos em Renda Fixa	337.117	325.011	12.106	3,72
Nota do Tesouro Nacional - Série B	337.117	325.011	12.106	3,72

Não estão sendo considerados no quadro acima os valores de CPR (contas a pagar e a receber) dos fundos.

II.3.5 Títulos Disponíveis para Negociação

O quadro a seguir demonstra os títulos que poderão não ser levados até seu vencimento e, portanto, estão marcados a mercado na carteira de investimentos do Plano de Benefícios:

Abertura da Alocação - Marcação a Mercado				
Descrição	Em 31/12/2021	Em 31/12/2020	Variação em R\$	Variação (%)
Investimentos em Renda Fixa	52.466	77.429	(24.963)	(32,24)
Nota do Tesouro Nacional - Série B	8.212	899	7.313	813,46
Letra Financeira - LF	14.328	13.204	1.124	8,51
Letra Financeira do Tesouro - LFT	23.252	55.971	(32.719)	(58,46)
Debêntures	6.624	6.351	273	4,30
Letra do Tesouro Nacional - LTN	50	1.004	(954)	(95,02)
Investimentos Estruturados	8.591	9.745	(1.154)	(11,84)
FIC FIP BTG INFRA II	4.847	5.595	(748)	(13,37)
FIP BVEP PLAZA CL A	2.755	3.053	(298)	(9,77)
FIP BVEP PLAZA CL B	989	1.096	(107)	(9,77)
Operações com Participantes - Empréstimos	834	1.007	(173)	(17,14)
Total	61.891	88.181	(26.289)	(29,81)

Não estão sendo considerados no quadro acima os valores de CPR (contas a pagar e a receber) dos fundos.

II.3.6 Títulos Privados

Natureza	31/12/2021	31/12/2020	Variação R\$	Variação (%)
Créditos Privados e Depósitos	20.952	19.555	1.397	7,14
Companhias Abertas	6.624	6.351	273	4,30
Debêntures CEMIG	6.624	6.351	273	4,30
Letras Financeiras	14.328	13.204	1.124	8,51
Letras Financeiras ITAÚ	14.328	13.204	1.124	8,51

II.3.6 Operações com Participantes

As provisões para perdas, relativas à inadimplência de operações de empréstimos concedidos aos Assis- tidos do Plano PBS-Telebras, administrado pela Fundação Sistel, foram constituídas conforme critérios estabelecidos pela Instrução Previc nº 31/2020. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo da provisão para perdas é de R\$ 51 (R\$ 33 em 2020).

Descrição	Saldo em 31/12/2020	Movimentação	Saldo em 31/12/2021	Taxa de Juros Carteira
Valor Atualizado	1.037	(152)	885	
Prestações a Receber	3	(3)	-	
(-) Provisão Devedores Duvidosos	(33)	(18)	(51)	
Faixa Provisionamento 75%	(33)	33	-	
Faixa Provisionamento 100%	-	(51)	(51)	
Saldo da Carteira	1.007	(173)	834	INPC + 5% a.a.

NOTA II.4

PREMISSAS ATUARIAIS

A Avaliação Atuarial tem como objetivo principal estimar, na data base de cálculo, os compromissos do Plano de Benefícios para com seus Participantes e Assistidos e o seu custeio a longo prazo, devendo incluir os valores esperados relativos tanto aos Participantes quanto aos Assistidos. Com esse objetivo, são realizadas projeções de longo prazo, admitindo-se um conjunto de hipóteses atuariais que represente de forma realista a experiência com relação à expectativa futura do Plano. Em atendimento ao disposto na Resolução CNPC nº 30/2018, a Fundação Sistel promoveu o estudo das hipóteses utilizadas nas avaliações atuariais para cada um dos Planos de Benefícios por ela administrados, juntamente com a empresa Mercer Human Resource Consulting Ltda., CNPJ nº 55.492.391/0001-09, no intuito de atestar se as hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras, bem como os demais itens referentes ao custeio proposto para o Plano de Benefícios, inclusive a adoção de taxa de juros, estão adequadas às características da sua massa de Participantes e Assistidos, e ao regulamento do Plano, de forma a evitar ganhos e perdas atuariais cumulativas ao longo do tempo. O quadro abaixo demonstra as premissas atuariais utilizadas na Avaliação Atuarial do exercício de 2021, comparativamente àquelas adotadas no ano anterior:

Hipóteses Atuariais	31/12/2021	31/12/2020
Bases Popacionais		
Rotatividade	0,00% a.a.	0,00% a.a.
Bases Econômicas e Financeiras		
Taxa de Juros	3,90% a.a.	3,90% a.a.
Crescimento Salarial	1,00% a.a.	1,00% a.a.
Fator de Capacidade	0,98	0,98
Hipóteses Biométricas		
Tábua de Mortalidade Geral	AT 2000 Female	AT 2000 Female
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RP 2000 Disabled Female	RP 2000 Disabled Female
Tábua de Entrada em Invalidez	Light Fraca	Light Fraca
Tábua de Entrada em Auxílio Doença	EXP. Telebras 2006 - 2015	EXP. Telebras 2006 - 2015

Destaca-se a manutenção de todas as hipóteses, inclusive a da taxa de juros de 3,90% a.a. contida dentro do intervalo resultante da aplicação da Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média (ETTJ), conforme publicado na Portaria nº 228/2021, de que trata a Instrução Previc nº 33/2020.

NOTA II.5

PROVISÕES MATEMÁTICAS

Como resultado da Avaliação Atuarial realizada com base em levantamento de dados posicionados em 31/12/2021, as provisões matemáticas foram calculadas pela empresa contratada Mercer Human Resource Consulting Ltda. Os valores registrados constam no Parecer Atuarial e na Demonstração Atuarial, estando em consonância com a planificação contábil atualmente em vigor. Demonstra-se a seguir a composição contábil do Plano:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020	Variação R\$	Variação (%)
Provisões Matemáticas	215.204	202.046	13.158	6,51
Benefícios Concedidos	202.752	186.140	16.612	8,92
Contribuição Definida	2.338	3.551	(1.213)	(34,16)
Benefício Definido	200.414	182.589	17.825	9,76
Benefício a Conceder	12.452	15.906	(3.454)	(21,72)
Contribuição Definida	3.597	3.819	(222)	(5,81)
Benefício Definido	8.855	12.087	(3.232)	(26,74)

O aumento das Provisões Matemáticas no exercício de 2021, conforme verificado no quadro acima, decorre, principalmente, pelo reajuste de benefícios, resultando no aumento das obrigações atuariais do Plano com seus Assistidos, contrapondo o efeito observado pela movimentação da massa.

A redução das Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder deve-se, principalmente, às concessões de aposentadoria ao longo do exercício.

A conta de Contribuição Definida corresponde à parcela do Superávit dos Participantes e Assistidos, cuja utilização foi aprovada pela Previc, antiga SPC, pela Portaria nº 2.537, de 25/09/2008 (D.O.U. de 26/09/2008) - anterior, portanto, à legislação atual.

NOTA II.6

AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO DOS TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS

a) Ajuste de Precificação

Conforme observado no demonstrativo, o Plano encerrou o exercício de 2021 com equilíbrio técnico positivo no montante de R\$ 50.018 (R\$ 42.561 em 2020), o que resultou em um índice de solvência após ajuste de precificação de 34,75%, acima do mínimo regulamentar (33,42% em 2020).

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
A) Cálculo dos Limites		
1) Saldo das Provisões Matemáticas (P.M)	209.269	194.676
2) Cálculo do Limite de Déficit Técnico Acumulado		
2.1) Duração do Passivo do Plano deduzido de 4 pontos (zona de equilíbrio de déficit técnico)	6,68	6,82
2.2) Limite do Déficit Técnico Acumulado que deve permanecer $((1 \times 2.1)/100)^{-1}$	(13.979)	(13.277)
3) Cálculo do Limite de Superávit Técnico Acumulado		
3.1) Duração do Passivo do Plano Acrescido de 10 pontos (zona de equilíbrio do superávit técnico)	20,68	20,82
3.2) Limite do Superávit Técnico Acumulado calculado pelo Fator $(1 \times 3.1)/100$	43.277	40.532
3.3) Limite de Superávit Técnico Acumulado calculado em 25% das P.M $(1 \times 25\%)$	52.317	48.669
3.4) Limite da Reserva de Contingência (menor valor entre o item 3.2 e 3.3) (*)	43.277	40.532
B) Cálculo do Equilíbrio Técnico Ajustado		
4) Equilíbrio Técnico Contábil (Conta 2.03.01.02)	50.018	42.561
5) Ajuste de Precificação Positivo/Negativo	22.701	22.491
6) = (4) + (5) Equilíbrio Técnico Ajustado	72.719	65.052
7) = (6) / (1) x 100 = Índice de Solvência	34,75	33,42

(*) São consideradas apenas as contas de provisões matemáticas de Benefício Definido para cálculo do limite da reserva de contingência.

O ajuste de precificação dos títulos públicos no encerramento do exercício do Plano PBS-Telebras resultou em um valor positivo no montante de R\$ 22.701 (R\$ 22.491 – 2020), conforme demonstrativo a seguir:

Ativo	Vencimento	Quant.	Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste de Precificação 2021	Ajuste de Precificação 2020
NTN-B	15/08/2024	11	8.135	8.469	334	425
NTN-B	15/08/2026	24	17.803	19.083	1.280	1.438
NTN-B	15/08/2030	10	6.832	7.923	1.091	1.122
NTN-B	15/05/2035	54	38.933	47.144	8.211	8.149
NTN-B	15/08/2040	11	7.943	10.277	2.334	2.272
NTN-B	15/05/2045	28	20.953	26.392	5.439	5.248
NTN-B	15/05/2050	12	8.524	11.795	3.271	3.130
NTN-B	15/05/2055	3	1.757	2.498	741	707
Total	-	153	110.880	133.581	22.701	22.491

(*) A quantidade informada está em milhares.

NOTA II.7

FUNDOS PREVIDENCIAIS

São os fundos constituídos atuarialmente para atender à Gestão Previdencial dos Planos de Benefícios e destinados à distribuição de superávit, conforme quadro a seguir:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020	Variação R\$	Variação (%)
Fundo de Reversão de Valores 2009	53.569	97.775	(44.206)	(45,21)
Fundo de Reversão de Valores 2014	633	553	80	14,47
Fundo de Reversão de Valores 2015	11.417	9.970	1.447	14,51
Fundo de Reversão de Valores 2017(*)	10.595	10.595	-	0,00
Fundo de Reversão de Valores 2018	1.020	-	1.020	100,00
Fundo de Desvios Espectrais do Plano	42.974	37.523	5.451	14,53
Fundo de Oscilação da Taxa de Juros	2.168	2.048	120	5,86
Total	122.376	158.463	(36.087)	(22,77)

(*) O fundo de 2017 não está sendo corrigido pela variação da cota, conforme estabelecido em reunião do Conselho Deliberativo no exercício de 2020.

Destaca-se a redução no Fundo de Reversão de Valores 2009 por estar sendo utilizado conforme a Portaria de Aprovação da Previc nº1.029, de 28 de novembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 09 de dezembro de 2019.

II.7.1 Fundo para Revisão de Plano

São destinados e constituídos especificamente para o atendimento à distribuição de superávit em conformidade com a Instrução Normativa Previc nº 33, de 23 de outubro de 2020. Esse subgrupo é composto pelos seguintes fundos:

Fundos de Reversão de Valores às Patrocinadoras, Participantes e Assistidos 2009, 2014, 2015, 2017 e 2018 – constituídos para distribuição de superávit decorrente da Reserva Especial para Revisão de Plano, obedecendo à proporção contributiva, consoante com a decisão do Conselho Deliberativo da Entidade. Observa-se que o Fundo de Reversão de Valores de 2009 é unicamente correspondente à Patrocinadora, visto que a parcela correspondente aos Participantes e Assistidos já havia sido alocada individualmente.

II.7.2 Outros Previstos em Nota Técnica Atuarial

Fundo Previdencial para Cobertura de Desvios Espectrais do Plano (FCDE) – tem por finalidade suportar as oscilações de riscos das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder, em decorrência de variações conjugadas dos parâmetros utilizados para o cálculo das provisões, executando-se as variações em decorrência de juros técnicos e da tábua biométrica, que serão definidas em fundos específicos, quando for o caso.

Fundo de Oscilação de Taxa de Juros – tem por finalidade suportar o impacto decorrente de futura alteração da Taxa de Juros do Plano, tendo em vista a sua expectativa de redução.

NOTA II.8

PLANO DE CUSTEIO PBS-TELEBRAS, CONFORME CONSTA NO PARECER ATUARIAL

Em decorrência da plena cobertura dos benefícios concedidos e a conceder e levando-se em consideração a integralização das contribuições em função do processo de utilização dos recursos excedentes (superávit) ocorrido em 2009 e, de forma geral, o Regulamento em vigor na data da Avaliação Atuarial, bem como ante a inexistência de custos para o Plano, não foi estabelecido Plano de Custeio.

NOTA II.9

EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

A Entidade segue os critérios estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC nº 25 - Provisões, Passivos e Ativos Contingentes.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos internos e externos, procede à análise das demandas judiciais e administrativas pendentes e constitui provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso. As variações existentes no exigível contingencial decorrem do ingresso, encerramento e reavaliação de processos, bem como da atualização monetária realizada.

A seguir, demonstram-se as provisões contingenciais correspondentes ao Plano de Benefícios nos exercícios de 2021 e 2020:

Provisão	Saldo 31/12/2020	Entradas	Baixas	Reavaliações	Correções	Saldo 31/12/2021	Qnt de movimentações realizadas 2021		
							Entradas	Baixas	Reavaliação
Gestão Previdencial	7.288	-	-	-	1.192	8.480	-	-	-
Expurgos Inflacionários	5.964	-	-	-	1.111	7.075	-	-	-
PIS/COFINS auto de Infração	1.189	-	-	-	51	1.240	-	-	-
Demandas Judiciais	135	-	-	-	30	165	-	-	-
Investimentos	1.704	-	-	-	18	1.722	-	-	-
Imposto de Renda	1.635	-	-	-	15	1.650	-	-	-
Outros	69	-	-	-	3	72	-	-	-
Total	8.992	-	-	-	1.210	10.202	-	-	-

O Plano não possui ações classificadas como probabilidade de perda possível no exercício de 2021 e 2020.

No encerramento do exercício de 2021, a Administração avaliou que os valores registrados nos seus passivos por demandas judiciais e administrativas estão adequados. A seguir estão descritos os principais passivos por demandas judiciais ou administrativas.

Expurgos Inflacionários – trata-se de ações propostas por Participantes requerendo diferenças decorrentes da utilização de índices de inflação ditos “expurgados”, quando do cálculo da atualização monetária de suas reservas de poupança. A provisão contingencial foi constituída para os casos dos Ex-Participantes que resgataram reservas, e que tenham ingressado em juízo, referente a diferença entre o valor pleiteado e o valor resgatado destas ações, considerando a avaliação de risco da administração da Fundação.

PIS/COFINS – Auto de Infração - trata-se de um auto de infração correspondente a PIS e COFINS referente aos meses de janeiro a setembro, novembro e dezembro de 2009, de supostos débitos tributários, adicionados a juros de mora e multa de ofício. Levando-se em conta o objeto da matéria em discussão, o montante envolvido e a constituição do crédito tributário pela Receita Federal, foram registrados em provisão específica, no valor dos autos de infração com os referidos encargos.

Previdencial – Demandas Judiciais – trata-se de ações em que se discute regras de regulamento do Plano, entre elas: (i) Cálculo hipotético INSS; (ii) Aposentadoria antecipada – redutor etário; (iii) Aposentadoria antecipada – aplicação coeficiente INSS; (iv) Integralização de suplementação de benefício; (v) Aplicação de correção monetária; (vi) Correção monetária do salário de participação pelo INPC; (vii) Reajuste do benefício pelos mesmos índices do INSS; e (viii) Garantia do benefício mínimo, ou e assuntos previdenciários diversos, tais como: pecúlio, pensão, alteração da espécie do benefício, superávit 1999, superávit 2009, reajuste de benefício e FRI - Fator de Reajuste Inicial. O valor da contingência registrada refere-se às ações ainda em andamento que tiveram decisões desfavoráveis à Sistel em 1ª ou 2ª instância.

Imposto de Renda – trata-se de provisão para suportar o risco identificado em ação anulatória tributária que discute o pagamento de imposto de renda adicional sobre os investimentos de renda fixa de 1994.

Outros – trata-se de ações judiciais pertinentes à administração da carteira de investimentos.

NOTA II.10

FUNDOS ADMINISTRATIVOS

A Fundação Sistel controla e registra o fundo administrativo do Plano PBS-Telebras, considerando o estoque inicial de recursos existente para esse Plano, o fluxo de entradas e saídas de recursos, bem como o seu estoque final. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo do Fundo Administrativo é de R\$ 69.267 (R\$ 60.816 em 2020).

III. Plano PBS-CPqD

Plano de Benefícios Sistel - CPqD



NOTA III.1

PRINCIPAIS EVENTOS DO EXERCÍCIO

III.1.1 Formação do Resultado do Plano

O Plano PBS-CPqD constituiu um déficit técnico no montante de R\$ 318 no exercício de 2021 (superávit R\$ 16 em 2020). A situação do Plano é superavitária no acumulado em R\$ 1.178 (R\$ 1.496 – 2020).

A movimentação no quadro abaixo demonstra a formação do resultado no período:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020	Variação em (R\$)	Variação (%)
(+) Receitas	153	145	8	5,52
(-) Despesas	(2.658)	(2.493)	(168)	6,75
(-) Custeio Administrativo	(17)	(16)	(1)	6,25
(+-) Constituições/Reversões Contingências	(11)	206	(217)	(105,34)
(+-) Fluxo de Investimentos	6.049	3.923	2.126	54,19
(+-) Const./Rev. Prov. Matemáticas	(3.804)	(2.099)	(1.705)	81,23
(+-) Constituição/Reversão de Fundos	(30)	350	(380)	(108,57)
Resultado Anual	(318)	16	(334)	(2.087,50)
Resultado Acumulado	1.178	1.496	(318)	(21,26)

O quadro acima demonstra as principais movimentações ocorridas para formação do resultado do Plano. O déficit apresentado no período é, decorrente dos seguintes eventos:

- As receitas do Plano mantiveram-se constantes nos períodos.
- O aumento das despesas é em decorrência do reajuste de benefícios ocorridos no período.
- A constituição de contingências ocorre em função, principalmente, das correções monetárias realizadas no período. No exercício anterior houve reversão parcial de 76,25% da provisão de PIS/COFINS, em razão do êxito parcial na esfera administrativa de supostos débitos tributários. Parte do valor continua provisionado tendo em vista que a Entidade continua a questionar os valores judicialmente.
- A avaliação atuarial demonstrou que todas as hipóteses estão aderentes e adequadas para serem utilizadas em 2021, não acarretando em alterações em relação ao exercício anterior. O montante constituído de provisão matemática foi superior ao exercício anterior em função, principalmente, do reajuste de benefícios resultando no aumento das obrigações atuariais do Plano com seus Assistidos.
- A rentabilidade acumulada do Plano em 2021 é de 14,86% (9,99% - 2020) e superou a variação do INPC observado no período e a Taxa de Juros adotada na Avaliação Atuarial (3,90% a.a.). O ano de

2021 foi marcado pelo aumento na taxa básica de juros (Selic) e alta inflacionária. A variação observada no resultado dos investimentos decorre, principalmente, da alocação relevante em títulos atrelados à Selic (LFT) e à variação do IPCA (NTN-B), justificando o maior volume de rendimentos positivos auferidos no exercício, quando comparado ao período anterior.

- Apesar de apresentar déficit no exercício, o mesmo é pontual e não estrutural, sendo que o Plano continua solvente e apresentando um equilíbrio técnico positivo acumulado no montante de R\$ 1.178. A formação do déficit no exercício deve-se, principalmente, pelo fato do resultado dos investimentos somado à pequena receita de contribuições não ter sido suficiente para superar a constituição adicional de provisão matemática ocasionada pelos eventos descritos na Nota III.4 e fundos no período, somado às despesas com benefícios e demais custos no exercício realizados pelo Plano.

III.1.2 Impactos da Alteração Normativa nas Demonstrações Contábeis do Plano

As demonstrações contábeis relativas ao exercício social de 2020 foram ajustadas para fins comparativos com o exercício social de 2021. A obrigatoriedade da apresentação das demonstrações contábeis de 2020 reclassificadas está contida no anexo III da Instrução Previc nº 44, de 23 de novembro de 2021, da seguinte forma: "Para o exercício de 2021 as informações comparativas do exercício anterior devem ser reclassificadas e evidenciadas em item específico nas notas explicativas". Diante do exposto, apresentamos os impactos incorridos com as reclassificações ocorridas na divulgação do exercício anterior nas demonstrações contábeis do Plano:

III.1.2.1 Demonstração do Ativo Líquido (DAL) e Demonstração das Provisões Técnicas por Plano de Benefícios (DPT)

Os valores apresentados na Demonstração do Ativo Líquido (DAL) e Demonstração das Provisões Técnicas (DPT) de 2020 permanecem idênticos ao anteriormente apresentado, sem apresentar impactos após entrada em vigor dos novos normativos.

III.1.2.2 Demonstração da Mutações do Ativo Líquido

Os valores anunciados na Demonstração da Mutações do Ativo Líquido em 2020 apresentam pequenas modificações em relação ao anteriormente apresentado, devido às reclassificações realizadas para atendimento aos novos normativos. Apresentamos abaixo os impactos das reclassificações:

Destinações: foi realizada a abertura dos valores de Benefícios, sendo criada a nova rubrica de Outras Destinações, reclassificando o montante de R\$ 3.

DESCRIÇÃO	Reclassificado em 2021 pela IN Previc nº 31/2020 alterada pela IN Previc nº 44/2021	Apresentado em 2020 pela IN SPC nº 34/2009
A) Ativo Líquido – início do exercício	39.609	39.609
1. Adições	4.274	4.274
Contribuições	145	145
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	3.923	3.923
Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	206	206
2. Destinações	(2.509)	(2.509)
Benefícios	(2.479)	(2.493)
Resgates	(11)	-
Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-	-
Custeio Administrativo	(16)	(16)
Outras Destinações	(3)	-
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	1.765	1.765
Provisões Matemáticas	2.099	2.099
Fundos Previdenciais	(350)	(350)
Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	16	16
4. Outros Eventos do Ativo Líquido	-	-
5. Operações Transitórias	-	-
B) Ativo Líquido – final do exercício (A+3+4+5)	41.374	41.374
C) Fundos não Previdenciais	92	92
Fundos Administrativos	78	78
Fundos para Garantia das Operações com Participantes	14	14

III.1.2.3 Demonstração do Plano de Gestão Administrativa do Plano

Até o exercício social findo em 31/12/2020, os valores das despesas administrativas eram apresentados de forma segregada entre administração previdencial, administração dos investimentos, comuns e específicas. Para fins de reclassificação comparativa, os valores das despesas administrativas apresentados em 2020 foram consolidados, não acarretando em alteração de valores nas despesas administrativas totais e no valor do Fundo Administrativo do Plano.

Reclassificado em 2021 pela IN Previc nº 31/2020 alterada pela IN Previc nº 44/2021		Apresentado em 2020 pela IN SPC nº 34/2009	
2 Despesas Administrativas	(83)	2 Despesas Administrativas	(83)
2.1 Administração dos Planos Previdenciais	(83)	2.1 Administração Previdencial	(54)
Pessoal e encargos	(31)	2.1.1 Despesas Comuns	(26)
Serviços de terceiros	(32)	2.1.2 Despesas Específicas	(28)
Despesas gerais	(6)	Serviços de terceiros	(18)
Depreciações e amortizações	(1)	Tributos	(10)
Tributos	(12)	2.2 Administração dos Investimentos	(29)
		2.2.1 Despesas Comuns	(20)
		2.2.2 Despesas Específicas	(8)
		Serviços de terceiros	(6)
		Tributos	(2)

NOTA III.2

REALIZÁVEL DE INVESTIMENTOS

III.2.1 Demonstrativo da Composição da Carteira de Investimentos

Descrição	31/12/2021	31/12/2020	Variação em R\$	Variação em (%)
Ativos Financeiros de Crédito Privado	2.145	2.003	142	7,09
Letra Financeira	1.433	1.320	113	8,56
Debêntures	712	683	29	4,25
Fundos de Investimentos	43.404	39.934	3.470	8,69
Fundo de Investimento Renda Fixa	42.510	38.921	3.589	9,22
Fundo de Investimentos em Participações - FIP	894	1.013	(119)	(11,75)
Operações com Participantes	100	123	(23)	(18,70)
Empréstimos	100	123	(23)	(18,70)
Depósitos Judiciais/Recursais	14	14	-	0,00
Total do Realizável de Investimentos	45.663	42.074	3.589	8,53

Os valores acima estão líquidos das provisões para perdas.

A posição em crédito privado apresentou elevação em função da valorização dos ativos a mercado, não tendo ocorrido novas aplicações no período.

O aumento da posição em fundos de investimentos em Renda Fixa ocorreu em função da valorização ocorrida no período, a despeito dos resgates realizados para cobertura dos compromissos financeiros do Plano.

A redução da posição em fundos de participações decorreu dos recebimentos de amortizações e redução do valor de cota, não tendo ocorrido novas aplicações no período.

III.2.2 Títulos e Valores Mobiliários

A Entidade tem como prática realizar um estudo de ALM (Asset Liability Management) que demonstrou a capacidade econômico-financeira do Plano de suportar o carregamento dos títulos marcados à curva até o seu vencimento sem afetar a liquidez necessária para cumprimento de compromissos, conforme determinado pela Resolução CNPC nº 43, de 6 de agosto de 2021, e posteriores alterações.

No período, não houve reclassificação entre as categorias "Títulos para negociação" e "Títulos mantidos até o vencimento", também não ocorreu a aquisição de novos títulos classificados como "Títulos mantidos até o vencimento".

O quadro a seguir demonstra a carteira de investimentos do Plano de acordo com seus vencimentos, no que couber, e os valores a receber e a pagar não estão incluídos:

PBS-CPqD							
Natureza/Tipo	Vencimento	2021			2020		
		Quantidade	Valor de Custo	Valor de Mercado	Quantidade	Valor de Custo	Valor de Mercado
Créditos Privados e Depósitos	-	415	918	2.145	415	918	2.003
Companhias Abertas	-	414	418	712	414	418	683
Debêntures	>365 Dias	414	418	712	414	418	683
Instituições Financeiras	-	1	500	1.433	1	500	1.320
Letras Financeiras	<365 Dias	1	500	1.433	-	-	-
Letras Financeiras	>365 Dias	-	-	-	1	500	1.320
Fundos de Investimento	-	5.301.290	26.518	43.404	5.301.290	26.518	39.934
Renda Fixa	-	4.908.058	25.754	42.510	4.908.058	25.754	38.921
Participações	-	393.232	764	894	393.232	764	1.013

III.2.3 Abertura dos Títulos por Faixas de Vencimento

III.2.3.1 Mantidos até o Vencimento (HtM)

Em 31/12/2021

Títulos Mantidos até o Vencimento						
Títulos	0-1 Ano	1-5 Anos	5-10 Anos	Acima de 10 Anos	Valor Contábil	Valor Mercado
Investimentos em Renda Fixa	3.946	6.747	7.244	20.471	37.408	39.203
Nota do Tesouro Nacional - Série B	3.946	6.747	7.244	20.471	37.408	39.203
Total	3.946	6.747	7.244	20.471	37.408	39.203

Em 31/12/2020

Títulos Mantidos até o Vencimento						
Títulos	0-1 Ano	1-5 Anos	5-10 Anos	Acima de 10 Anos	Valor Contábil	Valor Mercado
Investimentos em Renda Fixa	1.353	7.322	7.861	19.307	35.843	45.157
Nota do Tesouro Nacional - Série B	1.353	7.322	7.861	19.307	35.843	45.157
Total	1.353	7.322	7.861	19.307	35.843	45.157

III.2.3.2 Disponíveis para Negociação (MtM)

Em 31/12/2021

Títulos Disponíveis para Negociação						
Títulos	0-1 Ano	1-5 Anos	5-10 Anos	Acima de 10 Anos	Indeterminado	Valor Total
Investimentos em Renda Fixa	2.118	5.134	-	-	-	7.252
Nota do Tesouro Nacional - Série B	145	821	-	-	-	966
Letra Financeira do Tesouro - LFT	540	3.596	-	-	-	4.136
Letra do Tesouro Nacional - LTN	-	5	-	-	-	5
Debêntures	-	712	-	-	-	712
Letras Financeiras Privadas	1.433	-	-	-	-	1.433
Total	2.118	5.134	-	-	-	7.252

Não estão sendo considerados no quadro acima os valores de CPR (contas a pagar e a receber) dos fundos.

Em 31/12/2020

Títulos Disponíveis para Negociação						
Títulos	0-1 Ano	1-5 Anos	5-10 Anos	Acima de 10 Anos	Indeterminado	Valor Total
Investimentos em Renda Fixa	530	4.554	-	-	-	5.084
Nota do Tesouro Nacional - Série B	-	48	-	-	-	48
Letra Financeira do Tesouro - LFT	476	2.503	-	-	-	2.979
Letra do Tesouro Nacional - LTN	54	-	-	-	-	54
Debêntures	-	683	-	-	-	683
Letras Financeiras Privadas	-	1.320	-	-	-	1.320
Total	530	4.554	-	-	-	5.084

III.2.3 Títulos Mantidos até o Vencimento

Abertura da Alocação - Marcação até o Vencimento				
Descrição	Em 31/12/2021	Em 31/12/2020	Variação em R\$	Variação (%)
Investimentos em Renda Fixa	37.408	35.843	1.565	4,37
Nota do Tesouro Nacional - Série B	37.408	35.843	1.565	4,37

Não estão sendo considerados no quadro acima os valores de CPR (contas a pagar e a receber) dos fundos.

III.2.4 Títulos Disponíveis para Negociação

O quadro a seguir demonstra os títulos que poderão não ser levados até seu vencimento e, portanto, estão marcados a mercado na carteira de investimentos do Plano de Benefícios:

Abertura da Alocação - Marcação a Mercado				
Descrição	Em 31/12/2021	Em 31/12/2020	Variação em R\$	Variação (%)
Investimentos em Renda Fixa	7.252	5.084	2.168	42,64
Nota do Tesouro Nacional - Série B	966	48	918	1912,50
Letra Financeira - LF	1.433	1.320	113	8,56
Letra Financeira do Tesouro - LFT	4.136	2.979	1.157	38,84
Letra do Tesouro Nacional - LTN	5	54	(49)	(90,74)
Debêntures	712	683	29	4,25
Investimentos Estruturados	894	1.013	(119)	(11,75)
FIC FIP BTG INFRA II	499	576	(77)	(13,37)
FIP BVEP PLAZA CL A	290	322	(32)	(9,94)
FIP BVEP PLAZA CL B	105	115	(10)	(8,70)
Operações com Participantes - Empréstimos	100	123	(23)	(18,70)
Total	8.246	6.220	2.026	32,57

Não estão sendo considerados no quadro acima os valores de CPR (contas a pagar e a receber) dos fundos.

III.2.5 Títulos Privados

Natureza	31/12/2021	31/12/2020	Variação R\$	Variação (%)
Créditos Privados e Depósitos	2.145	2.003	142	7,09
Companhias Abertas	712	683	29	4,25
Debêntures CEMIG	712	683	29	4,25
Letras Financeiras	1.433	1.320	113	8,56
Letras Financeiras ITAÚ	1.433	1.320	113	8,56

NOTA III.3

PREMISSAS ATUARIAIS

A Avaliação Atuarial tem como objetivo principal estimar, na data base de cálculo, os compromissos do Plano de Benefícios para com seus Participantes e Assistidos e o seu custeio a longo prazo, devendo incluir os valores esperados, relativos tanto aos Participantes quanto aos Assistidos. Com esse objetivo, são realizadas projeções de longo prazo, admitindo-se um conjunto de hipóteses atuariais que represente de forma realista a experiência com relação à expectativa futura do Plano.

Em atendimento ao disposto na Resolução CNPC nº 30/2018, a Fundação Sistel promoveu o estudo das hipóteses utilizadas nas avaliações atuariais para cada um dos Planos de Benefícios por ela administrados, juntamente com a empresa Mercer Human Resource Consulting Ltda., CNPJ nº 55.492.391/0001-09, no intuito de atestar se as hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras, bem como os demais itens referentes ao custeio proposto para o Plano de Benefícios, inclusive a adoção de taxa de juros, estão adequadas às características da sua massa de Participantes e Assistidos, e ao regulamento do Plano, de forma a evitar ganhos e perdas atuariais cumulativas ao longo do tempo.

O quadro a seguir demonstra as premissas atuariais utilizadas na Avaliação Atuarial do exercício de 2021, comparativamente àquelas adotadas no ano anterior:

Hipóteses Atuariais	31/12/2021	31/12/2020
Bases Populacionais		
Rotatividade	0,00% a.a.	0,00% a.a.
Bases Econômicas e Financeiras		
Taxa de Juros	3,90% a.a.	3,90% a.a.
Crescimento Salarial	1,00% a.a.	1,00% a.a.
Fator de Capacidade	0,98	0,98
Hipóteses Biométricas		
Tábua de Mortalidade Geral	AT 2000 Female	AT 2000 Female
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RP 2000 Disabled Female	RP 2000 Disabled Female
Tábua de Entrada em Invalidez	Light Fraca	Light Fraca
Tábua de Entrada em Auxílio Doença	EXP. CPQD 2006 - 2015	EXP. CPQD 2006 - 2015

Destaca-se a manutenção de todas as hipóteses, inclusive a da taxa de juros de 3,90% a.a. contida dentro do intervalo resultante da aplicação da Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média (ETTJ), conforme publicado na Portaria nº 228/2021, de que trata a Instrução Previc nº 33/2020.

NOTA III.4

PROVISÕES MATEMÁTICAS

Como resultado da Avaliação Atuarial realizada com base em levantamento de dados posicionados em 31/12/2021, as provisões matemáticas foram calculadas pela empresa contratada Mercer Human Resource Consulting Ltda. Os valores registrados constam no Parecer Atuarial e na Demonstração Atuarial, estando em consonância com a planificação contábil atualmente em vigor. Demonstra-se a seguir a composição contábil do Plano:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020	Variação R\$	Variação (%)
Provisões Matemáticas	43.265	39.461	3.804	9,64
Benefícios Concedidos	39.606	36.425	3.181	8,73
Benefício Definido	39.606	36.425	3.181	8,73
Benefício a Conceder	3.659	3.036	623	20,52
Benefício Definido	3.659	3.036	623	20,52

O aumento das Provisões Matemáticas no exercício de 2021, conforme verificado no quadro anterior decorre, principalmente, pelo reajuste real de salário de Participante e do índice de reajuste dos benefícios, resultando no aumento das obrigações atuariais do Plano com seus Participantes e Assistidos, amenizado pelo pagamento dos benefícios durante o exercício. Observa-se que não houve movimentação da massa.

AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO DOS TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS

a) Ajuste de Precificação

Conforme observado no demonstrativo, o Plano encerrou o exercício de 2021, com equilíbrio técnico positivo no montante de R\$ 1.178 (R\$ 1.496 em 2020) o que resultou em um índice de solvência após ajuste de precificação de 14,06% acima do mínimo regulamentar (16,64% em 2020).

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
A) Cálculo dos Limites		
1) Saldo das Provisões Matemáticas (P.M)	43.265	39.461
2) Cálculo do Limite de Déficit Técnico Acumulado		
2.1) Duração do Passivo do Plano deduzido de 4 pontos (zona de equilíbrio de déficit técnico)	7,12	7,34
2.2) Limite do Déficit Técnico Acumulado que deve permanecer $((1*2.1)/100)^*-1$	(3.080)	(2.896)
3) Cálculo do Limite de Superávit Técnico Acumulado		
3.1) Duração do Passivo do Plano Acrescido de 10 pontos (zona de equilíbrio do superávit técnico)	21,12	21,34
3.2) Limite do Superávit Técnico Acumulado calculado pelo Fator $(1*3.1)/100$	9.138	8.421
3.3) Limite de Superávit Técnico Acumulado calculado em 25% das P.M $(1*25\%)$	10.816	9.865
3.4) Limite da Reserva de Contingência (menor valor entre o item 3.2 e 3.3) (*)	9.138	8.421
B) Cálculo do Equilíbrio Técnico Ajustado		
4) Equilíbrio Técnico Contábil (Conta 2.03.01.02)	1.178	1.496
5) Ajuste de Precificação Positivo/Negativo	4.904	5.070
6) = (4) + (5) Equilíbrio Técnico Ajustado	6.082	6.566
7) = (6) / (1) x 100 = Índice de Solvência	14,06	16,64

O ajuste de precificação dos títulos públicos no encerramento do exercício do Plano PBS-CPqD resultou em um valor positivo no montante de R\$ 4.904 (R\$ 5.070 – 2020), conforme demonstrativo a seguir:

Ativo	Vencimento	Quant.	Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste de Precificação 2021	Ajuste de Precificação 2020
NTN-B	15/08/2022	1	9	10	1	1
NTN-B	15/08/2024	1	77	81	4	5
NTN-B	15/08/2026	24	1.874	2.009	135	159
NTN-B	15/08/2030	79	6.105	6.982	877	946
NTN-B	15/05/2035	54	4.098	4.963	865	899
NTN-B	15/08/2040	77	5.978	7.537	1.559	1.591
NTN-B	15/05/2045	7	547	680	133	134
NTN-B	15/08/2050	50	3.903	5.233	1.330	1.335
TOTAL	-	293	22.591	27.495	4.904	5.070

(*) A quantidade informada está em milhares.

NOTA III.6

PLANO DE CUSTEIO PBS-CPqD, CONFORME CONSTA NO PARECER ATUARIAL

III. 6.1 Custeio dos Participantes

Custeio Normal – o quadro abaixo melhor representa a forma de custeio para os Participantes do Plano PBS-CPqD:

Contribuição Normal		
Participantes*	P.G.: Percentual Geral incidente sobre o Salário de Participação	0,50% a 1,50%
	1º P.A.: Percentual aplicado sobre a parcela do Salário de Participação que ultrapassar 1/2 (meia) UPS* - Unidade Padrão Sistel	1,00%
	2º P.A.: Percentual aplicado sobre a parcela do Salário de Participação que ultrapassar 1 (uma) UPS* - Unidade Padrão Sistel	11,00%
Autopatrocinados	Idêntica a dos Participantes, adicionada daquela em nome da Patrocinadora	
Participantes Isentos ¹		0,00%

*Valor da Unidade Padrão Sistel em 31/12/2021: R\$ 4.890,00.

¹Participantes Isentos são aqueles que não mantiveram relação funcional com as Patrocinadoras e optaram de Benefício Proporcional Diferido (BPD) conforme disposto na Seção II do Capítulo IX do Regulamento.

**As Contribuições Normais indicadas no Plano de Custeio já se encontram embutidas das respectivas Taxas de Carregamento Administrativo indicadas no Custeio Administrativo abaixo relatado, sendo que nos casos de sobra ou falta de recursos administrativos, estes serão destinados ou cobertos, respectivamente, pelo Fundo Administrativo atual do Plano.

Custeio Extraordinário Joia Participantes – Contribuições Extraordinárias de Joia são devidas exclusivamente pelos Participantes e Participantes Autopatrocinados, pelo prazo previsto quando de sua instituição, equivalentes à aplicação do fator corretivo individual sobre a Contribuição Normal, determinado atuarialmente, em conformidade com Regulamento e Nota Técnica Atuarial específica.

III. 6.2 Custeio da Patrocinadora

Descrição	Contribuição em % da folha de salário de participação
Contribuição Normal	6,5%
Contribuição Extraordinária	Não há

III. 6.3 Custeio Assistidos

Contribuição Normal – não são previstas Contribuições Normais para os Assistidos do Plano.

Contribuições vinculadas ao abono de aposentadoria – as Contribuições Extraordinárias mensais vinculadas ao abono de aposentadoria são devidas pelos Aposentados que receberem o referido benefício, mediante desconto do percentual definido, incidente sobre o benefício global pela Entidade, limitado ao valor do abono de aposentadoria. A taxa aplicável é de 10%.

III. 6.4 Custeio Administrativo

A Taxa de Carregamento Administrativo equivale a 9,00% incidente sobre as contribuições mencionadas nos itens acima.

NOTA III.7

FUNDOS PREVIDENCIAIS

São os fundos constituídos atuarialmente para atender à Gestão Previdencial dos Planos de Benefícios, conforme quadro abaixo:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020	Variação R\$	Variação (%)
Fundo de Oscilação da Taxa de Juros	447	417	30	7,19
Totais	447	417	30	7,19

Fundo de Oscilação de Taxa de Juros – tem por finalidade suportar o impacto decorrente de futura alteração da Taxa de Juros do Plano, tendo em vista a sua expectativa de redução.

NOTA III.8

EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

A Entidade segue os critérios estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC nº 25 - Provisões, Passivos e Ativos Contingentes. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos internos e externos, procede à análise das demandas judiciais e administrativas pendentes e constitui provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso. As variações existentes no exigível contingencial decorrem do ingresso, encerramento e reavaliação de processos, bem como da atualização monetária realizada.

A seguir, demonstram-se as provisões contingenciais correspondentes ao Plano de Benefícios nos exercícios de 2021 e 2020:

Provisão	Saldo 31/12/2020	Entradas	Baixas	Reavaliações	Correções	Saldo 31/12/2021	Qnt de movimentações realizadas 2021		
							Entradas	Baixas	Reavaliação
Gestão Previdencial	89	-	-	-	11	100	-	-	-
Expurgos Inflacionários	40	-	-	-	10	50	-	-	-
PIS/COFINS auto de Infração	49	-	-	-	1	50	-	-	-
Investimentos	164	-	-	-	2	166	-	-	-
Imposto de Renda	129	-	-	-	1	130	-	-	-
Outros	35	-	-	-	1	36	-	-	-
TOTAL	253	-	-	-	13	266	-	-	-

O Plano não possui ações classificadas como probabilidade de perda possível no exercício de 2021 e 2020. No encerramento do exercício de 2021, a Administração avaliou que os valores registrados nos seus passivos por demandas judiciais e administrativas estão adequados. Abaixo estão descritos os principais passivos por demandas judiciais e/ou administrativas.

Expurgos Inflacionários – trata-se de ações propostas por Participantes requerendo diferenças decorrentes da utilização de índices de inflação ditos “expurgados”, quando do cálculo da atualização monetária de suas reservas de poupança. A provisão contingencial foi constituída para os casos dos Ex-Participantes que resgataram reservas, e que tenham ingressado em juízo, referente a diferença entre o valor pleiteado e o valor resgatado destas ações, considerando a avaliação de risco da administração da Fundação. Em 2018, após negociações, a Fundação Sistel entrou em acordo com a direção do SINTPq (Sindicato dos Trabalhadores em Pesquisa, Ciência e Tecnologia – SP) sobre o pagamento dos expurgos inflacionários ocorridos no período de 1987 a 1991. Os pagamentos estão ocorrendo de forma parcelada pelo Plano de Benefícios ocasionando, portanto, a redução na rubrica de expurgos inflacionários no período.

PIS/COFINS – Auto de Infração - trata-se de um auto de infração correspondente a PIS e COFINS referente aos meses de janeiro a setembro, novembro e dezembro de 2009, de supostos débitos tributários, adicionados a juros de mora e multa de ofício. Levando-se em conta o objeto da matéria em discussão, o montante envolvido e a constituição do crédito tributário pela Receita Federal, foram registrados em provisão específica, no valor dos autos de infração com os referidos encargos.

Imposto de Renda – trata-se de provisão para suportar o risco identificado em ação anulatória tributária que discute o pagamento de imposto de renda adicional sobre os investimentos de renda fixa de 1994.

Outros – trata-se de ações judiciais pertinentes à administração da carteira de investimentos.

NOTA III.9

FUNDOS ADMINISTRATIVOS

A Fundação Sistel controla e registra o fundo administrativo do Plano PBS-CPqD, considerando para tanto o estoque inicial de recursos existente para esse Plano, o fluxo de entradas e saídas de recursos, bem como o seu estoque final. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo do Fundo Administrativo é de R\$ 1.569 (R\$ 1.401 em 2020).



IV. Plano PBS-Sistel

Plano de Benefícios Sistel - Sistel

PRINCIPAIS EVENTOS DO EXERCÍCIO

IV.1.1 Formação do Resultado do Plano

O Plano PBS-Sistel constituiu um superávit técnico no montante de R\$ 69 no exercício de 2021 (R\$ 9 em 2020). A movimentação no quadro abaixo demonstra a formação do resultado do Plano no período:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020	Variação em (R\$)	Variação (%)
(+) Receitas	22	20	2	10,00
(-) Despesas	(716)	(675)	(41)	6,07
(-) Custeio Administrativo	(2)	(2)	-	-
(+-) Constituições/Reversões Contingências	(20)	32	(52)	(162,50)
(+-) Fluxo de Investimentos	1.620	1.024	596	58,20
(+-) Const./Rev. Prov. Matemáticas	(825)	(479)	(346)	72,23
(+-) Constituição/Reversão de Fundos	(10)	89	(99)	(111,24)
Resultado Anual	69	9	60	666,67
Resultado Acumulado	955	886	69	7,79

As receitas e as despesas mantiveram-se constantes no período. O aumento da despesa é decorrente da correção no pagamento dos benefícios.

A apuração do resultado foi realizada com base no regime de competência e a situação econômica-atuarial do Plano, em 2021, é superavitária em R\$ 955 (R\$ 886 em 2020).

Podemos ainda destacar outros fatores que contribuíram para a formação do resultado positivo no período:

- A constituição de contingências ocorre em função, principalmente, das correções monetárias realizadas no período. No exercício anterior houve reversão parcial de 76,25% da provisão de PIS/COFINS, em razão do êxito parcial na esfera administrativa de supostos débitos tributários. Parte do valor continua provisionado tendo em vista que a Entidade continua a questionar os valores judicialmente.
- A rentabilidade acumulada dos investimentos do Plano em 2020 é de 15,18% (9,94% - 2020) e superou a variação do INPC observada no período e a Taxa de Juros (3,90% a.a.), adotada na Avaliação Atuarial.
- A avaliação atuarial demonstrou que todas as hipóteses estão aderentes e adequadas para serem utilizadas em 2021, não acarretando em alterações em relação ao exercício anterior. O montante constituído de provisão matemática foi superior ao exercício anterior em função, principalmente, do reajuste de benefícios resultando no aumento das obrigações atuariais do Plano com seus Assistidos
- Nos fundos Previdenciais, a movimentação observada em 2021 é decorrente de sua atualização pela variação da cota no período. A reversão ocorrida em 2020 é decorrente do Fundo de Oscilação de Taxa de Juros formado pela diferença entre as Provisões Matemáticas considerando a taxa de juros de 3,90% a.a. e 3,80% a.a.

- O aumento do resultado dos investimentos no período foi o fator principal para o melhor resultado contábil do Plano em 2021 em relação ao ano de 2020.

IV.1.2 Impactos da Alteração Normativa nas Demonstrações Contábeis do Plano

As demonstrações contábeis relativas ao exercício social de 2020 foram ajustadas para fins comparativos com o exercício social de 2021. A obrigatoriedade da apresentação das demonstrações contábeis de 2020 reclassificadas está contida no anexo III da Instrução Previc nº 44, de 23 de novembro de 2021, da seguinte forma: "Para o exercício de 2021 as informações comparativas do exercício anterior devem ser reclassificadas e evidenciadas em item específico nas notas explicativas". Diante do exposto, apresentamos os impactos incorridos com as reclassificações ocorridas na divulgação do exercício anterior nas demonstrações contábeis do Plano:

IV.1.2.1 Demonstração do Ativo Líquido (DAL), Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (DMAL) e Demonstração das Provisões Técnicas por Plano de Benefícios (DPT)

Os valores apresentados na Demonstração do Ativo Líquido (DAL), Demonstração da Muta o do Ativo Líquido (DMAL) e Demonstração das Provisões Técnicas (DPT) de 2020, permanecem idênticos ao anteriormente apresentado, sem apresentar impactos após entrada em vigor dos novos normativos.

IV.1.2.2 Demonstr o do Plano de Gestão Administrativa do Plano

Até o exercício social findo em 31/12/2020, os valores das despesas administrativas eram apresentados de forma segregada entre administra o previdencial, administra o dos investimentos, comuns e específicas. Para fins de reclassifica o comparativa, os valores das despesas administrativas apresentados em 2020 foram consolidados, não acarretando em altera o de valores nas despesas administrativas totais e no valor do Fundo Administrativo do Plano.

Reclassificado em 2021 pela IN Previc n� 31/2020, alterada pela IN Previc n� 44/2021		Apresentado em 2020 pela IN SPC n� 34/2009	
2 Despesas Administrativas	(30)	2 Despesas Administrativas	(30)
2.1 Administra�o dos Planos Previdenciais	(30)	2.1 Administra�o Previdencial	(19)
Pessoal e encargos	(7)	2.1.1 Despesas Comuns	(5)
Viagens e est�dias	(6)	2.1.2 Despesas Espec�ficas	(14)
Servi�os de terceiros	(13)	Servi�os de terceiros	(11)
Despesas gerais	(1)	Tributos	(3)
Tributos	(3)	2.2 Administra�o dos Investimentos	(11)
		2.2.1 Despesas Comuns	(5)
		2.2.2 Despesas Espec�ficas	(6)
		Viagens e est�dias	(6)
		2.3 Outras Despesas	-

NOTA IV.2

REALIZÁVEL DE INVESTIMENTOS

IV.2.1 Demonstrativo da Composição da Carteira de Investimentos

Descrição	31/12/2021	31/12/2020	Variação em R\$	Variação em (%)
Ativos Financeiros de Crédito Privado	196	188	8	4,26
Debêntures	196	188	8	4,26
Fundos de Investimentos	11.704	10.785	919	8,52
Fundo de Investimento Renda Fixa	11.460	10.508	952	9,06
Fundo de Investimentos em Participações - FIP	244	277	(33)	(11,91)
Operações com Participantes	59	54	5	9,26
Empréstimos	59	54	5	9,26
Total do Realizável de Investimentos	11.959	11.027	932	8,44

Os valores acima estão líquidos das provisões para perdas.

A posição em crédito privado apresentou elevação em função da valorização dos ativos a mercado, não tendo ocorrido aplicações no período.

O aumento da posição em fundos de investimentos em Renda Fixa ocorreu em função da valorização no período, a despeito dos resgates realizados para cobertura dos compromissos financeiros do Plano.

A redução da posição em fundos de participações decorreu dos recebimentos de amortizações e redução do valor da cota, não tendo ocorrido novas aplicações no período.

IV.2.2 Títulos e Valores Mobiliários

A Entidade tem como prática realizar um estudo de ALM (Asset Liability Management) que demonstrou a capacidade econômico-financeira do Plano de suportar o carregamento dos títulos marcados à curva até o seu vencimento sem afetar a liquidez necessária para cumprimento de compromissos, conforme determinado pela Resolução CNPC nº 43, de 6 de agosto de 2021, e posteriores alterações.

No período, não houve reclassificação entre as categorias "Títulos para negociação" e "Títulos mantidos até o vencimento", também não ocorreu a aquisição de novos títulos classificados como "Títulos mantidos até o vencimento".

O quadro a seguir demonstra a carteira de investimentos do Plano de acordo com seus vencimentos, no que couber, e os valores a receber e a pagar não estão incluídos:

PBS-Sistel							
Natureza/Tipo	Vencimento	2021			2020		
		Quantidade	Valor de Custo	Valor de Mercado	Quantidade	Valor de Custo	Valor de Mercado
Créditos Privados e Depósitos	-	114	115	196	114	115	188
Companhias Abertas	-	114	115	196	114	115	188
Debêntures	>365 Dias	114	115	196	114	115	188
Fundos de Investimento	-	1.400.534	7.110	11.704	1.447.638	7.188	10.785
Renda Fixa	-	1.293.035	6.898	11.460	1.340.139	6.976	10.508
Participações	-	107.499	212	244	107.499	212	277

IV.2.3 Abertura dos Títulos por Faixas de Vencimento

IV.2.3.1 Mantidos até o Vencimento (HtM)

Em 31/12/2021

Títulos Mantidos até o Vencimento						
Títulos	0-1 Ano	1-5 Anos	5-10 Anos	Acima de 10 Anos	Valor Contábil	Valor Mercado
Investimentos em Renda Fixa	805	1.843	1.979	5.593	10.220	10.710
Nota do Tesouro Nacional - Série B	805	1.843	1.979	5.593	10.220	10.710
Total	805	1.843	1.979	5.593	10.220	10.710

Em 31/12/2020

Títulos Mantidos até o Vencimento						
Títulos	0-1 Ano	1-5 Anos	5-10 Anos	Acima de 10 Anos	Valor Contábil	Valor Mercado
Investimentos em Renda Fixa	363	1.963	2.108	5.177	9.611	11.907
Nota do Tesouro Nacional - Série B	363	1.963	2.108	5.177	9.611	11.907
Total	363	1.963	2.108	5.177	9.611	11.907

IV.2.3.2 Disponíveis para Negociação (MtM)

Em 31/12/2021

Títulos Disponíveis para Negociação						
Títulos	0-1 Ano	1-5 Anos	5-10 Anos	Acima de 10 Anos	Indeterminado	Valor Total
Investimentos em Renda Fixa	162	1.274	-	-	-	1.436
Nota do Tesouro Nacional - Série B	34	224	-	-	-	258
Letra Financeira do Tesouro - LFT	128	852	-	-	-	980
Letra do Tesouro Nacional - LTN	-	2	-	-	-	2
Debêntures	-	196	-	-	-	196
Total	162	1.274	-	-	-	1.436

Em 31/12/2020

Títulos Disponíveis para Negociação						
Títulos	0-1 Ano	1-5 Anos	5-10 Anos	Acima de 10 Anos	Indeterminado	Valor Total
Investimentos em Renda Fixa	154	931	-	-	-	1.086
Nota do Tesouro Nacional - Série B	-	14	-	-	-	14
Letra Financeira do Tesouro - LFT	139	729	-	-	-	868
Letra do Tesouro Nacional - LTN	16	-	-	-	-	16
Debêntures	-	188	-	-	-	188
Total	154	931	-	-	-	1.086

IV.2.3 Títulos Mantidos até o Vencimento

Abertura da Alocação - Marcação até o Vencimento				
Descrição	Em 31/12/2021	Em 31/12/2020	Variação em R\$	Variação (%)
Investimentos em Renda Fixa	10.220	9.611	609	6,34
Nota do Tesouro Nacional - Série B	10.220	9.611	609	6,34

Não estão sendo considerados no quadro acima os valores de CPR (contas a pagar e a receber) dos fundos.

IV.2.4 Títulos Disponíveis para Negociação

O quadro abaixo demonstra os títulos que poderão não ser levados até seu vencimento e, portanto, estão marcados a mercado na carteira de investimentos do Plano de Benefícios:

Abertura da Alocação - Marcação a Mercado				
Descrição	Em 31/12/2021	Em 31/12/2020	Variação em R\$	Variação (%)
Investimentos em Renda Fixa	1.437	1.086	351	32,32
Nota do Tesouro Nacional - Série B	259	14	245	1750,00
Letra Financeira do Tesouro - LFT	980	868	112	12,90
Letra do Tesouro Nacional - LTN	2	16	(14)	(87,50)
Debêntures	196	188	8	4,26
Investimentos Estruturados	244	277	(33)	(11,91)
FIC FIP BTG INFRA II	136	158	(22)	(13,92)
FIP BVEP PLAZA CL A	80	88	(8)	(9,09)
FIP BVEP PLAZA CL B	28	31	(3)	(9,68)
Operações com Participantes - Empréstimos	59	54	5	9,26
Total	1.740	1.417	323	22,79

Não estão sendo considerados no quadro acima os valores de CPR (contas a pagar e a receber) dos fundos.

IV.2.5 Títulos Privados

Natureza	31/12/2021	31/12/2020	Variação R\$	Variação (%)
Créditos Privados e Depósitos	196	188	8	4,26
Companhias Abertas	196	188	8	4,26
Debêntures CEMIG	196	188	8	4,26

NOTA IV.3

PREMISSAS ATUARIAIS

A Avaliação Atuarial tem como objetivo principal estimar, na data base de cálculo, os compromissos do Plano de Benefícios para com seus Participantes e Assistidos e o seu custeio a longo prazo, devendo incluir os valores esperados relativos, tanto aos Participantes quanto aos Assistidos. Com esse objetivo, são realizadas projeções de longo prazo, admitindo-se um conjunto de hipóteses atuariais que represente de forma realista a experiência com relação à expectativa futura do Plano.

Em atendimento ao disposto na Resolução CNPC nº 30/2018, a Fundação Sistel promoveu o estudo das hipóteses utilizadas nas avaliações atuariais para cada um dos Planos de Benefícios por ela administrados, juntamente com a empresa Mercer Human Resource Consulting Ltda., CNPJ nº 55.492.391/0001-09, no intuito de atestar se as hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras, bem como os demais itens referentes ao custeio proposto para o Plano de Benefícios, inclusive a adoção de taxa de juros, estão adequadas às características da sua massa de Participantes e Assistidos, e ao regulamento do Plano, de forma a evitar ganhos e perdas atuariais cumulativas ao longo do tempo.

O quadro abaixo demonstra as premissas atuariais utilizadas na Avaliação Atuarial do exercício de 2021, comparativamente àquelas adotadas no ano anterior:

Hipóteses Atuariais	31/12/2021	31/12/2020
Bases Popacionais		
Rotatividade	Não aplicável	Não aplicável
Bases Econômicas e Financeiras		
Taxa de Juros	3,90% a.a.	3,90% a.a.
Crescimento Salarial	Não aplicável	Não aplicável
Fator de Capacidade	0,98	0,98
Hipóteses Biométricas		
Tábua de Mortalidade Geral	AT 2000 Female D30%	AT 2000 Female D30%
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT 2000 Female D30%	AT 2000 Female D30%
Tábua de Entrada em Invalidez	Não aplicável	Não aplicável
Tábua de Entrada em Auxílio Doença	Não aplicável	Não aplicável

Destaca-se a manutenção de todas as hipóteses, inclusive a da taxa de juros de 3,90% a.a. contida dentro do intervalo resultante da aplicação da Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média (ETTJ), conforme publicado na Portaria nº 228/2021, de que trata a Instrução Previc nº 33/2020.

NOTA IV.4

PROVISÕES MATEMÁTICAS

Como resultado da Avaliação Atuarial realizada com base em levantamento de dados posicionados em 31/12/2021, as provisões matemáticas foram calculadas pela empresa contratada Mercer Human Resource Consulting Ltda. Os valores registrados constam no Parecer Atuarial e na Demonstração Atuarial, estando em consonância com a planificação contábil atualmente em vigor. Demonstra-se a seguir a composição contábil do Plano:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020	Variação R\$	Variação (%)
Provisões Matemáticas	10.725	9.900	825	8,33
Benefícios Concedidos	10.725	9.900	825	8,33
Benefício Definido	10.725	9.900	825	8,33

O aumento das Provisões Matemáticas no exercício de 2021, conforme verificado no quadro acima, decorre, principalmente, pelo reajuste de benefícios, resultando no aumento das obrigações atuariais do Plano com seus Assistidos, amenizado pelo pagamento dos benefícios durante o exercício. Observa-se que não houve movimentação da massa.

NOTA IV.5

AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO DOS TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS

a) Ajuste de Precificação

Conforme observado no demonstrativo, o Plano encerrou o exercício de 2021 com equilíbrio técnico positivo no montante de R\$ 955 (R\$ 886 em 2020), o que resultou em um índice de solvência após ajuste de precificação de 19,66%, acima do mínimo regulamentar (24,00% em 2020).

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
A) Cálculo dos Limites		
1) Saldo das Provisões Matemáticas (P.M)	10.725	9.900
2) Cálculo do Limite de Déficit Técnico Acumulado		
2.1) Duração do Passivo do Plano deduzido de 4 pontos (zona de equilíbrio de déficit técnico)	6,83	7,08
2.2) Limite do Déficit Técnico Acumulado que deve permanecer $((1 \times 2.1)/100)^{-1}$	(733)	(701)
3) Cálculo do Limite de Superávit Técnico Acumulado		
3.1) Duração do Passivo do Plano Acrescido de 10 pontos (zona de equilíbrio do superávit técnico)	20,83	21,08
3.2) Limite do Superávit Técnico Acumulado calculado pelo Fator $(1 \times 3.1)/100$	2.234	2.087
3.3) Limite de Superávit Técnico Acumulado calculado em 25% das P.M $(1 \times 25\%)$	2.681	2.475
3.4) Limite da Reserva de Contingência (menor valor entre o item 3.2 e 3.3) (*)	2.234	2.087
B) Cálculo do Equilíbrio Técnico Ajustado		
4) Equilíbrio Técnico Contábil (Conta 2.03.01.02)	955	886
5) Ajuste de Precificação Positivo/Negativo	1.154	1.490
6) = (4) + (5) Equilíbrio Técnico Ajustado	2.109	2.376
7) = (6) / (1) x 100 = Índice de Solvência	19,66	24,00

O ajuste de precificação dos títulos públicos no encerramento do exercício do Plano PBS-Sistel resultou em um valor positivo no montante de R\$ 1.154 (R\$ 1.490 – 2020), conforme demonstrativo a seguir:

Ativo	Vencimento	Quant.	Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste de Precificação 2021	Ajuste de Precificação 2020
NTN-B	15/08/2022	3	112	118	6	4
NTN-B	15/08/2024	28	1.103	1.388	285	16
NTN-B	15/08/2026	54	2.049	2.481	432	42
NTN-B	15/08/2030	15	608	665	57	254
NTN-B	15/05/2035	11	418	541	123	241
NTN-B	15/08/2040	12	449	621	172	427
NTN-B	15/05/2045	1	4	5	1	36
NTN-B	15/08/2050	3	92	131	39	450
NTN-B	15/05/2055	14	547	586	39	20
Total	-	141	5.382	6.536	1.154	1.490

(*) A quantidade informada está em milhares.

NOTA IV.6

FUNDOS PREVIDENCIAIS

São os fundos constituídos atuarialmente para atender à Gestão Previdencial dos Planos de Benefícios, conforme quadro abaixo:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020	Variação R\$	Variação (%)
Fundo de Oscilação da Taxa de Juros	116	106	10	9,43
Total	116	106	10	9,43

Fundo de Oscilação de Taxa de Juros – tem por finalidade suportar o impacto decorrente de futura alteração da Taxa de Juros do Plano, tendo em vista a sua expectativa de redução.

NOTA IV.7

PLANO DE CUSTEIO DO PBS-SISTEL, CONFORME CONSTA NO PARECER ATUARIAL

IV. 7.1 Custeio de Patrocinadora e Participantes

O Plano não possui Participantes Ativos, portanto, não há previsão de contribuições para o período de vigência deste Plano de Custeio.

IV. 7.2 Custeio Assistidos

Contribuição Normal – não são previstas Contribuições Normais para os Assistidos do Plano.

Contribuições vinculadas ao abono de aposentadoria – as Contribuições Extraordinárias mensais vinculadas ao abono de aposentadoria são devidas pelos Aposentados que receberem o referido benefício, mediante desconto do percentual definido, incidente sobre o benefício global, limitado ao valor do abono de aposentadoria. O percentual aplicável é de 10%.

NOTA IV.8

EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

A Entidade segue os critérios estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC nº 25 - Provisões, Passivos e Ativos Contingentes.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos internos e externos, procede à análise das demandas judiciais e administrativas pendentes e constitui provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso. As variações existentes no exigível contingencial decorrem do ingresso, encerramento e reavaliação de processos, bem como da atualização monetária realizada.

A seguir, demonstram-se as provisões contingenciais correspondentes ao Plano de Benefícios nos exercícios de 2021 e 2020:

Provisão	Saldo 31/12/2020	Entradas	Baixas	Reavaliações	Correções	Saldo 31/12/2021	Qnt de movimentações realizadas 2021		
							Entradas	Baixas	Reavaliação
Gestão Previdencial	116	-	-	-	20	136	-	-	-
Expurgos Inflacionários	102	-	-	-	19	121	-	-	-
PIS/COFINS auto de Infração	14	-	-	-	1	15	-	-	-
Total	116	-	-	-	20	136	-	-	-

O Plano não possui ações classificadas como probabilidade de perda possível no exercício de 2021 e 2020.

No encerramento do exercício de 2021, a Administração avaliou que os valores registrados nos seus passivos por demandas judiciais e administrativas estão adequados. Abaixo estão descritos os principais passivos por demandas judiciais ou administrativas.

Expurgos Inflacionários – trata-se de ações propostas por Participantes requerendo diferenças decorrentes da utilização de índices de inflação ditos “expurgados”, quando do cálculo da atualização monetária de suas reservas de poupança. A provisão contingencial foi constituída para os casos dos Ex-Participantes que resgataram reservas, e que tenham ingressado em juízo, referente a diferença entre o valor pleiteado e o valor resgatado destas ações, considerando a avaliação de risco da administração da Fundação.

PIS/COFINS – Auto de Infração - trata-se de um auto de infração correspondente a PIS e COFINS referente aos meses de janeiro a setembro, novembro e dezembro de 2009, de supostos débitos tributários, adicionados a juros de mora e multa de ofício. Levando-se em conta o objeto da matéria em discussão, o montante envolvido e a constituição do crédito tributário pela Receita Federal, foram registrados em provisão específica, no valor dos autos de infração com os referidos encargos.

NOTA IV.9

FUNDOS ADMINISTRATIVOS

A Fundação Sistel controla e registra o fundo administrativo do Plano PBS-Sistel, considerando para tanto o estoque inicial de recursos existente para esse Plano, o fluxo de entradas e saídas de recursos, bem como o seu estoque final. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo do Fundo Administrativo é de R\$ 613 (R\$ 551 em 2020).



V. Plano CPqDPrev

Plano de Contribuição
Variável – CPqD



NOTA V.1

RESULTADO DO EXERCÍCIO

V.1.1 Formação do Resultado no Exercício

O Plano CPqDPprev constituiu um superávit técnico no montante de R\$ 5.594 no exercício de 2020 (R\$ 3.137 – 2020).

A movimentação no quadro abaixo demonstra a formação do resultado do Plano no período:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020	Variação em (R\$)	Variação (%)
(+) Receitas	5.697	5.592	105	1,88
(-) Despesas	(37.622)	(35.508)	(2.114)	5,95
(-) Custeio Administrativo	(304)	(302)	(2)	0,66
(+-) Constituições/Reversões Contingências	(478)	2.007	(2.485)	(123,82)
(+-) Fluxo de Investimentos	108.466	68.853	39.613	57,53
(+-) Const./Rev. Prov. Matemáticas	(66.943)	(40.141)	(26.802)	66,77
(+-) Constituição/Reversão de Fundos	(3.222)	2.637	(5.858)	(222,23)
Resultado Anual	5.594	3.137	2.457	78,32
Resultado Acumulado	76.789	71.195	5.594	7,86

As receitas mantiveram-se constantes no período. O aumento da despesa é decorrente da correção no pagamento dos benefícios e da concessão de novas aposentadorias.

Destacamos os principais fatores que contribuíram para a formação do resultado positivo no período:

- A rentabilidade acumulada dos investimentos do Plano em 2021 de 14,31% (9,59% - 2020) e não atingiu a respectiva meta (Meta: INPC+ 3,90% a.a.) adotada na Avaliação Atuarial. A carteira de investimentos do Plano está composta, majoritariamente, por ativos de renda fixa, por meio de títulos atrelados à Selic (LFT), à variação do IPCA (NTN-B) e menor parcela em créditos privados de baixo risco, o que justifica o aumento da receita de investimentos no período, apesar de não atingir a respectiva meta atuarial no exercício.
- A constituição de contingências ocorre em função, principalmente, das correções monetárias realizadas no período. No exercício anterior houve reversão parcial de 76,25% da provisão de PIS/COFINS, em razão do êxito parcial na esfera administrativa de supostos débitos tributários. Parte do valor continua provisionado tendo em vista que a Entidade continua a questionar os valores judicialmente.

- A avaliação atuarial demonstrou que todas as hipóteses estão aderentes e adequadas para serem utilizadas em 2021, não acarretando em alterações em relação ao exercício anterior. O montante constituído de provisão matemática foi superior ao exercício anterior em função, principalmente, do reajuste dos benefícios e das novas concessões, resultando no aumento das obrigações atuariais do Plano com seus Assistidos.
- Nos fundos Previdenciais, a movimentação observada em 2021 é decorrente de sua atualização pela variação da cota no período. A reversão ocorrida em 2020 é decorrente do Fundo de Oscilação de Taxa de Juros formado pela diferença entre as Provisões Matemáticas considerando a taxa de juros de 3,90% a.a. e 3,80% a.a.
- Diante disso, o resultado superavitário do Plano no exercício é superior ao do exercício anterior, principalmente pelo aumento do resultado dos investimentos.

V.1.2 Impactos da Alteração Normativa nas Demonstrações Contábeis do Plano

As demonstrações contábeis relativas ao exercício social de 2020 foram ajustadas para fins comparativos com o exercício social de 2021. A obrigatoriedade da apresentação das demonstrações contábeis de 2020 reclassificadas está contida no anexo III da Instrução Previc nº 44, de 23 de novembro de 2021, da seguinte forma: "Para o exercício de 2021 as informações comparativas do exercício anterior devem ser reclassificadas e evidenciadas em item específico nas notas explicativas". Diante do exposto, apresentamos os impactos incorridos com as reclassificações ocorridas na divulgação do exercício anterior nas demonstrações contábeis do Plano:

V.1.2.1 Demonstração do Ativo Líquido (DAL) e Demonstração das Provisões Técnicas por Plano de Benefícios (DPT)

Os valores apresentados na Demonstração do Ativo Líquido (DAL) e Demonstração das Provisões Técnicas (DPT) de 2020 permanecem idênticos ao anteriormente apresentado, sem apresentar impactos após entrada em vigor dos novos normativos.

V.1.2.2 Demonstração da Mutações do Ativo Líquido

Os valores anunciados na Demonstração da Mutações do Ativo Líquido em 2020, apresentam pequenas modificações em relação ao anteriormente apresentado, devido às reclassificações realizadas para atendimento aos novos normativos. Apresentamos abaixo os impactos das reclassificações:

Destinações: foi realizada a abertura dos valores de Benefícios, sendo criada a novas rubricas. Foi reclassificado o montante de R\$ 1.217 para Resgates, R\$ 120 para Portabilidade e R\$ 22 de Outras Destinações.

Descrição	Reclassificado em 2021 pela IN Previc nº 31/2020, alterada pela IN Previc nº 44/2021	Apresentado em 2020 pela IN SPC nº 34/200944/2021
A) Ativo Líquido – início do exercício	729.520	729.520
1. Adições	76.452	76.452
Contribuições	5.592	5.592
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	68.853	68.853
Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	2.007	2.007
2. Destinações	(35.810)	(35.810)
Benefícios	(34.149)	(35.508)
Resgates	(1.217)	-
Portabilidade	(120)	-
Custeio Administrativo	(302)	(302)
Outras Destinações	(22)	-
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	40.642	40.642
Provisões Matemáticas	40.141	40.141
Fundos Previdenciais	(2.636)	(2.636)
Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	3.137	3.137
4. Outros Eventos do Ativo Líquido	-	-
5. Operações Transitórias	-	-
B) Ativo Líquido – final do exercício (A+3+4+5)	770.162	770.162
C) Fundos não Previdenciais	4.026	4.026
Fundos Administrativos	3.744	3.744
Fundos para Garantia das Operações com Participantes	282	282

V.1.2.3 Demonstração do Plano de Gestão Administrativa do Plano

Até o exercício social findo em 31/12/2020, os valores das despesas administrativas eram apresentados de forma segregada entre administração previdencial, administração dos investimentos, comuns e específicas. Para fins de reclassificação comparativa, os valores das despesas administrativas apresentados em 2020 foram consolidados, não acarretando em alteração de valores nas despesas administrativas totais e no valor do Fundo Administrativo do Plano.

Reclassificado em 2021 pela IN Previc nº 31/2020, alterada pela IN Previc nº 44/2021		Apresentado em 2020 pela IN SPC nº 34/2009	
2.1 Administração dos Planos Previdenciais	(1.429)	2 Despesas Administrativas	(1.429)
Pessoal e encargos	(683)	2.1 Administração Previdencial	(1.038)
Treinamentos/congressos e seminários	(5)	2.1.1 Despesas Comuns	(664)
Viagens e estadias	(1)	2.1.2 Despesas Específicas	(374)
Serviços de terceiros	(294)	Serviços de terceiros	(97)
Despesas gerais	(117)	Tributos	(277)
Depreciações e amortizações	(21)	2.2 Administração dos Investimentos	(391)
Tributos	(308)	2.2.1 Despesas Comuns	(355)
2.2 Provisão para Perdas Estimadas	-	2.2.2 Despesas Específicas	(36)
		Serviços de terceiros	(6)
		Tributos	(30)
		2.3 Outras Despesas	-

NOTA V.2

REALIZÁVEL DE INVESTIMENTOS

V.2.1 Demonstrativo da Composição da Carteira de Investimentos

Descrição	31/12/2021	31/12/2020	Variação em R\$	Variação em (%)
Ativos Financeiros de Crédito Privado	40.116	37.395	2.721	7,28
Letra Financeira	28.657	26.408	2.249	8,52
Debêntures	11.459	10.987	472	4,30
Fundos de Investimentos	807.104	733.397	73.707	10,05
Fundo de Investimento Renda Fixa	751.455	677.202	74.253	10,96
Fundo de Investimento Multimercado	40.918	39.486	1.432	3,63
Fundo de Investimentos em Participações - FIP	14.731	16.709	(1.978)	(11,84)
Operações com Participantes	5.082	4.868	214	4,40
Empréstimos	5.082	4.868	214	4,40
Total do Realizável de Investimentos	852.302	775.659	76.642	9,88

Os valores acima estão líquidos das provisões para perdas.

A posição em crédito privado apresentou elevação em função da valorização dos ativos a mercado, não tendo ocorrido aplicações no período.

Os aumentos das posições em fundos de investimento em Renda Fixa e em Multimercado ocorreram em função da valorização no período, a despeito dos resgates realizados para cobertura dos compromissos financeiros do Plano.

A redução da posição em fundos de participações decorreu dos recebimentos de amortizações e desvalorização de cota, não tendo ocorrido novas aplicações no período.

V.2.2 Títulos e Valores Mobiliários

A Entidade tem como prática realizar um estudo de ALM (Asset Liability Management) que demonstrou a capacidade econômico-financeira do Plano de suportar o carregamento dos títulos marcados à curva até o seu vencimento sem afetar a liquidez necessária para cumprimento de compromissos, conforme determinado pela Resolução CNPC nº 43, de 6 de agosto de 2021, e posteriores alterações.

No período, não houve reclassificação entre as categorias "Títulos para negociação" e "Títulos mantidos até o vencimento", também não ocorreu a aquisição de novos títulos classificados como "Títulos mantidos até o vencimento".

O quadro a seguir demonstra a carteira de investimentos do Plano de acordo com seus vencimentos, no que couber, e os valores a receber e a pagar não estão incluídos:

CPqDPrev							
Natureza/Tipo	Vencimento	2021			2020		
		Quantidade	Valor de Custo	Valor de Mercado	Quantidade	Valor de Custo	Valor de Mercado
Créditos Privados e Depósitos	-	6.684	16.731	40.116	6.684	16.731	37.395
Companhias Abertas	-	6.664	6.731	11.459	6.664	6.731	10.987
Debêntures	>365 Dias	6.664	6.731	11.459	6.664	6.731	10.987
Instituições Financeiras	-	20	10.000	28.657	20	10.000	26.408
Letras Financeiras	<365 Dias	20	10.000	28.657	-	-	-
Letras Financeiras	>365 Dias	-	-	-	20	10.000	26.408
Fundos de Investimento	-	90.332.001	486.823	807.104	95.115.214	489.783	733.397
Renda Fixa	-	81.559.545	446.567	751.455	86.342.757	449.526	677.202
Multimercado	-	2.236.112	27.562	40.918	2.236.112	27.562	39.486
Participações	-	6.536.344	12.694	14.731	6.536.344	12.694	16.709

V.2.3 Abertura dos Títulos por Faixas de Vencimento

V.2.3.1 Mantidos até o Vencimento (HtM)

Em 31/12/2021

Títulos Mantidos até o Vencimento						
Títulos	0-1 Ano	1-5 Anos	5-10 Anos	Acima de 10 Anos	Valor Contábil	Valor Mercado
Investimentos em Renda Fixa	53.868	123.370	132.471	374.330	684.039	716.859
Nota do Tesouro Nacional - Série B	53.868	123.370	132.471	374.330	684.039	716.859
Total	53.868	123.370	132.471	374.330	684.039	716.859

Em 31/12/2020

Títulos Mantidos até o Vencimento						
Títulos	0-1 Ano	1-5 Anos	5-10 Anos	Acima de 10 Anos	Valor Contábil	Valor Mercado
Investimentos em Renda Fixa	23.380	126.553	135.863	333.693	619.489	780.476
Nota do Tesouro Nacional - Série B	23.380	126.553	135.863	333.693	619.489	780.476
Total	23.380	126.553	135.863	333.693	619.489	780.476

V.2.3.2 Disponíveis para Negociação (MtM)

Em 31/12/2021

Títulos Disponíveis para Negociação						
Títulos	0-1 Ano	1-5 Anos	5-10 Anos	Acima de 10 Anos	Indeterminado	Valor Total
Investimentos em Renda Fixa	49.723	92.121	409	768	-	143.021
Nota do Tesouro Nacional - Série B	8.234	18.909	409	768	-	28.320
Letra Financeira do Tesouro - LFT	12.832	59.804	-	-	-	72.636
Letra do Tesouro Nacional - LTN	-	1.949	-	-	-	1.949
Debêntures	-	11.459	-	-	-	11.459
Letras Financeiras Privadas	28.657	-	-	-	-	28.657
Total	49.723	92.121	409	768	-	143.021

Em 31/12/2021

Títulos Disponíveis para Negociação						
Títulos	0-1 Ano	1-5 Anos	5-10 Anos	Acima de 10 Anos	Indeterminado	Valor Total
Investimentos em Renda Fixa	35.714	95.777	-	129	-	131.620
Nota do Tesouro Nacional - Série B	195	6.593	-	129	-	6.917
Letra Financeira do Tesouro - LFT	33.714	49.984	-	-	-	83.698
Letra do Tesouro Nacional - LTN	1.806	1.805	-	-	-	3.610
Debêntures	-	10.987	-	-	-	10.987
Letras Financeiras Privadas	-	26.408	-	-	-	26.408
Total	35.714	95.777	-	129	-	131.620

V.2.4 Títulos Mantidos até o Vencimento

Abertura da Alocação - Marcação Até o Vencimento				
Descrição	Em 31/12/2021	Em 31/12/2020	Variação em R\$	Variação (%)
Investimentos em Renda Fixa	684.038	619.489	64.549	10,42
Nota do Tesouro Nacional - Série B	684.038	619.489	64.549	10,42

Não estão sendo considerados no quadro acima os valores de CPR (contas a pagar e a receber) dos fundos.

V.2.5 Títulos Disponíveis para Negociação

O quadro demonstra os títulos que poderão não ser levados até seu vencimento e, portanto, estão marcados a mercado na carteira de investimentos do Plano de Benefícios:

Abertura da Alocação - Marcação a Mercado				
Descrição	Em 31/12/2021	Em 31/12/2020	Variação em R\$	Variação (%)
Investimentos em Renda Fixa	143.021	131.620	11.401	8,66
Nota do Tesouro Nacional - Série B	28.320	6.917	21.403	309,43
Letra Financeira - LF	28.657	26.408	2.249	8,52
Letra do Tesouro Nacional - LTN	1.949	3.610	(1.661)	(46,01)
Letra Financeira do Tesouro - LFT	72.636	83.698	(11.062)	(13,22)
Debêntures	11.459	10.987	472	4,30
Investimentos Estruturados	14.731	16.709	(1.978)	(11,84)
FIC FIP BTG INFRA II	8.300	9.582	(1.282)	(13,38)
FIP BVEP PLAZA CL A	4.732	5.243	(512)	(9,76)
FIP BVEP PLAZA CL B	1.699	1.883	(184)	(9,77)
Operações com Participantes - Empréstimos	5.082	4.868	214	4,40
Total	162.834	153.197	9.637	6,29

Não estão sendo considerados no quadro acima os valores de CPR (contas a pagar e a receber) dos fundos.

V.2.6 Títulos Privados

Natureza	31/12/2021	31/12/2020	Variação R\$	Variação (%)
Créditos Privados e Depósitos	40.116	37.395	2.721	7,28
Companhias Abertas	11.459	10.987	472	4,30
Debêntures CEMIG	11.459	10.987	472	4,30
Letras Financeiras	28.657	26.408	2.249	8,52
Letras Financeiras ITAÚ	28.657	26.408	2.249	8,52

V.2.7 Operações com Participantes

As provisões para perdas relativas à inadimplência de operações de empréstimos concedidos aos Assis- tidos do Plano CPqDPrev pela Fundação Sistel foram constituídas conforme critérios estabelecidos pela Instrução Previc nº 31/2020. A provisão para perda do Plano em 2021 é de R\$ 1.

Descrição	Saldo em 31/12/2020	Movimentação	Saldo em 31/12/2021	Taxa de Juros Carteira
Valor Atualizado	4.767	201	4.968	
Prestações a Receber	101	14	115	
(-) Provisão Devedores Duvidosos	-	(1)	(1)	
Faixa Provisionamento 1%	-	(1)	(1)	
Saldo da Carteira	4.868	214	5.082	INPC + 5% a.a.

NOTA V.3

PREMISSAS ATUARIAIS

A Avaliação Atuarial tem como objetivo principal estimar, na data base de cálculo, os compromissos do Plano de Benefício para com seus Participantes e Assistidos e o seu custeio a longo prazo, devendo incluir os valores esperados, relativos tanto aos Participantes quanto aos Assistidos. Com esse objetivo, são realizadas projeções de longo prazo, admitindo-se um conjunto de hipóteses atuariais que represente de forma realista a experiência com relação à expectativa futura do Plano. Em atendimento ao disposto na Resolução CNPC nº 30/2018, a Fundação Sistel promoveu o estudo das hipóteses utilizadas nas avaliações atuariais para cada um dos Planos de Benefícios por ela administrados, juntamente com a empresa Mercer Human Resource Consulting Ltda., CNPJ nº 55.492.391/0001-09, no intuito de atestar se as hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras, bem como os demais itens referentes ao custeio proposto para o Plano de Benefícios, inclusive a adoção de taxa de juros, estão adequadas às características da sua massa de Participantes e Assistidos, e ao regulamento do Plano, de forma a evitar ganhos e perdas atuariais cumulativas ao longo do tempo.

O quadro abaixo demonstra as premissas atuariais utilizadas na Avaliação Atuarial do exercício de 2021, comparativamente àquelas adotadas no ano anterior:

Hipóteses Atuariais	31/12/2021	31/12/2020
Bases Popacionais		
Rotatividade	Exp. Sistel CPqD 2006-2015	Exp. Sistel CPqD 2006-2015
Bases Econômicas e Financeiras		
Taxa de Juros	3,90% a.a.	3,90% a.a.
Crescimento Salarial	1,00% a.a.	1,00% a.a.
Fator de Capacidade	0,98	0,98
Hipóteses Biométricas		
Tábua de Mortalidade Geral	AT 2000 Female	AT 2000 Female
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RP 2000 Disabled Female	RP 2000 Disabled Female
Tábua de Entrada em Invalidez	Light Fraca	Light Fraca
Tábua de Entrada em Auxílio Doença	EXP. CPQD 2006 - 2015	EXP. CPQD 2006 - 2015

Destaca-se a manutenção de todas as hipóteses, inclusive a da taxa de juros de 3,90% a.a. contida dentro do intervalo resultante da aplicação da Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média (ETTJ), conforme publicado na Portaria nº 228/2021, de que trata a Instrução Previc nº 33/2020.

NOTA V.4

PROVISÕES MATEMÁTICAS

Como resultado da Avaliação Atuarial realizada com base em levantamento de dados posicionados em 31/12/2021, as provisões matemáticas foram calculadas pela empresa contratada Mercer Human Resource Consulting Ltda. Os valores registrados constam no Parecer Atuarial e na Demonstração Atuarial, estando em consonância com a planificação contábil atualmente em vigor. Demonstra-se a seguir a composição contábil do Plano:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020	Varição R\$	Varição (%)
Provisões Matemáticas	743.378	676.435	66.943	9,90
Benefícios Concedidos	564.265	511.862	52.403	10,24
Contribuição Definida	2.815	2.266	549	24,23
Benefício Definido	561.450	509.596	51.854	10,18
Benefício a Conceder	179.113	164.573	14.540	8,83
Contribuição Definida	173.772	157.440	16.332	10,37
Benefício Definido	5.341	7.133	(1.792)	(25,12)

O aumento das Provisões Matemáticas de Benefício Concedido, parcela de Benefício Definido no exercício de 2021, conforme verificado no quadro acima, decorre, principalmente, pelo reajuste dos benefícios e das novas concessões, resultando no aumento das obrigações atuariais do Plano com seus Assistidos.

NOTA V.5

AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO DOS TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS

a) Ajuste de Precificação

Conforme observado no demonstrativo, o Plano encerrou o exercício de 2021 com equilíbrio técnico positivo no montante de R\$ 76.789 (R\$ 71.195 em 2020), o que resultou em um índice de solvência após ajuste de precificação de 25,38%, acima do mínimo regulamentar (26,01% em 2020).

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
A) Cálculo dos Limites		
1) Saldo das Provisões Matemáticas (P.M)	566.791	516.729
2) Cálculo do Limite de Déficit Técnico Acumulado		
2.1) Duração do Passivo do Plano deduzido de 4 pontos (zona de equilíbrio de déficit técnico)	6,97	7,12
2.2) Limite do Déficit Técnico Acumulado que deve permanecer $((1 \times 2.1) / 100) \times -1$	(39.505)	(36.791)
3) Cálculo do Limite de Superávit Técnico Acumulado		
3.1) Duração do Passivo do Plano Acrescido de 10 pontos (zona de equilíbrio do superávit técnico)	20,97	21,12
3.2) Limite do Superávit Técnico Acumulado calculado pelo Fator $(1 \times 3.1) / 100$	118.856	109.133
3.3) Limite de Superávit Técnico Acumulado calculado em 25% das P.M $(1 \times 25\%)$	141.698	129.182
3.4) Limite da Reserva de Contingência (menor valor entre o item 3.2 e 3.3) (*)	118.856	109.133
B) Cálculo do Equilíbrio Técnico Ajustado		
4) Equilíbrio Técnico Contábil (Conta 2.03.01.02)	76.789	71.195
5) Ajuste de Precificação Positivo/Negativo	67.042	63.194
6) = (4) + (5) Equilíbrio Técnico Ajustado	143.831	134.389
7) = (6) / (1) x 100 = Índice de Solvência	25,38	26,01

(i) São consideradas apenas as contas de provisões matemáticas de Benefício Definido para cálculo do limite da reserva de contingência.

O ajuste de precificação dos títulos públicos no encerramento do exercício do Plano CPqDPprev resultou em um valor positivo no montante de R\$ 67.042 (R\$ 63.194 – 2020), conforme demonstrativo a seguir:

Ativo	Vencimento	Quant.	Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste de Precificação 2021	Ajuste de Precificação 2020
NTN-B	15/08/2022	5	7.516	7.595	79	236
NTN-B	15/08/2030	79	115.996	132.665	16.669	16.361
NTN-B	15/05/2035	21	30.282	36.453	6.171	5.838
NTN-B	15/08/2040	77	113.573	143.206	29.633	27.500
NTN-B	15/05/2045	17	25.435	31.898	6.463	5.945
NTN-B	15/08/2050	12	17.047	23.590	6.543	5.967
NTN-B	15/05/2055	3	3.513	4.997	1.484	1.347
Total	-	214	313.362	380.404	67.042	63.194

(*) A quantidade informada está em milhares.

NOTA V.6

FUNDOS PREVIDENCIAIS

São os fundos constituídos atuarialmente para atender à Gestão Previdencial dos Planos de Benefícios, conforme quadro abaixo:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020	Variação R\$	Variação (%)
Fundo de Cobertura Especial	19.762	16.964	2.798	16,49
Fundo de Oscilação da Taxa de Juros	5.992	5.568	424	7,61
Total	25.754	22.532	3.222	14,30

Fundo de Cobertura Especial (FCE) – constituído com parcela do saldo das contas identificadas patronais, que não forem destinadas ao pagamento de benefícios em decorrência do Término do Vínculo Empregatício do Participante Ativo, que não tenha atingido as condições de elegibilidade a qualquer benefício do Plano e que tenha optado pela Portabilidade ou pelo Resgate de suas contribuições.

Fundo de Oscilação de Taxa de Juros – tem por finalidade suportar o impacto decorrente de futura alteração da Taxa de Juros do Plano, tendo em vista a sua expectativa de redução.

NOTA V.7

PLANO DE CUSTEIO CPQDPREV, CONFORME CONSTA NO PARECER ATUARIAL

V. 7.1 Custeio dos Participantes

Custeio Normal – o quadro a seguir melhor representa a forma de custeio para os Participantes do Plano CPqDPREV:

Contribuição Normal	
Participantes*	Contribuição Básica – percentual livremente escolhido pelos Participantes Vinculados, variando 1% a 8% do Salário de Participação.
	Contribuição Voluntária – valor livremente escolhido pelos Participantes Vinculados, limitados a 22% do Salário de Participação, desde que o percentual da Contribuição Básica seja de 8%.
	Contribuição Esporádica – valor livremente escolhido pelos Participantes, e não poderá ser inferior a 10% do teto do Salário de Participação.
	Contribuição de Risco – 0,12% (incidente sobre o Salário de Participação dos Participantes não Migrantes).
Autopatrocinados	Idêntica a dos Participantes, adiciona daquela em nome da Patrocinadora.
Participantes BPD	0,62%.

V. 7.2 Custeio da Patrocinadora

Custeio Patronal – o quadro abaixo melhor representa a forma de custeio para as Patrocinadoras do Plano CPqDPrev:

Contribuição Normal	Taxa Aplicável
Participantes*	Contribuição Básica - de valor equivalente à contribuição básica dos Participantes vinculados;
	Contribuição Específica - destinada a assegurar a observância do limite mínimo fixado na legislação para o valor do benefício.
	Contribuição Variável (Eventual) - definida pela Patrocinadora, obedecendo a critérios uniformes e não discriminatórios para os Participantes Vinculados.
	Contribuição de Risco - 0,14% (incidente sobre a folha de Salário de Participação dos Participantes não Migrantes Vinculados.

Custeio Extraordinário – não há previsão de contribuições extraordinárias para o período de vigência deste Plano de Custeio.

V. 7.3 Custeio Assistidos

Não há previsão de contribuições normais ou extraordinárias de Assistidos para o período de vigência deste Plano de Custeio.

V. 7.4 Custeio Administrativo

A Taxa de Carregamento Administrativo equivale a 5,00% incidente sobre as contribuições mencionadas nos itens acima, exceto Participante BPD.

NOTA V.8

EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

A Entidade segue os critérios estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC nº 25 - Provisões, Passivos e Ativos Contingentes.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos internos e externos, procede à análise das demandas judiciais e administrativas pendentes e constitui provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso. As variações existentes no exigível contingencial decorrem do ingresso, encerramento e reavaliação de processos, bem como da atualização monetária realizada. A seguir, demonstram-se as provisões contingenciais correspondentes ao Plano de Benefícios nos exercícios de 2021 e 2020:

Provisão	Saldo 31/12/2020	Entradas	Baixas	Reavaliações	Correções	Saldo 31/12/2021	Qnt de movimentações realizadas 2021		
							Entradas	Baixas	Reavaliação
Gestão Previdencial	1.683	-	-	207	272	2.162	-	-	1
Expurgos Inflacionários	1.152	-	-	207	248	1.607	-	-	-
PIS/COFINS auto de Infração	531	-	-	-	24	555	-	-	-
Demandas Judiciais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Investimentos	720	-	-	-	6	726	-	-	-
Imposto de Renda	713	-	-	-	6	719	-	-	-
Outros	7	-	-	-	-	7	-	-	-
Total	2.403	-	-	207	278	2.888	-	-	1

O Plano não possui ações classificadas como probabilidade de perda possível no exercício de 2021 e 2020.

No encerramento do exercício de 2021, a Administração avaliou que os valores registrados nos seus passivos por demandas judiciais e administrativas estão adequados. Abaixo estão descritos os principais passivos por demandas judiciais e/ou administrativas:

Expurgos Inflacionários – trata-se de ações propostas por Participantes requerendo diferenças decorrentes da utilização de índices de inflação ditos “expurgados”, quando do cálculo da atualização monetária de suas reservas de poupança. A provisão contingencial foi constituída para os casos dos Ex-Participantes que resgataram reservas, e que tenham ingressado em juízo, referente a diferença entre o valor pleiteado e o valor resgatado destas ações, considerando a avaliação de risco da administração da Fundação. Em 2018, após negociações, a Fundação Sistel entrou em acordo com a direção do SINTPq (Sindicato dos Trabalhadores em Pesquisa, Ciência e Tecnologia – SP) sobre o pagamento dos expurgos inflacionários ocorridos no período de 1987 a 1991. Os pagamentos estão ocorrendo de forma parcelada pelo Plano de Benefícios ocasionando, portanto, a redução na rubrica de expurgos inflacionários no período.

PIS/COFINS – Auto de Infração – trata-se de um auto de infração correspondente a PIS e COFINS referente aos meses de janeiro a setembro, novembro e dezembro de 2009, de supostos débitos tributários, adicionados a juros de mora e multa de ofício. Levando-se em conta o objeto da matéria em discussão, o montante envolvido e a constituição do crédito tributário pela Receita Federal, foram registrados em provisão específica, no valor dos autos de infração com os referidos encargos.

Imposto de Renda – trata-se de provisão para suportar o risco identificado em ação anulatória tributária que discute o pagamento de imposto de renda adicional sobre os investimentos de renda fixa de 1994.

Outros – trata-se de ações judiciais pertinentes à administração da carteira de investimentos.

NOTA V.9

FUNDOS ADMINISTRATIVOS

A Fundação Sistel controla e registra o fundo administrativo do Plano CPqDPrev, considerando para tanto o estoque inicial de recursos existente para esse Plano, o fluxo de entradas e saídas de recursos, bem como o seu estoque final. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo do Fundo Administrativo é de R\$ 60.614 (R\$ 53.508 em 2020).





VI. Plano TelebrasPrev

**Plano de Previdência
Privada TelebrasPrev**

PRINCIPAIS EVENTOS DO EXERCÍCIO

VI.1.1 Formação do Resultado do Exercício

O Plano TelebrasPrev constituiu um superávit técnico no montante de R\$ 4.145 no exercício de 2021 (R\$ 1.482 – 2020).

A movimentação no quadro abaixo demonstra a formação do resultado no período:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020	Variação em (R\$)	Variação (%)
(+) Receitas	4.575	4.944	(369)	(7,46)
(-) Despesas	(26.492)	(24.660)	(1.832)	7,43
(+-) Constituições/Reversões Contingências	7.836	3.890	3.946	101,44
(+-) Fluxo de Investimentos	120.679	76.847	43.832	57,04
(+-) Const./Rev. Prov. Matemáticas	(45.957)	(26.843)	(19.114)	71,21
(+-) Constituição/Reversão de Fundos	(56.496)	(32.696)	(23.800)	72,79
Resultado Anual	4.145	1.482	2.663	179,69
Resultado Acumulado	79.416	71.687	7.729	10,78

(*) O resultado apresentado no exercício foi de R\$ 4.145 e a variação no resultado acumulado foi de R\$ 7.729. A variação é decorrente do efeito permutativo, da recomposição da reserva de contingência do Plano no montante de R\$ 3.584, detalhado na nota VI.2.

Destacamos os principais fatores que contribuíram para a formação do resultado positivo no período:

- A variação das receitas deve-se, principalmente, pela concessão de aposentadorias no período.
- O aumento das despesas é decorrente da entrada de novas concessões de benefícios no período e da correção dos benefícios.
- A rentabilidade acumulada dos investimentos do Plano em 2021 é de 12,76% (8,62% - 2020) abaixo da respectiva meta (meta: INPC+3,90% a.a.), adotada na Avaliação Atuarial, face à alocação relevante em títulos atrelados à Selic, destinados ao fluxo de caixa do Plano de Benefícios.
- A reversão de contingências ocorre em função, principalmente, da reavaliação contingencial no montante de R\$ 14,9 milhões ocorrida no exercício somada às correções monetárias realizadas no período. No exercício anterior houve reversão parcial de 76,25% da provisão de PIS/COFINS, em razão do êxito parcial na esfera administrativa de supostos débitos tributários. Parte do valor continua provisionado tendo em vista que a Entidade continua a questionar os valores judicialmente.
- A avaliação atuarial demonstrou que todas as hipóteses estão aderentes e adequadas para serem utilizadas em 2021, não acarretando em alterações em relação ao exercício anterior. O montante constituído de provisão matemática foi superior ao exercício anterior em função, principalmente, das novas concessões conjugadas com o reajuste dos benefícios, resultando no aumento das obrigações atuariais do Plano com seus Assistidos.
- Diante disso, o resultado superavitário do Plano no exercício é superior ao do exercício anterior, principalmente pelo aumento do resultado dos investimentos e pela reversão contingencial ocorrida no período.

VI.1.2 Impactos da Alteração Normativa nas Demonstrações Contábeis do Plano

As demonstrações contábeis relativas ao exercício social de 2020 foram ajustadas para fins comparativos com o exercício social de 2021. A obrigatoriedade da apresentação das demonstrações contábeis de 2020 reclassificadas está contida no anexo III da Instrução Previc nº 44, de 23 de novembro de 2021, da seguinte forma: "Para o exercício de 2021 as informações comparativas do exercício anterior devem ser reclassificadas e evidenciadas em item específico nas notas explicativas". Diante do exposto, apresentamos os impactos incorridos com as reclassificações ocorridas na divulgação do exercício anterior nas demonstrações contábeis do Plano:

VI.1.2.1 Demonstração do Ativo Líquido (DAL) e Demonstração das Provisões Técnicas por Plano de Benefícios (DPT)

Os valores apresentados na Demonstração do Ativo Líquido (DAL) e Demonstração das Provisões Técnicas (DPT) de 2020 permanecem idênticos ao anteriormente apresentado, sem apresentar impactos após entrada em vigor dos novos normativos.

VI.1.2.2 Demonstração da Mutação do Ativo Líquido

Os valores anunciados na Demonstração da Mutação do Ativo Líquido em 2020 apresentam pequenas modificações em relação ao anteriormente apresentado, devido às reclassificações realizadas para atendimento aos novos normativos. Apresentamos abaixo os impactos das reclassificações:

Destinações: foi realizada a abertura dos valores de Benefícios, sendo criada a novas rubricas. Foi reclassificado o montante de R\$ 3.447 para Resgates, R\$ 107 para Portabilidade e R\$ 13 de Outras Destinações.

Descrição	Reclassificado em 2021 pela IN Previc nº 31/2020, alterada pela IN Previc nº 44/2021	Apresentado em 2020 pela IN SPC nº 34/2009
A) Ativo Líquido – início do exercício	878.901	878.901
1. Adições	85.681	85.681
Contribuições	4.944	4.944
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	76.847	76.847
Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	3.890	3.890
2. Destinações	(24.660)	(24.660)
Benefícios	(21.093)	(24.660)
Resgates	(3.447)	-
Portabilidade	(107)	-
Outras Destinações	(13)	-
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	61.021	61.021
Provisões Matemáticas	26.843	26.843
Fundos Previdenciais	32.696	32.696
Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	1.482	1.482
4. Outros Eventos do Ativo Líquido	-	-
5. Operações Transitórias	-	-
B) Ativo Líquido – final do exercício (A+3+4+5)	939.922	939.922
C) Fundos não Previdenciais	4.764	4.764
Fundos Administrativos	4.511	4.511
Fundos para Garantia das Operações com Participantes	253	253

VI.1.2.3 Demonstração do Plano de Gestão Administrativa do Plano

Até o exercício social findo em 31/12/2020, os valores das despesas administrativas eram apresentados de forma segregada entre administração previdencial, administração dos investimentos, comuns e específicas. Para fins de reclassificação comparativa, os valores das despesas administrativas apresentados em 2020 foram consolidados, não acarretando em alteração de valores nas despesas administrativas totais e no valor do Fundo Administrativo do Plano.

Reclassificado em 2021 pela IN Previc nº 31/2020, alterada pela IN Previc nº 44/2021		Apresentado em 2020 pela IN SPC nº 34/2009	
2.1 Administração dos Planos Previdenciais	(1.377)	2 Despesas Administrativas	(1.377)
Pessoal e encargos	(582)	2.1 Administração Previdencial	(903)
Treinamentos/congressos e seminários	(4)	2.1.1 Despesas Comuns	(451)
Viagens e estadias	(1)	2.1.2 Despesas Específicas	(451)
Serviços de terceiros	(302)	Serviços de terceiros	(138)
Despesas gerais	(125)	Despesas gerais	(2)
Depreciações e amortizações	(21)	Tributos	(311)
Tributos	(342)	2.2 Administração dos Investimentos	(475)
2.2 Provisão para Perdas Estimadas	-	2.2.1 Despesas Comuns	(439)
		2.2.2 Despesas Específicas	(36)
		Serviços de terceiros	(6)
		Tributos	(30)
		2.3 Outras Despesas	-

NOTA VI.2

DESTINAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADO DO PLANO

A situação econômica-atuarial do Plano, em 2021, é superavitária em R\$ 79.416 (R\$ 71.687 em 2020).

No exercício de 2021, em atendimento ao art. 23 da Resolução CNPC nº 30/2018, foi necessária a reversão parcial dos Fundos Previdenciais, para a recomposição da Reserva de Contingência ao patamar estabelecido no art. 15 do mesmo normativo.

Descrição	Resultado Acumulado até 2020	Resultado Apurado em 2021	Reserva de Contingência Apurada no encerramento do Exercício	Valor revertido do Fundo de Superávit 2017 para recompor a Reserva de Contingência	Reserva de Contingência mínima, conforme art. 15, Resolução CNPC nº 30/2018
Equilíbrio Técnico	71.687	4.145	75.832	3.584	79.416
Reserva de Contingência	71.687	4.145	75.832	3.584	79.416

Em relação ao superávit apurado em exercícios anteriores: 2012, 2014 e 2015. O processo para distribuição foi submetido à análise e aprovação da Previc em 03/10/2019, porém ainda não foi aprovado, tendo a análise sido suspensa pela Previc conforme notificação recebida pela Sistel em 23/07/2020, devido à situação da ação FENAPAS (Nota 8).

NOTA VI. 3

REALIZÁVEL DE INVESTIMENTOS

VI.3.1 Demonstrativo da Composição da Carteira de Investimentos

Descrição	31/12/2021	31/12/2020	Variação em R\$	Variação em (%)
Ativos Financeiros de Crédito Privado	46.795	43.585	3.210	7,36
Letra Financeira	34.388	31.690	2.698	8,51
Debêntures	12.407	11.895	512	4,30
Fundos de Investimentos	1.005.911	922.354	83.557	9,06
Fundo de Investimento Renda Fixa	865.236	783.999	81.237	10,36
Fundo de Investimento Multimercado	125.396	121.006	4.390	3,63
Fundo de Investimentos em Participações - FIP	15.279	17.349	(2.070)	(11,93)
Operações com Participantes	2.617	3.179	(562)	(17,68)
Empréstimos	2.617	3.179	(562)	(17,68)
Total do Realizável de Investimentos	1.055.323	969.118	86.205	8,90

Os valores acima estão líquidos das provisões para perdas.

A posição em crédito privado apresentou elevação em função da valorização dos ativos a mercado, não tendo ocorrido aplicações no período.

Os aumentos das posições em fundos de investimento em Renda Fixa e em Multimercado ocorreram em função da valorização no período, a despeito dos resgates realizados para cobertura dos compromissos financeiros do Plano.

A redução da posição em fundos de participações decorreu dos recebimentos de amortizações e desvalorização da cota, não tendo ocorrido novas aplicações no período.

VI.3.2 Títulos e Valores Mobiliários

A Entidade tem como prática realizar um estudo de ALM (Asset Liability Management) que demonstrou a capacidade econômico-financeira do Plano de suportar o carregamento dos títulos marcados à curva até o seu vencimento sem afetar a liquidez necessária para cumprimento de compromissos, conforme determinado pela Resolução CNPC nº 43, de 6 de agosto de 2021, e posteriores alterações.

No período, não houve reclassificação entre as categorias "Títulos para negociação" e "Títulos mantidos até o vencimento", também não ocorreu a aquisição de novos títulos classificados como "Títulos mantidos até o vencimento".

O quadro abaixo demonstra a carteira de investimentos do Plano de acordo com seus vencimentos, no que couber, e os valores a receber e a pagar não estão incluídos:

TelebrasPrev							
Natureza/Tipo	Vencimento	2021			2020		
		Quantidade	Valor de Custo	Valor de Mercado	Quantidade	Valor de Custo	Valor de Mercado
Créditos Privados e Depósitos	-	7.239	19.287	46.795	7.239	19.287	43.585
Companhias Abertas	-	7.215	7.287	12.407	7.215	7.287	11.895
Debêntures	>365 Dias	7.215	7.287	12.407	7.215	7.287	11.895
Instituições Financeiras	-	24	12.000	34.388	24	12.000	31.690
Letras Financeiras	<365 Dias	24	12.000	34.388	-	-	-
Letras Financeiras	>365 Dias	-	-	-	24	12.000	31.690
Fundos de Investimento	-	122.964.523	638.759	1.005.911	127.126.668	637.821	922.354
Renda Fixa	-	109.014.860	541.282	865.236	113.177.006	540.344	783.999
Multimercado	-	6.854.617	84.467	125.396	6.854.616	84.467	121.006
Participações	-	7.095.046	13.010	15.279	7.095.046	13.010	17.349

VI.3.3 Abertura dos Títulos por Faixas de Vencimento

VI.3.3.1 Mantidos até o Vencimento (HtM)

Em 31/12/2021

Títulos Mantidos até o Vencimento						
Títulos	0-1 Ano	1-5 Anos	5-10 Anos	Acima de 10 Anos	Valor Contábil	Valor Mercado
Investimentos em Renda Fixa	56.921	130.361	139.978	395.543	722.803	757.483
Nota do Tesouro Nacional - Série B	56.921	130.361	139.978	395.543	722.803	757.483
Total	56.921	130.361	139.978	395.543	722.803	757.483

Em 31/12/2020

Títulos Mantidos até o Vencimento						
Títulos	0-1 Ano	1-5 Anos	5-10 Anos	Acima de 10 Anos	Valor Contábil	Valor Mercado
Investimentos em Renda Fixa	24.873	134.631	144.536	354.995	659.034	830.298
Nota do Tesouro Nacional - Série B	24.873	134.631	144.536	354.995	659.034	830.298
Total	24.873	134.631	144.536	354.995	659.034	830.298

VI.3.3.2 Disponíveis para Negociação (MtM)

Em 31/12/2021

Títulos Disponíveis para Negociação						
Títulos	0-1 Ano	1-5 Anos	5-10 Anos	Acima de 10 Anos	Indeterminado	Valor Total
Investimentos em Renda Fixa	93.510	200.747	1.252	2.354	-	297.863
Nota do Tesouro Nacional - Série B	24.075	27.814	1.252	2.354	-	55.495
Letra Financeira do Tesouro - LFT	35.047	154.743	-	-	-	189.790
Letra do Tesouro Nacional - LTN	-	5.783	-	-	-	5.783
Debêntures	-	12.407	-	-	-	12.407
Letras Financeiras Privadas	34.388	-	-	-	-	34.388
Total	93.510	200.747	1.252	2.354	-	297.863

Em 31/12/2021

Títulos Disponíveis para Negociação						
Títulos	0-1 Ano	1-5 Anos	5-10 Anos	Acima de 10 Anos	Indeterminado	Valor Total
Investimentos em Renda Fixa	100.503	179.453	-	396	-	280.352
Nota do Tesouro Nacional - Série B	597	19.395	-	396	-	20.388
Letra Financeira do Tesouro - LFT	95.295	110.941	-	-	-	206.236
Letra do Tesouro Nacional - LTN	4.611	5.532	-	-	-	10.143
Debêntures	-	11.895	-	-	-	11.895
Letras Financeiras Privadas	-	31.690	-	-	-	31.690
Total	100.503	179.453	-	396	-	280.352

VI.3.4 Títulos Mantidos até o Vencimento

Abertura da Alocação - Marcação até o Vencimento				
Descrição	Em 31/12/2021	Em 31/12/2020	Variação em R\$	Variação (%)
Investimentos em Renda Fixa	722.803	659.034	63.769	9,68
Nota do Tesouro Nacional - Série B	722.803	659.034	63.769	9,68

Não estão sendo considerados no quadro acima os valores de CPR (contas a pagar e a receber) dos fundos.

VI.3.5 Títulos Disponíveis para Negociação

O quadro abaixo demonstra os títulos que poderão não ser levados até seu vencimento e, portanto, estão marcados a mercado na carteira de investimentos do Plano de Benefícios:

Abertura da Alocação - Marcação a Mercado				
Descrição	Em 31/12/2021	Em 31/12/2020	Variação em R\$	Variação (%)
Investimentos em Renda Fixa	297.862	280.352	17.510	6,25
Nota do Tesouro Nacional - Série B	55.495	20.388	35.107	172,19
Letra Financeira - LF	34.388	31.690	2.698	8,51
Letra do Tesouro Nacional - LTN	5.783	10.143	(4.360)	(42,99)
Letra Financeira do Tesouro - LFT	189.789	206.236	(16.447)	(7,97)
Debêntures	12.407	11.895	512	4,30
Investimentos Estruturados	15.279	17.349	(2.070)	(11,93)
FIC FIP BTG INFRA II	9.011	10.402	(1.391)	(13,37)
FIP BVEP PLAZA CL A	4.612	5.111	(499)	(9,77)
FIP BVEP PLAZA CL B	1.656	1.836	(180)	(9,77)
Operações com Participantes - Empréstimos	2.617	3.179	(562)	(17,69)
Total	315.758	300.880	14.878	4,94

Não estão sendo considerados no quadro acima os valores de CPR (contas a pagar e a receber) dos fundos.

VI.3.6 Títulos Privados

Natureza	31/12/2021	31/12/2020	Variação R\$	Variação (%)
Créditos Privados e Depósitos	46.794	43.585	3.209	7,36
Companhias Abertas	12.406	11.895	511	4,30
Debêntures CEMIG	12.406	11.895	511	4,30
Letras Financeiras	34.388	31.690	2.698	8,51
Letras Financeiras ITAÚ	34.388	31.690	2.698	8,51

VI.3.7 Operações com Participantes

As provisões para perdas relativas à inadimplência de operações de empréstimos, concedidos aos Participantes e Assistidos do Plano TelebrasPrev pela Fundação Sistel, foram constituídas conforme critérios estabelecidos pela Instrução Previc nº 31/2020. Em 2021, o montante constituído para provisão para perdas é de R\$ 127 (R\$ 95 em 2020).

Descrição	Saldo em 31/12/2020	Movimentação	Saldo em 31/12/2021	Taxa de Juros Carteira
Valor Atualizado	3.225	(482)	2.743	
Prestações a Receber	49	(49)	-	
(-) Provisão Devedores Duvidosos	(95)	(31)	(126)	
Faixa Provisionamento 25%	-	(3)	(3)	
Faixa Provisionamento 50%	-	(68)	(68)	
Faixa Provisionamento 75%	(95)	94	(1)	
Faixa Provisionamento 100%	-	(54)	(54)	
Saldo da Carteira	3.179	(562)	2.617	INPC + 5% a.a.

NOTA VI.4

PREMISSAS ATUARIAIS

A Avaliação Atuarial tem como objetivo principal estimar, na data base de cálculo, os compromissos do Plano de Benefícios para com seus Participantes e Assistidos e o seu custeio a longo prazo, devendo incluir os valores esperados relativos, tanto aos Participantes quanto aos Assistidos. Com esse objetivo, são realizadas projeções de longo prazo, admitindo-se um conjunto de hipóteses atuariais que represente de forma realista a experiência com relação à expectativa futura do Plano.

Em atendimento ao disposto na Resolução CNPC nº 30/2018, a Fundação Sistel promoveu o estudo das hipóteses utilizadas nas avaliações atuariais para cada um dos Planos de Benefícios por ela administrados, juntamente com a empresa Mercer Human Resource Consulting Ltda., CNPJ nº 55.492.391/0001-09, no intuito de atestar se as hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras, bem como os demais itens referentes ao custeio proposto para o Plano de Benefícios, inclusive a adoção de taxa de juros, estão adequadas às características da sua massa de Participantes e Assistidos, e ao regulamento do Plano, de forma a evitar ganhos e perdas atuariais cumulativas ao longo do tempo.

O quadro abaixo demonstra as premissas atuariais utilizadas na Avaliação Atuarial do exercício de 2021, comparativamente àquelas adotadas no ano anterior:

Hipóteses Atuariais	31/12/2021	31/12/2020
Bases Populacionais		
Rotatividade	4,41% a.a.	4,41% a.a.
Bases Econômicas e Financeiras		
Taxa de Juros	3,90% a.a.	3,90% a.a.
Crescimento Salarial	1,00% a.a.	1,00% a.a.
Fator de Capacidade	0,98	0,98
Hipóteses Biométricas		
Tábua de Mortalidade Geral	AT 2000 Female	AT 2000 Female
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RP 2000 Disabled Female	RP 2000 Disabled Female
Tábua de Entrada em Invalidez	Light Fraca	Light Fraca
Tábua de Entrada em Auxílio Doença	EXP. Telebras 2006 - 2015	EXP. Telebras 2006 - 2015

Destaca-se a manutenção de todas as hipóteses, inclusive a da taxa de juros de 3,90% a.a. contida dentro do intervalo resultante da aplicação da Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média (ETTJ), conforme publicado na Portaria nº 228/2021, de que trata a Instrução Previc nº 33/2020.

NOTA VI.5

PROVISÕES MATEMÁTICAS

Como resultado da Avaliação Atuarial realizada com base em levantamento de dados posicionados em 31/12/2021, as provisões matemáticas foram calculadas pela empresa contratada Mercer Human Resource Consulting Ltda. Os valores registrados constam no Parecer Atuarial e na Demonstração Atuarial, estando em consonância com a planificação contábil atualmente em vigor.

Demonstra-se a seguir a composição contábil do Plano:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020	Variação R\$	Variação (%)
Provisões Matemáticas	462.196	416.239	45.957	11,04
Benefícios Concedidos	334.311	289.176	45.135	15,61
Benefício Definido	334.311	289.176	45.135	15,61
Benefício a Conceder	127.885	127.063	822	0,65
Contribuição Definida	80.938	76.332	4.606	6,03
Benefício definido	46.947	50.731	(3.784)	(7,46)

O aumento das Provisões Matemáticas de Benefício Concedido em Benefício Definido no exercício de 2021, conforme verificado no quadro acima, decorre principalmente das novas concessões conjugado com o reajuste dos benefícios.

Em relação às Provisões Matemáticas de Benefício a Conceder, apesar do incremento das contribuições e da rentabilidade observada no exercício, estas se mantiveram praticamente estáveis em função das concessões de benefício e desligamento com a opção por instituto de Resgate e Portabilidade.

NOTA VI.6

AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO DOS TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS

a) Ajuste de Precificação

Conforme observado no demonstrativo, o Plano encerrou o exercício de 2021 com equilíbrio técnico positivo no montante de R\$ 79.416 (R\$ 71.687 em 2020), o que resultou em um índice de solvência após ajuste de precificação de 33.14%, maior que o mínimo regulamentar (34,25% em 2020).

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
A) Cálculo dos Limites		
1) Saldo das Provisões Matemáticas (P.M)	381.258	339.908
2) Cálculo do Limite de Déficit Técnico Acumulado		
2.1) Duração do Passivo do Plano deduzido de 4 pontos (zona de equilíbrio de déficit técnico)	6,83	7,09
2.2) Limite do Déficit Técnico Acumulado que deve permanecer $((1*2.1)/100)^*-1$	(26.040)	(24.099)
3) Cálculo do Limite de Superávit Técnico Acumulado		
3.1) Duração do Passivo do Plano Acrescido de 10 pontos (zona de equilíbrio do superávit técnico)	20,83	21,09
3.2) Limite do Superávit Técnico Acumulado calculado pelo Fator $(1*3.1)/100$	79.416	71.687
3.3) Limite de Superávit Técnico Acumulado calculado em 25% das P.M $(1*25\%)$	95.315	84.977
3.4) Limite da Reserva de Contingência (menor valor entre o item 3.2 e 3.3) (*)	79.416	71.687
B) Cálculo do Equilíbrio Técnico Ajustado		
4) Equilíbrio Técnico Contábil (Conta 2.03.01.02)	79.416	71.687
5) Ajuste de Precificação Positivo/Negativo	46.934	44.745
6) = (4) + (5) Equilíbrio Técnico Ajustado	126.350	116.432
7) = (6) / (1) x 100 = Índice de Solvência	33,14	34,25

(i) São consideradas apenas as contas de provisões matemáticas de Benefício Definido para cálculo do limite da reserva de contingência.

O ajuste de precificação dos títulos públicos no encerramento do exercício do Plano TelebrasPrev resultou em um valor positivo no montante de R\$ 46.934 (R\$ 44.745 – 2020), conforme demonstrativo a seguir:

Ativo	Vencimento	Quant.	Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste de Precificação 2021	Ajuste de Precificação 2020
NTN-B	15/08/2022	1	2.092	2.119	27	61
NTN-B	15/08/2024	13	19.964	20.908	944	1.159
NTN-B	15/05/2026	14	21.867	23.436	1.569	1.698
NTN-B	15/08/2030	9	14.384	16.679	2.295	2.275
NTN-B	15/05/2035	54	81.964	99.251	17.287	16.523
NTN-B	15/08/2040	11	16.722	21.636	4.914	4.606
NTN-B	15/05/2045	28	44.112	55.562	11.450	10.642
NTN-B	15/08/2050	12	17.945	24.831	6.886	6.348
NTN-B	15/05/2055	3	3.698	5.260	1.562	1.433
TOTAL	-	145	222.748	269.682	46.934	44.745

(*) A quantidade informada está em milhares.

NOTA VI.7

FUNDOS PREVIDENCIAIS

São os fundos constituídos atuarialmente para atender à Gestão Previdencial dos Planos de Benefícios e distribuição de resultados do Plano de Benefícios, conforme quadro abaixo:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020	Variação R\$	Variação (%)
Fundo de Desvios Espectrais do Plano	76.625	67.415	9.210	13,66
Fundo de Reversão de Valores 2012	217.456	191.321	26.135	13,66
Fundo de Reversão de Valores 2014	24.925	21.929	2.996	13,66
Fundo de Reversão de Valores 2015	21.287	18.728	2.559	13,66
Fundo de Reversão de Valores 2016	38.617	33.976	4.641	13,66
Fundo de Reversão de Valores 2017 (*)	34.910	38.494	-	(9,31)
Fundo de Oscilação - Cobertura Especial	81.324	71.411	9.913	13,88
Fundo de Oscilação – Cobertura Benef. Riscos	5.744	5.054	690	13,65
Fundo de Oscilação da Taxa de Juros	4.020	3.669	351	9,57
Total	504.908	451.996	52.912	11,71

*O fundo 2017 não está sendo corrigido pela variação da cota conforme estabelecido em reunião do Conselho Deliberativo no exercício de 2020. O decréscimo neste fundo 2017 é referente à recomposição da Reserva de Contingência, conforme artigo 23 da Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, mencionado na Nota VI.2

VI.7.1 Fundo para Revisão de Plano

São destinados e constituídos especificamente para o atendimento à distribuição de superávit em conformidade com a Instrução Normativa Previc nº 33, de 23 de outubro de 2020. Esse subgrupo é composto pelos seguintes fundos:

Fundos de Reversão de Valores às Patrocinadoras e Assistidos 2012, 2014, 2015, 2016 e 2017 – constituídos para distribuição de superávit, decorrente da Reserva Especial para Revisão de Plano, obedecendo à proporção contributiva, consoante com a decisão do Conselho Deliberativo da Entidade.

VI.7.2 Outros Previstos em Nota Técnica Atuarial

Fundo Previdencial para Cobertura de Desvios Espectrais do Plano – tem por finalidade suportar as oscilações de riscos das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder, em decorrência de variações conjugadas dos parâmetros utilizados para o cálculo das provisões, executando-se as variações em decorrência de juros técnicos e da tábua biométrica, que serão definidas em fundos específicos, quando for o caso.

Fundo de Oscilação – Cobertura Benef. Riscos – tem por finalidade fornecer cobertura adicional para as oscilações entre a taxa de juros de desconto e a taxa de inflação adotada nas avaliações atuariais e o efetivo índice de reajuste de benefícios aplicados.

Fundo de Oscilação – Cobertura Especial (FCE) – constituído com parcela do saldo das contas identificadas patronais, que não forem destinadas ao pagamento de benefícios em decorrência do Término do Vínculo Empregatício do Participante Ativo, que não tenha atingido as condições de elegibilidade a qualquer benefício do Plano e que tenha optado pela Portabilidade ou pelo Resgate de suas contribuições.

Fundo de Oscilação de Taxa de Juros – tem por finalidade suportar o impacto decorrente de futura alteração da Taxa de Juros do Plano, tendo em vista a sua expectativa de redução nos próximos exercícios.

NOTA VI.8

PLANO DE CUSTEIO DO TELEBRASPREV

VI. 8.1 Custeio dos Participantes

Custeio Normal – o quadro abaixo melhor representa a forma de custeio para os Participantes do Plano TelebrasPrev:

Custeio Normal dos Participantes*	Taxa Aplicada
Participantes*	Contribuição Ordinária Obrigatória – 2% do Salário de Participação + 3% sobre o excesso do Salário de Participação em relação à parcela Previdenciária
	Contribuição Adicional (facultativa) – Múltiplos de 0,5% do salário de participação (prazo não inferior a 12 meses)
	Contribuição Eventual (facultativa) não poderá ser inferior a 5% do teto do Salário de Participação
Autopatrocinados	Idêntica a dos Participantes adicionada daquela em nome da Patrocinadora
Participantes em BPD	Não efetua contribuição Normal

Custeio Extraordinário Participantes – não há previsão de contribuições extraordinárias para o período de vigência deste Plano de Custeio.

VI. 8.2 Custeio da Patrocinadora

Custeio Patronal – o quadro abaixo melhor representa a forma de custeio para as patrocinadoras do Plano TelebrasPrev:

Custeio Normal	Taxa Aplicável
Patrocinadora	Contribuição Ordinária – equivalente à contribuição ordinária do Participante Vinculado e adicional do Participante Vinculado, até o limite de 8% do Salário de Participação.

Custeio Extraordinário – não há previsão de contribuições extraordinárias para o período de vigência deste Plano de Custeio.

VI. 8.3 Custeio dos Assistidos

Não há previsão de contribuições normais ou extraordinárias de Assistidos para o período de vigência deste Plano de Custeio.

NOTA VI.9

EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

A Entidade segue os critérios estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC nº 25 - Provisões, Passivos e Ativos Contingentes.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos internos e externos, procede à análise das demandas judiciais e administrativas pendentes e constitui provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso. As variações existentes no exigível contingencial decorrem do ingresso, encerramento e reavaliação de processos, bem como da atualização monetária realizada. A seguir, demonstram-se as provisões contingenciais correspondentes ao Plano de Benefícios nos exercícios de 2021 e 2020:

Provisão	Saldo 31/12/2020	Entradas	Baixas	Reavaliações	Correções	Saldo 31/12/2021	Qnt de movimentações realizadas 2021		
							Entradas	Baixas	Reavaliação
Gestão Previdencial	26.436	-	-	(23.781)	2.636	5.291	-	-	5
Expurgos Inflacionários	393	-	-	(10)	73	456	-	-	1
PIS/COFINS auto de Infração	1.917	-	-	-	84	2.001	-	-	-
Demandas Judiciais	24.038	-	-	(23.771)	2.475	2.742	-	-	4
IR sobre reserva poupança	88	-	-	-	4	92	-	-	-
Total	26.436	-	-	(23.781)	2.636	5.291	-	-	5

No encerramento do exercício de 2021, a Administração avaliou que os valores registrados nos seus passivos por demandas judiciais e administrativas estão adequados. A seguir estão descritos os principais passivos por demandas judiciais e/ou administrativas:

Expurgos Inflacionários – trata-se de ações propostas por Participantes requerendo diferenças decorrentes da utilização de índices de inflação ditos “expurgados”, quando do cálculo da atualização monetária de suas reservas de poupança. A provisão contingencial foi constituída para os casos dos Ex-Participantes que resgataram reservas, e que tenham ingressado em juízo, referente a diferença entre o valor pleiteado e o valor resgatado destas ações, considerando a avaliação de risco da administração da Fundação.

PIS/COFINS – Auto de Infração – trata-se de um auto de infração correspondente a PIS e COFINS referente aos meses de janeiro a setembro, novembro e dezembro de 2009, de supostos débitos tributários, adicionados a juros de mora e multa de ofício. Levando-se em conta o objeto da matéria em discussão, o montante envolvido e a constituição do crédito tributário pela Receita Federal, foram registrados em provisão específica, no valor dos autos de infração com os referidos encargos.

Previdencial – Demandas Judiciais – trata-se de ações de reajustes dos benefícios concedidos, ajuizadas somente contra a Fundação Sistel por Assistidos do Plano TelebrasPrev.

IRRF Reserva de Poupança – Provisão constituída para suportar o risco identificado em ação anulatória tributária que discute a compensação de crédito referente ao Imposto de Renda.

O quadro abaixo demonstra o montante de ações classificadas como “possíveis” no Plano de Benefícios:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Quantidade	Quantidade	Quantidade	Valor em R\$
Previdenciais Demandas Judiciais	1	1	-	-

(*) A quantidade está por litis (pessoa), mas o total de processos com o risco possível e com valores é de 1 processo. Os demais processos não estão classificados com probabilidade de perda possível.

NOTA VI.10

FUNDOS ADMINISTRATIVOS

A Fundação Sistel controla e registra o fundo administrativo do Plano TelebrasPrev, considerando para tanto o estoque inicial de recursos existente para esse Plano, o fluxo de entradas e saídas de recursos, bem como o seu estoque final. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo do Fundo Administrativo é de R\$ 73.385 (R\$ 64.764 em 2020).



VII. Plano InovaPrev

Plano de Aposentadoria InovaPrev

PRINCIPAIS EVENTOS DO EXERCÍCIO

VII.1.1 Movimentações realizadas no exercício

Abaixo estão elencados os principais fatos que contribuíram para evolução do Plano no exercício:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020	Variação em (R\$)	Variação (%)
(+) Receitas	14.387	12.379	2.008	16,22
(-) Despesas	(12.177)	(8.830)	(1.515)	14,21
(-) Custeio Administrativo	(706)	(612)	(94)	15,36
(+-) Constituições/Reversões Contingências	(127)	573	(700)	(122,16)
(+-) Fluxo de Investimentos	5.875	7.450	(1.575)	(21,14)
(+-) Const./Rev. Prov. Matemáticas	(6.491)	(9.961)	3.470	(34,84)
(+-) Constituição/Reversão de Fundos	(761)	(999)	238	(23,82)

A rentabilidade auferida no período e as receitas de contribuições foram utilizadas integralmente para cobrir todas as reduções patrimoniais, e o resultado foi individualizado no saldo de contas dos Participantes e Assistidos. Destacamos os principais fatores ocorridos no Plano em 2021:

- Por ser um Plano de Contribuição Definida (CD puro), o Plano não apresenta resultado. O aumento nas receitas é decorrente, principalmente, da entrada de novos Participantes Ativos.
- O aumento nas despesas previdenciais é motivada, principalmente, pelo pagamento de institutos (resgates e portabilidades) maior no montante de R\$ 3.368, em relação ao exercício de 2020.
- A rentabilidade acumulada dos investimentos do Plano em 2021 foi de 3,00% (4,03% - 2020) e não superou a variação da meta de rentabilidade de 7,02% (CDI + 2,50% a.a.), impactada pela volatilidade nos preços dos ativos ocasionada pelo elevado grau de incerteza no crescimento da economia, a queda do Índice Ibovespa e reflexos negativos no segmento imobiliário e fundos do exterior.
- A constituição de contingências ocorre em função, principalmente, das correções monetárias realizadas no período. No exercício anterior houve reversão parcial de 76,25% da provisão de PIS/COFINS, em razão do êxito parcial na esfera administrativa de supostos débitos tributários. Parte do valor continua provisionado tendo em vista que a Entidade continua a questionar os valores judicialmente.
- O fundo de cobertura de riscos possui um valor provisionado suficiente para fazer frente aos compromissos referentes a estes benefícios de riscos. Desta forma, não se faz necessária a instituição de Plano de Custeio para os supracitados benefícios.

VII.1.2 Impactos da Alteração Normativa nas Demonstrações Contábeis do Plano

As demonstrações contábeis relativas ao exercício social de 2020 foram ajustadas para fins comparativos com o exercício social de 2021. A obrigatoriedade da apresentação das demonstrações contábeis de 2020 reclassificadas está contida no anexo III da Instrução Previc nº 44, de 23 de novembro de 2021, da seguinte forma: "Para o exercício de 2021 as informações comparativas do exercício anterior devem ser reclassificadas e evidenciadas em item específico nas notas explicativas". Diante do exposto, apresentamos os impactos incorridos com as reclassificações ocorridas na divulgação do exercício anterior nas demonstrações contábeis do Plano:

VI.1.2.1 Demonstração do Ativo Líquido (DAL) e Demonstração das Provisões Técnicas por Plano de Benefícios (DPT)

Os valores apresentados na Demonstração do Ativo Líquido (DAL) e Demonstração das Provisões Técnicas (DPT) de 2020 permanecem idênticos ao anteriormente apresentado, sem apresentar impactos após entrada em vigor dos novos normativos.

VI.1.2.2 Demonstração da Mutação do Ativo Líquido

Os valores anunciados na Demonstração da Mutação do Ativo Líquido em 2020 apresentam pequenas modificações em relação ao anteriormente apresentado, devido às reclassificações realizadas para atendimento aos novos normativos. Apresentamos abaixo os impactos das reclassificações:

Adições: foi realizada a abertura na rubrica contribuições previdenciais reclassificado, o montante de R\$ 1.832 do grupo de Adições – Contribuições Previdenciais, para o grupo Deduções – Desoneração de Contribuições de Patrocinadores. Este montante refere-se à utilização do fundo previdencial para abatimento de contribuições das Patrocinadoras em 2020.

Destinações: foi realizada a abertura dos valores de Benefícios em três grupos. Benefícios passou a ter o montante de R\$ 2.501, abertura em resgates no valor de R\$ 6.168, portabilidade no valor de R\$ 157 e outras deduções no montante de R\$ 4. Além disso, conforme descrito anteriormente, houve a abertura do novo grupo Deduções – Desoneração de Contribuições de Patrocinadores no montante de R\$ 1.832.

DESCRIÇÃO	Reclassificado em 2021 pela IN Previc nº 31/2020, alterada pela IN Previc nº 44/2021	Apresentado em 2020 pela IN SPC nº 34/2009
A) Ativo Líquido – início do exercício	185.637	185.637
1. Adições	20.402	18.570
Contribuições	12.379	10.547
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	7.450	7.450
Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	573	573
2. Destinações	(11.274)	(9.442)
Benefícios	(2.501)	(8.830)
Resgates	(6.168)	-
Portabilidade	(157)	-
Desonerações de Contribuições de Patrocinador(es)	(1.832)	-
Custeio Administrativo	(612)	(612)
Outras Destinações	(4)	-
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	9.128	9.128
Provisões Matemáticas	9.961	9.961
Fundos Previdenciais	(833)	(833)
4. Outros Eventos do Ativo Líquido	-	-
5. Operações Transitórias	-	-
B) Ativo Líquido – final do exercício (A+3+4+5)	194.765	194.765
C) Fundos não Previdenciais	371	371
Fundos Administrativos	293	293
Fundos para Garantia das Operações com Participantes	78	78

VI.1.2.3 Demonstração do Plano de Gestão Administrativa do Plano

Até o exercício social findo em 31/12/2020, os valores das despesas administrativas eram apresentados de forma segregada entre administração previdencial, administração dos investimentos, comuns e específicas. Para fins de reclassificação comparativa, os valores das despesas administrativas apresentados em 2020 foram consolidados, não acarretando em alteração de valores nas despesas administrativas totais e no valor do Fundo Administrativo do Plano.

Reclassificado em 2021 pela IN Previc nº 31/2020, alterada pela IN Previc nº 44/2021		Apresentado em 2020 pela IN SPC nº 34/2009	
2 Despesas Administrativas	(1.245)	2 Despesas Administrativas	(1.245)
2.1 Administração dos Planos Previdenciais	(1.245)	2.1 Administração Previdencial	(1.151)
Pessoal e encargos	(750)	2.1.1 Despesas Comuns	(990)
Treinamentos/congressos e seminários	(6)	2.1.2 Despesas Específicas	(162)
Viagens e estadias	(84)	Viagens e estadias	(83)
Serviços de terceiros	(223)	Serviços de terceiros	(1)
Despesas gerais	(80)	Tributos	(78)
Depreciações e amortizações	(16)	2.2 Administração dos Investimentos	(94)
Tributos	(85)	2.2.1 Despesas Comuns	(88)
2.2 Provisão para Perdas Estimadas	-	2.2.2 Despesas Específicas	(5)
		Tributos	(5)
		2.3 Outras Despesas	-

NOTA VII.2

REALIZÁVEL DE INVESTIMENTOS

VII.2.1 Demonstrativo da Composição da Carteira de Investimentos

Descrição	31/12/2021	31/12/2020	Variação em R\$	Variação em (%)
Ativos Financeiros de Crédito Privado	10.158	9.472	686	7,24
Letra Financeira	7.164	6.602	562	8,51
Debêntures	2.994	2.870	124	4,32
Fundos de Investimentos	185.205	179.310	5.895	3,29
Fundo de Investimento Renda Fixa	6.918	9.451	(2.533)	(26,80)
Fundo de Investimento Multimercado	169.477	165.484	3.993	2,41
Fundo de Índice Referência Renda Fixa (ETF)	1.929	-	1.929	100,00
Fundo de Índice Referência Ações (ETF)	3.024	-	3.024	100,00
Fundo de Investimentos em Participações - FIP	3.857	4.375	(518)	(11,84)
Operações com Participantes	7.518	7.020	498	7,09
Empréstimos	7.518	7.020	498	7,09
Total do Realizável de Investimentos	202.881	195.802	7.079	3,62

Os valores acima estão líquidos das provisões para perdas.

A posição em crédito privado apresentou elevação em função da valorização dos ativos a mercado, não tendo ocorrido aplicações no período. O aumento da posição em Fundos de Investimento reflete a valorização no período, entretanto, ocorreram reduções de alocação nos fundos Renda Fixa e em Participações. O primeiro, em função dos resgates para atendimento das necessidades de liquidez do Plano e, também, para aplicações em fundos de índice referenciados, tanto em renda fixa quanto em renda variável. O segundo, em função do recebimento de amortização ocorrida no período e desvalorização de cota.

VII.2.2 Títulos e Valores Mobiliários

O quadro abaixo demonstra a carteira de investimentos do Plano de acordo com seus vencimentos, no que couber, e os valores a receber e a pagar não estão incluídos:

InovaPrev							
Natureza/Tipo	Vencimento	2021			2020		
		Quantidade	Valor de Custo	Valor de Mercado	Quantidade	Valor de Custo	Valor de Mercado
Créditos Privados e Depósitos	-	1.746	3.958	10.158	1.746	3.958	9.472
Companhias Abertas	-	1.741	1.588	2.994	1.741	1.588	2.870
Debêntures	>365 Dias	1.741	1.588	2.994	1.741	1.588	2.870
Instituições Financeiras	-	5	2.370	7.164	5	2.370	6.602
Letras Financeiras	<365 Dias	5	2.370	7.164	-	-	-
Letras Financeiras	>365 Dias	-	-	-	5	2.370	6.602
Ações	-	30.000	3.401	3.024	-	-	-
Companhias Abertas	-	30.000	3.401	3.024	-	-	-
Fundos de Investimento	-	11.169.801	136.194	182.181	12.099.882	136.664	179.310
Renda Fixa	-	2.240.049	8.765	8.848	3.170.130	9.236	9.451
Multimercado	-	7.218.488	123.994	169.476	7.218.488	123.994	165.484
Participações	-	1.711.264	3.435	3.857	1.711.264	3.435	4.375

VII.2.3 Abertura dos Títulos por Faixas de Vencimento

VII.2.3.1 Disponíveis para Negociação (MtM)

Em 31/12/2021

Títulos Disponíveis para Negociação						
Títulos	0-1 Ano	1-5 Anos	5-10 Anos	Acima de 10 Anos	Indeterminado	Valor Total
Investimentos em Renda Fixa	47.460	81.620	1.245	2.340	-	132.665
Nota do Tesouro Nacional - Série B	20.435	12.486	1.245	2.340	-	36.506
Letra Financeira do Tesouro - LFT	19.861	59.601	-	-	-	79.462
Letra do Tesouro Nacional - LTN	-	6.539	-	-	-	6.539
Debêntures	-	2.994	-	-	-	2.994
Letras Financeiras Privadas	7.164	-	-	-	-	7.164
Total	47.460	81.620	1.245	2.340	-	132.665

Em 31/12/2020

Títulos Disponíveis para Negociação						
Títulos	0-1 Ano	1-5 Anos	5-10 Anos	Acima de 10 Anos	Indeterminado	Valor Total
Investimentos em Renda Fixa	80.731	61.638	-	394	-	142.763
Nota do Tesouro Nacional - Série B	594	19.440	-	394	-	20.428
Letra Financeira do Tesouro - LFT	77.005	27.223	-	-	-	104.228
Letra do Tesouro Nacional - LTN	3.132	5.503	-	-	-	8.634
Debêntures	-	2.870	-	-	-	2.870
Letras Financeiras Privadas	-	6.602	-	-	-	6.602
Total	80.731	61.638	-	394	-	142.763

VII.2.4 Títulos Disponíveis para Negociação

O quadro abaixo demonstra os títulos que poderão não ser levados até seu vencimento e, portanto, estão marcados a mercado na carteira de investimentos do Plano de Benefícios:

ABERTURA DA ALOCAÇÃO - MARCAÇÃO A MERCADO				
DESCRIÇÃO	Em 31/12/2021	Em 31/12/2020	Variação em R\$	Variação (%)
Investimentos em Renda Fixa	132.665	142.763	(10.098)	(7,07)
Nota do Tesouro Nacional - Série B	36.506	20.428	16.078	78,71
Letra Financeira - LF	7.164	6.602	562	8,51
Letra Financeira do Tesouro - LFT	79.462	104.228	(24.766)	(23,76)
Letra do Tesouro Nacional - LTN	6.539	8.635	(2.096)	(24,27)
Debêntures	2.994	2.870	124	4,32
Investimentos em Fundos de Índice	4.953	-	4.953	100,00
Fundo de Índice Referência Renda Fixa (ETF)	1.929	-	1.929	100,00
Fundo de Índice Referência Ações (ETF)	3.024	-	3.024	100,00
Investimentos Estruturados	3.857	4.375	(518)	(11,84)
FIC FIP BTG INFRA II	2.173	2.509	(336)	(13,39)
FIP BVEP PLAZA CL A	1.239	1.373	(134)	(9,76)
FIP BVEP PLAZA CL B	445	493	(48)	(9,74)
Operações com Participantes - Empréstimos	7.518	7.020	498	7,09
Total	148.993	154.158	(5.165)	(3,35)

Não estão sendo considerados no quadro acima os valores de CPR (contas a pagar e a receber) dos fundos.

VII.2.5 Títulos Privados

Natureza	31/12/2021	31/12/2020	Variação R\$	Variação (%)
Créditos Privados e Depósitos	10.158	6.472	686	7,24
Companhias Abertas	2.994	2.870	124	4,32
Debêntures CEMIG	2.994	2.870	124	4,32
Letras Financeiras	7.164	6.602	562	8,51
Letras Financeiras ITAÚ	7.164	6.602	562	8,51

VII.2.6 Operações com Participantes

As provisões para perdas relativas à inadimplência de operações de empréstimos, concedidos aos Participantes e Assistidos do Plano InovaPrev pela Fundação Sistel, foram constituídas conforme critérios estabelecidos pela Instrução Previc nº 31/2020. O Plano não conta com provisão para perdas em 2021 (R\$ 7 em 2020).

Descrição	Saldo em 31/12/2020	Movimentação	Saldo em 31/12/2021	Taxa de Juros Carteira
Valor Atualizado	6.816	478	7.294	
Prestações a Receber	211	13	224	
(-) Provisão Devedores Duvidosos	(7)	7	-	
Faixa Provisionamento 25%	(7)	7	-	
Saldo da Carteira	7.020	498	7.518	INPC + 5% a.a.

NOTA VII.3

PREMISSAS ATUARIAIS

A Avaliação Atuarial tem como objetivo principal estimar, na data base de cálculo, os compromissos do Plano de Benefícios para com seus Participantes e Assistidos e o seu custeio a longo prazo, devendo incluir os valores esperados relativos, tanto aos Participantes quanto aos Assistidos. Com esse objetivo, são realizadas projeções de longo prazo, admitindo-se um conjunto de hipóteses atuariais que represente de forma realista a experiência com relação à expectativa futura do Plano. O quadro abaixo demonstra as premissas atuariais utilizadas para o Plano em 2021, mantidas àquelas adotadas no ano anterior para avaliação gerencial dos compromissos com os Benefícios de Risco (Morte e Invalidez de Ativo):

Hipóteses Atuariais	31/12/2021	31/12/2020
Bases Populacionais		
Rotatividade	EXP. CPqD 2006 – 2015	EXP. CPqD 2006 – 2015
Bases Econômicas e Financeiras		
Taxa de Juros	3,90% a.a.	3,90% a.a.
Crescimento Salarial	1,00% a.a.	1,00% a.a.
Fator de Capacidade	0,98	0,98
Hipóteses Biométricas		
Tábua de Mortalidade Geral	AT 2000 Female	AT 2000 Female
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RP 2000 Disabled Female	RP 2000 Disabled Female
Tábua de Entrada em Invalidez	Light Fraca	Light Fraca
Tábua de Entrada em Auxílio Doença	Não aplicável	Não aplicável

NOTA VII.4

PROVISÕES MATEMÁTICAS

Como resultado da Avaliação Atuarial realizada com base em levantamento de dados posicionados em 31/12/2020, as provisões matemáticas foram calculadas pela empresa contratada Mercer Brasil. Os valores registrados constam no Parecer Atuarial e na Demonstração Atuarial, estando em consonância com a planificação contábil atualmente em vigor. Demonstra-se a seguir a composição contábil do Plano:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020	Variação R\$	Variação (%)
Provisões Matemáticas	179.405	172.914	6.491	3,75
Benefícios Concedidos	24.366	25.491	(1.125)	(4,41)
Contribuição Definida	24.366	25.491	(1.125)	(4,41)
Benefício a Conceder	155.039	147.423	7.616	5,17
Contribuição Definida	155.039	147.423	7.616	5,17

As Provisões Matemáticas de Benefício Concedidos sofreram redução em função dos pagamentos de benefícios e da rentabilidade no exercício.

Em relação ao aumento observado no exercício das Provisões Matemáticas a Conceder, destacamos o incremento das contribuições, da rentabilidade e das inscrições no período. Entretanto o crescimento não foi maior em função das concessões de benefício e desligamentos com a opção por instituto de Resgate e Portabilidade.

NOTA VII.5

FUNDOS PREVIDENCIAIS

São os fundos constituídos atuarialmente para atender à Gestão Previdencial do Plano de Benefícios, conforme quadro abaixo:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020	Variação R\$	Variação (%)
Conta de Destinação de Excedentes - CDE	992	843	149	17,67
Fundo de Cobertura de Riscos	21.620	21.008	612	2,91
Totais	22.612	21.851	761	3,48%

VII.5.1 Fundos Previdenciais

Conta de Destinação de Excedentes – CDE – constituída por parcelas da Conta Identificada da Patrocinadora (CPI), não destinada ao pagamento de Benefícios, nos casos de opção pelo instituto de Resgate por Participantes com menos de 2 (dois) anos de vinculação ao Plano, ou pelo saldo dessa conta em caso de morte de Participante ou do saldo remanescente da Conta Individual de Benefícios (CIB), no caso de Assistido, sendo que, em ambos os casos, Participantes e Assistidos, resulte na inexistência de Beneficiários, Beneficiários Designados ou herdeiros habilitados, depois de prescritos.

Fundo de Cobertura de Riscos – tem a finalidade de acumular os recursos vertidos pelos Participantes Autopatrocinados e Patrocinadoras por meio das Contribuições de Risco. O fundo será destinado ao

pagamento vitalício dos Benefícios de Risco, sendo utilizado somente após o esgotamento das Contas CPI e CIP. A atualização no fundo decorre, principalmente, da variação da cota do Plano.

VII.5.2 Utilização do Fundo Previdencial para Abatimento de Contribuições

No exercício anterior (2020), as Patrocinadoras do Plano, solicitaram à Fundação Sistel a utilização de recursos do fundo de cobertura de riscos para abatimento das contribuições patronais vertidas ao Plano InovaPrev, conforme previsto na legislação e no regulamento do Plano. O valor total de recursos utilizados foi de R\$ 1.832, que consta na Demonstração da Mutações do Ativo Líquido do Plano do ano anterior, não tendo havido utilização no exercício de 2021.

NOTA VII.6

PLANO DE CUSTEIO DO INOVAPREV, CONFORME CONSTA NO PARECER ATUARIAL

VII.6.1 Custeio dos Participantes

Contribuição Normal	
Participantes*	Contribuição Normal – percentual livremente escolhidos pelos Participantes, variando de 1% a 8%, considerando os percentuais inteiros do Salário de Participação.
	Contribuição Extraordinária Voluntária do Participante – de caráter e frequência facultativos, correspondente a um percentual inteiro incidente sobre o Salário de Participação limitado a 22%; desde que o percentual da contribuição seja 8%.
	Contribuição Extraordinária Esporádica do Participante – de caráter individual e facultativo, de periodicidade esporádica e de valor estabelecido pelo Participante, observado o mínimo de 400 cotas no mês correspondente.
Autopatrocinados	Contribuição de Risco – 0,00% Contribuição Normal – idêntica a dos Participantes, adicionada daquela em nome da Patrocinadora.
Participantes Vinculados	Isentos.

VII.6.2 Custeio das Patrocinadoras

Contribuição Normal	
Patrocinadora	Contribuição Normal – de valor equivalente à contribuição normal básica dos Participantes.
	Contribuição de Risco - 0,00%.
	Contribuição Extraordinária Variável da Patrocinadora – caráter e frequência facultativos a serem estabelecidos pelas Patrocinadoras.

VII.6.3 Custeio dos Assistidos

Não há previsão de contribuições normais ou extraordinárias de Assistidos para o período de vigência deste Plano de Custeio.

VII.6.4 Custeio Administrativo

A Taxa de Carregamento Administrativo equivale a 5,00% incidente sobre as contribuições mencionadas nos itens acima, exceto Participante BPD.

NOTA VII.7

EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

A Entidade segue os critérios estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC nº 25 - Provisões, Passivos e Ativos Contingentes.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos internos e externos, procede à análise das demandas judiciais e administrativas pendentes e constitui provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso. As variações existentes no exigível contingencial decorrem do ingresso, encerramento e reavaliação de processos, bem como da atualização monetária realizada.

A seguir, demonstram-se as provisões contingenciais correspondentes ao Plano de Benefícios nos exercícios de 2021 e 2020:

Provisão	Saldo 31/12/2020	Entradas	Baixas	Reavaliações	Correções	Saldo 31/12/2021	Qnt de movimentações realizadas 2021		
							Entradas	Baixas	Reavaliação
Gestão Previdencial	815	-	-	-	128	943	-	-	-
Expurgos Inflacionários	609	-	-	-	118	727	-	-	-
PIS/COFINS auto de Infração	206	-	-	-	10	216	-	-	-
Investimentos	197	-	-	-	1	198	-	-	-
Imposto de Renda	195	-	-	-	1	196	-	-	-
Outros	2	-	-	-	-	2	-	-	-
Total	1.012	-	-	-	129	1.141	-	-	-

O Plano não possui ações classificadas como probabilidade de perda possível para o exercício de 2021 e 2020.

No encerramento do exercício de 2021, a Administração avaliou que os valores registrados nos seus passivos por demandas judiciais e administrativas estão adequados. Abaixo estão descritos os principais passivos por demandas judiciais e/ou administrativas.

Expurgos Inflacionários – trata-se de ações propostas por Participantes requerendo diferenças decorrentes da utilização de índices de inflação ditos “expurgados”, quando do cálculo da atualização monetária de suas reservas de poupança. A provisão contingencial foi constituída para os casos dos Ex-Participantes que resgataram reservas, e que tenham ingressado em juízo, referente a diferença entre o valor pleiteado e o valor resgatado destas ações, considerando a avaliação de risco da administração da Fundação. Em 2018,

após negociações, a Fundação Sistel entrou em acordo com a direção do SINTPq (Sindicato dos Trabalhadores em Pesquisa, Ciência e Tecnologia – SP) sobre o pagamento dos expurgos inflacionários ocorridos no período de 1987 a 1991. Os pagamentos estão ocorrendo de forma parcelada pelo Plano de Benefícios ocasionando, portanto, a redução na rubrica de expurgos inflacionários no período.

PIS/COFINS – Auto de Infração – trata-se de um auto de infração correspondente a PIS e COFINS referente aos meses de janeiro a setembro, novembro e dezembro de 2009, de supostos débitos tributários, adicionados a juros de mora e multa de ofício. Levando-se em conta o objeto da matéria em discussão, o montante envolvido e a constituição do crédito tributário pela Receita Federal, foram registrados em provisão específica, no valor dos autos de infração com os referidos encargos.

Imposto de Renda – trata-se de provisão para suportar o risco identificado em ação anulatória tributária que discute a compensação de crédito referente ao Imposto de Renda. Devido à necessidade de realização de depósito judicial, a avaliação da probabilidade de perda é provável, razão pela qual os valores provisionados correspondem aos valores depositados.

Outros – trata-se de ações judiciais pertinentes à administração da carteira de investimentos.

NOTA VII.8

FUNDOS ADMINISTRATIVOS

A Fundação Sistel controla e registra o fundo administrativo do Plano InovaPrev, considerando para tanto o estoque inicial de recursos existente para esse Plano, o fluxo de entradas e saídas de recursos, bem como o seu estoque final. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo do Fundo Administrativo é de R\$ 10.212 (R\$ 9.387 em 2020).

A woman with short, wavy grey hair is looking down at a black smartphone in her hands. She is wearing a white top with lace detailing on the shoulders, a thin necklace, and hoop earrings. The background is a soft-focus indoor setting. A large orange circle is on the left side of the page, and a teal circle is at the bottom left. A yellow line graphic is at the top left, and a dotted line graphic is at the bottom right.

VIII. PAMA

**Plano de Assistência
Médica ao Aposentado**

PRINCIPAIS EVENTOS DO EXERCÍCIO

VIII.1.1 Formação do Resultado do Plano no Exercício

A apuração do resultado foi realizada com base no regime de competência, no exercício de 2021 a situação econômica-atuarial do Plano, é superavitária em R\$ 60.444 (deficitária em R\$ 1.079 – 2020).

Descrição	31/12/2021	31/12/2020	Variação em (R\$)	Variação (%)
(+) Receitas	103.955	101.857	2.098	2,06
(-) Despesas	(405.182)	(349.596)	(55.586)	15,90
(-) Custeio Administrativo	(11.237)	(10.477)	(760)	7,25
(+-) Constituições/Reversões Contingências	3.471	12.824	(9.353)	(72,93)
(+-) Fluxo de Investimentos	732.213	516.464	215.749	41,77
(+-) Const./Rev. Prov. Matemáticas	(361.697)	(74.920)	(286.777)	382,78
Resultado Anual	61.523	196.152	(134.629)	(68,64)
Resultado Acumulado	60.444	(1.079)	61.523	(5.701,85)

Destacamos os principais fatores que contribuíram para a formação do resultado no período:

- As receitas do Plano são decorrentes, principalmente, de coparticipações dos Assistidos e mantiveram-se constantes no exercício.
- Houve aumento de 15,90% nas despesas com pagamento de benefícios (405.182 x R\$ 349.596 – 2020). Há de se observar que as despesas médicas foram bastante afetadas nos primeiros meses de pandemia, em virtude do isolamento social. No decorrer de 2021, com a flexibilização das medidas restritivas de circulação, os Assistidos fizeram maior uso do Plano, justificando assim o aumento nas despesas no período.
- A avaliação atuarial demonstrou que as demais hipóteses estão aderentes e adequadas para serem utilizadas em 2021. A principal mudança ocorrida foi a alteração na taxa de crescimento real dos custos médicos de 4,03 % a.a. para 4,37 % a.a.
- A reversão de contingências ocorre em função, principalmente, das baixas realizadas em demandas judiciais do Plano (Nota VIII.7), ocorridas no exercício somada às correções monetárias. No exercício anterior houve reversão parcial de 76,25% da provisão de PIS/COFINS, em razão do êxito parcial na esfera administrativa de supostos débitos tributários. Parte do valor continua provisionado tendo em vista que a Entidade continua a questionar os valores judicialmente.
- A variação observada na constituição de provisões matemáticas é decorrente, principalmente, da alteração da premissa de crescimento real das despesas com pagamento de benefícios somada a outros eventos.
- A rentabilidade acumulada dos investimentos do Plano em 2021 é de 17,52% (13,22% - 2020) e superou a variação da meta atuarial do Plano (INPC+4,20% a.a.), face à exposição relevante em ativos atrelados à variação do IPCA e IGP-M.

- Pode-se observar que o resultado positivo auferido pelo Plano no exercício é decorrente, principalmente, do resultado dos investimentos no período.

VIII.1.2 Impactos da Alteração Normativa nas Demonstrações Contábeis do Plano

As demonstrações contábeis relativas ao exercício social de 2020 foram ajustadas para fins comparativos com o exercício social de 2021. A obrigatoriedade da apresentação das demonstrações contábeis de 2020 reclassificadas está contida no anexo III da Instrução Previc nº 44, de 23 de novembro de 2021, da seguinte forma: "Para o exercício de 2021 as informações comparativas do exercício anterior devem ser reclassificadas e evidenciadas em item específico nas notas explicativas". Diante do exposto, apresentamos os impactos incorridos com as reclassificações ocorridas na divulgação do exercício anterior nas demonstrações contábeis do Plano:

VIII.1.2.1 Demonstração do Ativo Líquido (DAL), Demonstração da Muta     do Ativo Líquido (DMAL) e Demonstração das Provis    s T    icas por Plano de Benef    s (DPT)

Os valores apresentados na Demonstr       do Ativo L    ido (DAL), Demonstr       da Muta     do Ativo L    ido (DMAL) e Demonstr       das Provis    s T    icas (DPT) de 2020, permanecem id    ticos ao anteriormente apresentado, sem apresentar impactos ap     entrada em vigor dos novos normativos.

VIII.1.2.2 Demonstr       do Plano de Gest     Administrativa do Plano

At     o exerc    io social findo em 31/12/2020, os valores das despesas administrativas eram apresentados de forma segregada entre administra    o previdencial, administra    o dos investimentos, comuns e espec    ficas. Para fins de reclassifica     comparativa, os valores das despesas administrativas apresentados em 2020 foram consolidados, n     acarretando em altera    o de valores nas despesas administrativas totais e no valor do Fundo Administrativo do Plano.

Reclassificado em 2021 pela IN Previc n�� 31/2020, alterada pela IN Previc n�� 44/2021		Apresentado em 2020 pela IN SPC n�� 34/2009	
2 Despesas Administrativas	(12.712)	2 Despesas Administrativas	(12.712)
2.1 Administra����o dos Planos Previdenciais	(12.712)	2.1 Administra����o Previdencial	(10.477)
Pessoal e encargos	(7.059)	2.1.1 Despesas Comuns	(6.785)
Treinamentos/congressos e semin����rios	(57)	2.1.2 Despesas Espec����ficas	(3.692)
Viagens e est����dias	(34)	Pessoal e encargos	(1.125)
Servi����os de terceiros	(3.565)	Viagens e est����dias	(22)
Despesas gerais	(1.558)	Servi����os de terceiros	(1.921)
Deprecia����es e amortiza����es	(176)	Despesas gerais	(496)
Tributos	(263)	Deprecia����es e amortiza����es	(1)
2.2 Provis����o para Perdas Estimadas		Tributos	(126)
		2.2 Administra����o dos Investimentos	(2.234)
		2.2.1 Despesas Comuns	(1.953)
		2.2.2 Despesas Espec����ficas	(281)
		Servi����os de terceiros	(5)
		Despesas gerais	(156)
		Tributos	(120)

NOTA VIII.2

REALIZÁVEL DE INVESTIMENTOS

VIII.2.1 Demonstrativo da Composição da Carteira de Investimentos

Descrição	31/12/2021	31/12/2020	Variação em R\$	Variação em (%)
Fundos de Investimentos	4.735.930	4.318.228	417.702	9,67
Fundo de Investimento Renda Fixa	4.735.930	4.318.228	417.702	9,67
Total do Realizável de Investimentos	4.735.930	4.318.228	417.702	9,67%

O aumento da posição em Fundo de Investimento Renda Fixa reflete a valorização dos ativos que compõem a carteira do Plano, principalmente as chamadas Notas do Tesouro Nacional série C, NTN-C, que foram favorecidas pela forte elevação do IGPM no período, índice que corrige estas aplicações.

VIII.2.2 Títulos e Valores Mobiliários

A Entidade tem como prática realizar um estudo de ALM (Asset Liability Management) que demonstrou a capacidade econômico-financeira do Plano de suportar o carregamento dos títulos marcados à curva até o seu vencimento sem afetar a liquidez necessária para cumprimento de compromissos, conforme determinado pela Resolução CNPC nº 43, de 6 de agosto de 2021, e posteriores alterações.

No período, não houve reclassificação entre as categorias "Títulos para negociação" e "Títulos mantidos até o vencimento", também não ocorreu a aquisição de novos títulos classificados como "Títulos mantidos até o vencimento".

PAMA							
Natureza/Tipo	Vencimento	2021			2020		
		Quantidade	Valor de Custo	Valor de Mercado	Quantidade	Valor de Custo	Valor de Mercado
Fundos de Investimento	-	255.714.909	2.419.326	4.735.930	280.770.283	2.535.483	4.318.228
Renda Fixa	-	255.714.909	2.419.326	4.735.930	280.770.283	2.535.483	4.318.228

VIII.2.3 Abertura dos Títulos por Faixas de Vencimento

VIII.2.3.1 Mantidos até o Vencimento (HtM)

Em 31/12/2021

Títulos Mantidos Até o Vencimento						
Títulos	0-1 Ano	1-5 Anos	5-10 Anos	Acima de 10 Anos	Valor Contábil	Valor Mercado
Investimentos em Renda Fixa	-	118.457	1.332.436	2.970.643	4.421.536	4.998.797
Nota do Tesouro Nacional - Série B	-	118.457	517.419	2.970.643	3.606.519	4.143.037
Nota do Tesouro Nacional - Série C	-	-	815.017	-	815.017	855.760
Total	-	118.457	1.332.436	2.970.643	4.421.536	4.998.797

Em 31/12/2020

Títulos Mantidos até o Vencimento						
Títulos	0-1 Ano	1-5 Anos	5-10 Anos	Acima de 10 Anos	Valor Contábil	Valor Mercado
Investimentos em Renda Fixa	-	-	575.810	3.396.806	3.972.616	5.537.951
Nota do Tesouro Nacional - Série B	-	-	575.810	2.688.783	3.264.593	4.727.703
Nota do Tesouro Nacional - Série C	-	-	-	708.023	708.023	810.247
Total	-	-	575.810	3.396.806	3.972.616	5.537.951

VIII.2.3.2 Disponíveis para Negociação (MtM)

Em 31/12/2021

Títulos Disponíveis para Negociação						
Títulos	0-1 Ano	1-5 Anos	5-10 Anos	Acima de 10 Anos	Indeterminado	Valor Total
Investimentos em Renda Fixa	50.220	264.074	-	-	-	314.294
Nota do Tesouro Nacional - Série B	10.642	-	-	-	-	10.642
Letra Financeira do Tesouro - LFT	39.578	263.652	-	-	-	303.230
Letra do Tesouro Nacional - LTN	-	422	-	-	-	422
Total	50.220	264.074	-	-	-	314.294

Em 31/12/2020

Títulos Disponíveis para Negociação						
Títulos	0-1 Ano	1-5 Anos	5-10 Anos	Acima de 10 Anos	Indeterminado	Valor Total
Investimentos em Renda Fixa	59.464	286.060	-	-	-	345.524
Nota do Tesouro Nacional - Série B	-	5.364	-	-	-	5.364
Letra Financeira do Tesouro - LFT	53.413	280.696	-	-	-	334.108
Letra do Tesouro Nacional - LTN	6.051	-	-	-	-	6.051
Total	59.464	286.060	-	-	-	345.524

VIII.2.4 Títulos Mantidos até o Vencimento

Abertura da Alocação - Marcação até o Vencimento				
Descrição	Em 31/12/2021	Em 31/12/2020	Variação em R\$	Variação (%)
Investimentos em Renda Fixa	4.421.535	3.972.616	448.919	11,30
Nota do Tesouro Nacional - Série B	3.606.518	3.264.593	341.925	10,47
Nota do Tesouro Nacional - Série C	815.017	708.023	106.994	15,11

Não estão sendo considerados no quadro acima os valores de CPR (contas a pagar e a receber) dos fundos.

VIII.2.5 Títulos Disponíveis para Negociação

O quadro abaixo demonstra os títulos que poderão não ser levados até seu vencimento e, portanto, estão marcados a mercado na carteira de investimentos do Plano de Benefícios:

Abertura da Alocação - Marcação a Mercado				
Descrição	Em 31/12/2021	Em 31/12/2020	Variação em R\$	Variação (%)
Nota do Tesouro Nacional - Série B	10.642	5.364	5.278	98,40
Letra do Tesouro Nacional - LTN	422	6.052	(5.630)	(93,03)
Letra Financeira do Tesouro - LFT	303.230	334.108	(30.878)	(9,24)
Total	314.294	345.524	(31.230)	(9,04)

Não estão sendo considerados no quadro acima os valores de CPR (contas a pagar e a receber) dos fundos.

NOTA VIII.3

PROVISÕES PARA PERDAS E MUDANÇAS DE ESTIMATIVA

A Fundação Sistel passou a adotar em 2021 a Instrução Normativa Previc nº 31/2020, que dentre suas aplicações, alterou as faixas para provisionamento de devedores duvidosos. Essa alteração não traz impacto relevante no resultado do Plano.

O quadro abaixo demonstra as alterações ocorridas e os respectivos impactos nos valores provisionados no exercício anterior (2020):

Prazo e Percentuais Provisionamento antes da IN 31/2020	Prazo e Percentuais Provisionamento após IN 31/2020	Valor Provisionado em 2020 antes da IN 31/2020	Efeito com Valor Provisionado de Acordo com a IN 31/2020	Variação em R\$	Variação em (%)
Não aplicável	De 31 a 60 dias - 1%	-	9	9	100,00
De 61 a 120 dias - 25%	De 61 a 90 dias - 5%	227	35	(192)	(84,58)
Não aplicável	De 91 a 120 dias - 10%	-	21	21	100,00
De 121 a 240 dias - 25%	De 121 a 180 dias - 25%	1.319	347	(972)	(73,69)
Não aplicável	De 181 a 240 dias - 50%	-	626	626	100,00
De 241 e 360 dias - 75%	De 241 a 360 dias - 75%	1.740	1.740	-	0,00
Acima de 360 dias - 100%	A partir de 360 dias - 100%	25.351	25.351	-	0,00
(A) Total de Provisão para Perdas por Faixa		28.637	28.129	(508)	(1,77)
(B) Provisão para Perdas - Judicial		1.200	1.200	-	0,00
(C) Provisão para Perdas por Óbito		3.312	3.312	-	0,00
(=) A+ B + C - Total de Provisão para Perdas		33.149	32.641	(508)	(1,53)

Conforme observado, o impacto foi de R\$ 508 mil (1,53%) nesta mudança de estimativa ocorrida com a publicação da Instrução Normativa Previc nº 31/2021, o que acarretaria em um aumento deste montante no resultado do Plano em 31/12/2020, caso a norma estivesse em vigor. Ressalta-se que o resultado naquele exercício foi de R\$ 196.152, logo este impacto seria de 0,25% no resultado.

O quadro abaixo demonstra as provisões realizadas no exercício de 2021 em comparação às do exercício anterior:

Faixa e Percentual aplicável em 2020	Faixa e Percentual aplicável em 2021	Saldo Provisão em 2020	Saldo da Provisão em 2021	Variação em R\$	Variação em (%)
Não aplicável	De 31 a 60 dias - 1%	-	5	5	100,00
De 61 a 120 dias - 25%	De 61 a 90 dias - 5%	227	19	(208)	(91,63)
Não aplicável	De 91 a 120 dias - 10%	-	54	54	100,00
De 121 a 240 dias - 25%	De 121 a 180 dias - 25%	1.319	316	(1.003)	(76,04)
Não aplicável	De 181 a 240 dias - 50%		1.432	1.432	100,00
De 241 a 360 dias - 75%	De 241 a 360 dias - 75%	1.740	2.030	290	16,67
Acima de 360 dias - 100%	A partir de 360 dias - 100%	25.351	33.070	7.719	30,45
(A) Total de Provisão para Perdas por Faixa		28.637	36.926	8.289	28,95
(B) Provisão para Perdas - Judicial		1.200	841	(359)	(29,92)
(C) Provisão para Perdas por Óbito		3.312	3.055	(257)	(7,76)
(=) A+ B + C - Total de Provisão para Perdas		33.149	40.822	7.673	23,15

As provisões apresentaram um aumento de 23,15% (R\$ 7.673) em relação ao exercício anterior, em função, principalmente, dos atrasos acima de 360 dias, sem que haja impacto relevante, em decorrência da mudança ocorrida em virtude da Instrução Normativa Previc nº 31/2020.

NOTA VIII.4

PREMISSAS ATUARIAIS

Tábuas de mortalidades são instrumentos que medem a probabilidade de sobrevivência (ou morte), de entrada em invalidez, de morbidade, dentre outras, em cada idade, projetando o início do usufruto dos benefícios. São normalmente construídas, separadamente, para homens e mulheres, por causa de suas taxas diferenciadas. As tábuas denominadas de biométricas adotadas pela Fundação Sistel decorrem de estudo prévio de "aderência", que é realizado anualmente e com base nas experiências obtidas por cada Plano. O quadro a seguir demonstra as bases de dados das hipóteses atuariais do PAMA:

VIII.4.1 Premissas Econômicas e Financeiras

Bases Econômicas e Financeiras 2021	Bases Econômicas e Financeiras 2020
a) Taxa de Juros: 4,20% a.a., conforme estudos elaborados pela Fundação Sistel;	a) Taxa de Juros: 4,20% a.a., conforme estudos elaborados pela Fundação Sistel;
b) Taxa de Crescimento Real dos Custos Médicos: i) HCCTR: 4,37% a.a., extraída da base de dados da Fundação Sistel; ii) Aging Factor: foram adotados custos médios crescentes por faixa etária até a faixa etária de 59 anos ou mais. A partir dos 59 anos, foi adotado um percentual de crescimento real de 2% ao ano, até que o beneficiário complete 84 anos de idade;	b) Taxa de Crescimento Real dos Custos médicos i) HCCTR: 4,03% a.a., extraída da base de dados da Fundação Sistel; ii) Aging Factor: foram adotados custos médios crescentes por faixa etária até a faixa etária de 59 anos ou mais. A partir de 59 anos, foi adotado um percentual de crescimento real de 2% a.a., até que o beneficiário complete 84 anos de idade;
c) Taxa de inflação a longo prazo de 3,5% a.a.;	c) Taxa de inflação a longo prazo de 3,5% a.a.;
d) Fator de capacidade das contribuições e despesas não médicas: 0,9833 (taxa de juros de 4,2% a.a. e inflação de 3,5% a.a.);	d) Fator de capacidade das contribuições e despesas não médicas: 0,9833 (taxa de juros de 4,2% a.a. e inflação de 3,5% a.a.);
e) Fator de capacidade das despesas médicas: 0,9626 (taxa de juros de 4,2% a.a., crescimento real das despesas de 4,37% a.a. e inflação de 3,5% a.a.);	e) Fator de capacidade de despesas médicas: 0,9642 (taxa de juros de 4,2% a.a., crescimento real das despesas de 4,03% a.a. e inflação de 3,5% a.a.);
f) Taxa de rotatividade: nula.	f) Taxa de rotatividade: nula.

Tábua de Inadimplência: adoção da tábua de inadimplência apresentada por meio do Relatório Rodarte Nogueira/Sistel nº 012, de 08.06.2021.

As hipóteses adotadas para o cálculo atuarial são formuladas considerando-se o longo prazo das projeções às quais se destinam. No curto prazo elas podem não ser necessariamente realizadas, dando origem então à apuração de ganhos e perdas atuariais.

Destaca-se que o teste de aderência das premissas de crescimento real das despesas com pagamento de benefícios foi apresentado por meio do Relatório Final RN/Sistel nº 016, de 10 de agosto de 2021.

VIII.4.2 Premissas Biométricas e Demográficas

Premissas Biométricas e Demográficas 2021	Premissas Biométricas e Demográficas 2020
a) Mortalidade Geral: AT – 2000 Basic Agravada em 10%, segregada por sexo;	Mortalidade Geral: AT – 83 Basic, segregada por sexo;
b) Entrada em Invalidez: Não Aplicável;	Entrada em Invalidez: Não Aplicável;
c) Mortalidade de Inválidos: AT – 2000 Basic Agravada em 10%, segregada por sexo.	Mortalidade de Inválidos: AT – 83 Basic, segregada por sexo.

As hipóteses adotadas para o cálculo atuarial são formuladas considerando-se o longo prazo das projeções às quais se destinam. No curto prazo elas podem não ser necessariamente realizadas, dando origem então à apuração de ganhos e perdas atuariais. O teste de aderência da tábua de mortalidade foi apresentado por meio do Relatório Final RN/Sistel Nº 20/2020, de 26.11.2020.

NOTA VIII.5

PROVISÕES MATEMÁTICAS

As provisões matemáticas foram calculadas pela empresa contratada Rodarte Nogueira – consultoria em estatística e atuária.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020	Variação (%)
Provisões Matemáticas	4.652.491	4.290.794	8,43
Benefícios Concedidos	4.652.491	4.290.794	8,43
Benefício Definido	4.652.491	4.290.794	8,43

Destaca-se que a variação no valor da provisão foi ocasionada, principalmente, em função do aumento dos custos dos benefícios apurados para as submassas PAMA e PCE, da alteração da premissa de crescimento real das despesas médicas (HCCTR), que passou de 4,03% para 4,37%.

A provisão do PAMA é dividida em dois subgrupos. São eles:

- **Provisão de Benefícios Concedidos – Eventos Ocorridos e Não Pagos:** refere-se àqueles procedimentos que já foram realizados pelos beneficiários, mas ainda não foram pagos pela Sistel;
- **Provisão de Benefícios Concedidos – Eventos a Ocorrer:** refere-se àqueles procedimentos que ainda serão realizados pelos beneficiários, ao longo dos anos, até que o último beneficiário venha a óbito.

NOTA VIII.6

EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

A Entidade segue os critérios estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC nº 25 - Provisões, Passivos e Ativos Contingentes. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos internos e externos, procede à análise das demandas judiciais e administrativas pendentes e constitui provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso. As variações existentes no exigível contingencial decorrem do ingresso, encerramento e reavaliação de processos, bem como da correção monetária mensal realizada. A seguir, demonstram-se as provisões contingenciais correspondentes ao Plano nos exercícios de 2021 e 2020:

Provisão	Saldo 31/12/2020	Entradas	Baixas	Reavaliações	Correções	Saldo 31/12/2021	Qnt de movimentações realizadas 2021		
							Entradas	Baixas	Reavaliação
Contingencial	52.149	1.788	(8.801)	452	2.998	48.586	153	130	158
PIS/COFINS RET	26.819	-	-	-	289	27.108	-	-	-
PIS/COFINS - Lei 9.718	3.574	-	-	-	-	3.574	-	-	-
PIS/COFINS Auto de Infração	4.309	-	-	-	188	4.497	-	-	-
PAMA - Operadoras	2.419	453	(1.103)	140	489	2.398	49	40	39
PAMA - Demandas Judiciais	15.028	1.335	(7.698)	312	2.032	11.009	104	90	119
Investimentos	3.432	-	-	-	31	3.463	-	-	-
Imposto de Renda	3.410	-	-	-	31	3.441	-	-	-
Outros	22	-	-	-	-	22	-	-	-
Total	55.581	1.788	(8.801)	452	3.029	52.049	153	130	158

No encerramento do exercício de 2021, a Administração avaliou que os valores registrados nos seus passivos por demandas judiciais e administrativas estão adequados. Abaixo estão descritos os principais passivos por demandas judiciais ou administrativas:

PIS/COFINS RET – refere-se aos valores questionados pela Receita Federal do Brasil da base de cálculo de janeiro de 1995 a março de 2001. A provisão contabilizada corresponde a 100% dos valores calculados pela Receita Federal do Brasil.

PIS/COFINS Lei 9.718 – constituída em face da inconstitucionalidade da Lei 9.718 julgada pelo Supremo Tribunal Federal no ano de 2005. Visando o não pagamento destes tributos, no ano de 2007 a Fundação Sistel ingressou com mandado de segurança perante a 2ª Vara Federal do Distrito Federal. Logo após, em 2008, foi protocolada sentença desfavorável à Sistel que entrou com recurso de apelação diante do TRF da 1ª Região que ainda aguarda julgamento. Os valores calculados desde então passaram a ser pagos judicialmente até dezembro/2014.

PIS/COFINS – Auto de Infração – trata-se de um auto de infração correspondente a PIS e COFINS referente aos meses de janeiro a setembro, novembro e dezembro de 2009, de supostos débitos tributários, adicionados a juros de mora e multa de ofício. Levando-se em conta o objeto da matéria em discussão, o montante envolvido e a constituição do crédito tributário pela Receita Federal, foram registrados em provisão específica, no valor dos autos de infração com os referidos encargos.

PAMA – Demandas Judiciais – constituída para suportar os processos judiciais ativos envolvendo o PAMA ou o PAMA-PCE, os quais são classificados em 27 objetos principais, cuja avaliação da probabilidade de perda é realizada conforme pedidos formulados pelos autores nas demandas. A maioria destes objetos, se exitosos, não implicam em pagamento de uma condenação no processo, como, por exemplo, o pedido de restabelecimento da inscrição no Plano. Os valores são fixados conforme decisão proferida. Nos processos que não possuem decisão referente ao pedido de dano moral, o valor é fixado conforme a média de condenação na região e para os demais objetos conforme pedido realizado pelo autor.

PAMA Operadoras – constituída em face de ações judiciais movidas contra a Bradesco Saúde, operadora contratada pela Fundação Sistel para operacionalização do PAMA, em que a Fundação Sistel não figura como parte, mas que assume os custos de condenação. Tais demandas, devido ao risco para a Fundação, foram inseridas no Sistema de Acompanhamento Processual, e tiveram avaliação de risco, com imputação de provisão contingencial para os casos de risco provável de perda.

Imposto de Renda – trata-se de provisão para suportar o risco identificado em ação anulatória tributária que discute o pagamento de imposto de renda adicional sobre os investimentos de renda fixa de 1994.

Outros – trata-se de ações judiciais pertinentes à administração da carteira de investimentos.

O quadro abaixo demonstra o montante de ações classificadas como “possíveis” no Plano de Benefícios:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Quantidade	Valor em R\$	Quantidade	Valor em R\$
PAMA Demandas Judiciais	8	1.486	10	1.407
PAMA Operadoras	2	190	-	-

NOTA VIII.7

CUSTEIO ADMINISTRATIVO DO PLANO

O PAMA é custeado por meio de repasses para cobrir as despesas administrativas na operacionalização do Plano ao Plano de Gestão Administrativa – PGA, em limite inferior ao previsto na legislação vigente. Em 2021, o custo da gestão do Plano foi de R\$ 13.376 (R\$ 12.712 – 2020).



IX. PGA

Plano de Gestão Administrativa

NOTA IX.1

FORMAÇÃO DO RESULTADO DO PLANO

A contabilização das despesas administrativas da Entidade é realizada exclusivamente no Plano de Gestão Administrativa (PGA), em que, por meio de apontamentos específicos elaborados pelas unidades administrativas ou pelos centros de custos, é efetuado o registro e, posteriormente, ao final de cada fechamento contábil, o valor é atribuído a cada Plano de Benefícios para que tais despesas sejam, então, retiradas do fundo administrativo do Plano correspondente. Um tratamento semelhante ao das despesas administrativas é dado aos demais grupos de contas de resultado do PGA, constituindo ou desconstituindo fundos administrativos.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020	Variação em (R\$)	Variação (%)
(+) Receitas	25.373	22.852	2.522	11,04
(-) Despesas Administrativas	(53.509)	(51.206)	(2.303)	4,50
(+/-) (Const.)/Reversão de Contingências	(99)	(1.841)	1.741	(94,62)
(+/-) Resultado Líq. dos Investimentos	127.819	75.686	52.133	68,88
(+/-) Sobra / Insuficiência PGA	99.584	45.491	54.093	118,91
Fundo Administrativo	986.662	887.078	99.584	11,23

Abaixo estão elencados os principais fatos que contribuíram para a formação do resultado do Plano no exercício:

- O Plano obteve uma rentabilidade nos seus investimentos de 16,09% no exercício de 2021 (10,31% em 2020); no acumulado do ano a rentabilidade superou a meta estabelecida (meta: 14,46% a.a. - INPC + 3,9% a.a.). O resultado dessa rentabilidade pode ser verificado no retorno líquido dos investimentos.
- As receitas administrativas totais (incluindo investimentos) apresentaram um crescimento de 55,5% em relação ao exercício anterior (R\$ 153.192 em 2021 x R\$ 98.538 em 2020) contribuindo para a formação do resultado no exercício. A redução na constituição de contingências é decorrente da baixa de um processo em reclamações trabalhistas, conforme nota IX.6.
- As despesas administrativas totais apresentaram um aumento de 4,50% (R\$ 53.509 em 2021 x R\$ 51.206 em 2020). No exercício de 2021, houve constituição de fundo administrativo no valor de R\$ 99.584 (R\$ 45.491 em 2020).
- O crescimento no resultado do Plano no período deve-se, principalmente, ao crescimento de 68,88% no resultado contábil líquido de investimentos.

NOTA IX.2

INVESTIMENTOS

IX.2.1 Demonstrativo da Composição da Carteira de Investimentos

Descrição	31/12/2021	31/12/2020	Variação em R\$	Variação em (%)
Fundos de Investimentos	951.220	846.887	104.333	12,32
Fundo de Investimento Renda Fixa	951.220	846.887	104.333	12,32
Investimento em Imóveis	44.113	48.294	(4.181)	(8,66)
Aluguéis e Renda	44.113	48.294	(4.181)	(8,66)
Total do Realizável de Investimentos	995.333	895.181	100.152	11,19

Os valores acima estão líquidos das provisões para perdas.

O aumento da posição em fundos de investimentos em Renda Fixa reflete a valorização ocorrida no período, líquidos dos resgates realizados para cobertura dos compromissos financeiros do Plano.

A posição detida em imóveis apresentou desvalorização em decorrência da reavaliação do ativo ocorrida no último trimestre do exercício.

IX.2.2 Títulos e Valores Mobiliários

A Entidade tem como prática realizar um estudo de ALM (Asset Liability Management) que demonstrou a capacidade econômico-financeira do Plano de suportar o carregamento dos títulos marcados à curva até o seu vencimento sem afetar a liquidez necessária para cumprimento de compromissos, conforme determinado pela Resolução CNPC nº 43, de 6 de agosto de 2021, e posteriores alterações.

No período, não houve reclassificação entre as categorias "Títulos para negociação" e "Títulos mantidos até o vencimento". No exercício de 2021, a Entidade adquiriu 20.000 NTN-Bs, vencimento em 2030, no montante de R\$ 81.713 e 20.000 NTN-Bs, vencimento 2040, no montante de R\$ 86.822, através do fundo de investimentos em renda fixa, que serão levadas até o vencimento.

O quadro abaixo demonstra a carteira de investimentos do Plano de acordo com seus vencimentos, no que couber, e os valores a receber e a pagar não estão incluídos:

PGA							
Natureza/Tipo	Vencimento	2021			2020		
		Quantidade	Valor de Custo	Valor de Mercado	Quantidade	Valor de Custo	Valor de Mercado
Fundos de Investimento	-	423.001.242	561.782	951.220	409.430.411	553.074	846.887
Renda Fixa	-	423.001.242	561.782	951.220	409.430.411	553.074	846.887

IX.2.3 Abertura dos Títulos por Faixas de Vencimento

IX.2.3.1 Mantidos até o Vencimento (HtM)

Em 31/12/2021

Títulos Mantidos até o Vencimento						
Títulos	0-1 Ano	1-5 Anos	5-10 Anos	Acima de 10 Anos	Valor Contábil	Valor Mercado
Investimentos em Renda Fixa	11.944	9.234	93.449	771.028	885.655	1.029.117
Nota do Tesouro Nacional - Série B	11.944	9.234	93.449	771.028	885.655	1.029.117
Total	11.944	9.234	93.449	771.028	885.655	1.029.117

Em 31/12/2020

Títulos Mantidos até o Vencimento						
Títulos	0-1 Ano	1-5 Anos	5-10 Anos	Acima de 10 Anos	Valor Contábil	Valor Mercado
Investimentos em Renda Fixa	-	19.148	4.515	612.481	636.144	1.010.709
Nota do Tesouro Nacional - Série B	-	19.148	4.515	612.481	636.144	1.010.709
Total	-	19.148	4.515	612.481	636.144	1.010.709

IX.2.3.2 Disponíveis para Negociação (MtM)

Em 31/12/2021

Títulos Disponíveis para Negociação						
Títulos	0-1 Ano	1-5 Anos	5-10 Anos	Acima de 10 Anos	Indeterminado	Valor Total
Investimentos em Renda Fixa	10.402	54.834	-	-	-	65.236
Nota do Tesouro Nacional - Série B	2.204	-	-	-	-	2.204
Nota do Tesouro Nacional - Série F	-	-	-	-	-	-
Letra Financeira do Tesouro - LFT	8.198	54.608	-	-	-	62.806
Letra do Tesouro Nacional - LTN	-	226	-	-	-	226
Total	10.402	54.834	-	-	-	65.236

Em 31/12/2020

Títulos Disponíveis para Negociação						
Títulos	0-1 Ano	1-5 Anos	5-10 Anos	Acima de 10 Anos	Indeterminado	Valor Total
Investimentos em Renda Fixa	36.244	174.188	-	-	-	210.432
Nota do Tesouro Nacional - Série B	-	3.268	-	-	-	3.268
Letra Financeira do Tesouro - LFT	32.536	170.921	-	-	-	203.457
Letra do Tesouro Nacional - LTN	3.708	-	-	-	-	3.708
Total	36.244	174.188	-	-	-	210.432

IX.2.4 Títulos Mantidos até o Vencimento

Abertura da Alocação - Marcação até o Vencimento				
Descrição	Em 31/12/2021	Em 31/12/2020	Variação em R\$	Variação (%)
Investimentos em Renda Fixa	885.655	636.144	249.511	39,22
Nota do Tesouro Nacional - Série B	885.655	636.144	249.511	39,22

Não estão sendo considerados no quadro acima os valores de CPR (contas a pagar e a receber) dos fundos.

IX.2.5 Títulos Disponíveis para Negociação

O quadro abaixo demonstra os títulos que poderão não ser levados até seu vencimento e, portanto, estão marcados a mercado na carteira de investimentos do Plano de Benefícios:

Abertura da Alocação - Marcação a Mercado				
Descrição	Em 31/12/2021	Em 31/12/2020	Variação em R\$	Variação (%)
Nota do Tesouro Nacional - Série B	2.204	3.267	(1.063)	(32,54)
Letra do Tesouro Nacional - LTN	226	3.708	(3.482)	(93,91)
Letra Financeira do Tesouro - LFT	62.806	203.457	(140.651)	(69,13)
Total	65.236	210.432	(145.196)	(69,00)

Não estão sendo considerados no quadro acima os valores de CPR (contas a pagar e a receber) dos fundos.

IX.2.6 Investimentos Imobiliários

A Entidade possui um imóvel de uso registrado no seu Plano de Gestão Administrativa (PGA), sendo que 85,75% estão destinados para investimentos.

No encerramento do exercício de 2021, o Conselho Deliberativo da Entidade aprovou a reavaliação da carteira de imóveis, posicionada em 30/11/2021, pela Binswanger Brazil, CNPJ nº 03.234.049/0001-05, com sua matriz situada na Rua Libero Badaró, 377, 24º andar, CJ 2407 Part Centro, São Paulo/SP. Os avaliadores basearam-se em pesquisa de mercado de imóveis assemelhados e por comparação da equivalência de situação, tempo e características, além de suas respectivas análises. A reavaliação da carteira causou impacto contábil negativo na parte do imóvel destinada para investimentos no montante de R\$ 4.194.

Imóvel	Valores antes Reavaliação	Efeito Reavaliação	Valores após Reavaliação	Vida útil Remanescente
Edificações Locadas a Terceiros	48.068	(4.194)	43.874	
Terrenos - 1.02.03.07.04.03.01	18.921	6.883	25.804	
Construções - 1.02.03.07.04.03.02	29.147	(11.077)	18.070	30

A parte do Edifício General Alencastro registrada no imobilizado, destinada para uso próprio, não foi objeto de reavaliação e está sendo depreciada de forma linear de acordo com o que prevê a Instrução Previc nº 31/2020 e normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade.

NOTA IX.3

CRITÉRIOS DE RATEIO

IX.3.1 Apuração do Rateio

O critério de rateio, aprovado pelo Conselho Deliberativo da Entidade, considera as despesas administrativas comuns de acordo com o apontamento das áreas operacionais da Fundação Sistel, por meio de critério em que apontam percentual de dedicação às Gestões Previdencial, do Fundo PAMA e aos Investimentos. Com base nessas informações, as despesas comuns de cada área gestora são atribuídas às gestões, sendo que para a Gestão Previdencial os valores a serem contabilizados para cada Plano de Benefícios são calculados em função do número de Participantes e Assistidos de cada um deles em relação ao total dos Participantes e Assistidos de todos os Planos. Para a Gestão do Fundo PAMA, não há necessidade de rateio, pois é o único Plano dessa categoria. Já para as despesas administrativas apontadas como relativas aos Investimentos, o rateio leva em consideração os Recursos Garantidores (Recursos Garantidores = Disponível + Realizável de Investimentos – Exigível de Investimentos – Exigível Contingencial de Investimentos) de cada Plano em relação ao total de todos os Planos.

IX.3.2 Apuração das Despesas Comuns e Específicas

Para o cálculo das despesas administrativas atribuídas a cada Plano de Benefícios, a Entidade utiliza o módulo contábil e há um controle que é realizado em sistema extra contábil. O cálculo e a distribuição dessas despesas consideram também suas naturezas, sendo divididas em: Comuns e Específicas. As despesas administrativas comuns são aquelas relacionadas a dois ou mais Planos de Benefícios, necessitando aplicar um critério de rateio para a atribuição do valor de responsabilidade de cada um dos Planos envolvidos, enquanto as despesas administrativas específicas são exclusivas de um determinado Plano de Benefícios, dispensando qualquer forma de rateio.

NOTA IX.4

PARTICIPAÇÃO DOS PLANOS NO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

A Fundação Sistel adota um controle individualizado dos fundos administrativos contabilizados no PGA por Plano de Benefícios. Portanto, os Fundos de Garantia do Custeio Administrativo constituídos para cada Plano representam o resultado da diferença entre os valores aportados de custeio administrativo adicionado dos rendimentos de aplicação dos recursos do fundo administrativo e deduzido das despesas administrativas apropriadas a cada Plano de Benefícios. Conforme determina a Instrução Previc nº 31/2020 e posteriores alterações, ao final de cada mês, a Fundação Sistel registra, na contabilidade de cada Plano de Benefícios, sua participação no fundo administrativo registrado no PGA, utilizando as contas "Participação no Plano de Gestão Administrativa", no Ativo, e "Participação no Fundo Administrativo do PGA", no Passivo. Essa contabilização está evidenciada nos balancetes dos Planos de Benefícios.

O quadro a seguir demonstra a participação de cada Plano no Fundo Administrativo da Entidade:

Nome do Plano	31/12/2021	31/12/2020	Varição em R\$	Varição (%)
PBS-A - Plano de Benefícios Sistel Assistidos	771.001	696.651	74.350	10,67
PBS - Telebras	69.267	60.816	8.451	13,90
PBS - CPQD	1.569	1.402	167	11,90
PBS - Sistel	613	550	63	11,48
CPqDPrev	60.614	53.508	7.106	13,28
TelebrasPrev	73.385	64.764	8.621	13,31
InovaPrev	10.213	9.387	826	8,80
Participação dos Planos no PGA	986.662	887.078	99.584	11,23

NOTA IX.5

ATIVO IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

O ativo imobilizado e intangível da Entidade é registrado pelo custo de aquisição e ajustado pela depreciação/amortização acumulada no período, incluindo a parte de imóvel para uso, conforme previsto na Instrução Normativa Previc nº 31/2020. O cálculo é realizado em função da vida útil do bem com base na expectativa de utilização do respectivo ativo e o método de depreciação é calculado pelo método linear. O quadro abaixo demonstra as principais movimentações ocorridas no exercício de 2021:

Saldo Exercício Anterior	Saldo Exercício Anterior	Aquisições	Depreciação Amortização	Reavaliação	Baixas	Realocação	Saldo Atual
Máquinas e Equipamentos	72	-	(9)	-	-	(37)	26
Veículos	431	-	(72)	-	(90)	-	269
Hardware em Geral	10	295	(81)	83	-	37	344
Terrenos	3.440	-	-	-	-	32	3.472
Construções	5.297	-	(206)	-	-	49	5.140
Total	9.250	295	(368)	83	(90)	81	9.251

NOTA IX.6

EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

A Entidade segue os critérios estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC nº 25 - Provisões, Passivos e Ativos Contingentes. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos internos e externos, procede à análise das demandas judiciais e administrativas pendentes e constitui provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso. As variações existentes no exigível contingencial decorrem do ingresso, encerramento e reavaliação de processos, bem como da correção monetária mensal realizada. A seguir, demonstram-se as provisões contingenciais correspondentes ao Plano de Benefícios nos exercícios de 2021 e 2020:

Provisão	Saldo 31/12/2020	Entradas	Baixas	Reavaliações	Correções	Saldo 31/12/2021	Qnt de movimentações realizadas 2021		
							Entradas	Baixas	Reavaliação
PIS/COFINS RET	3.981	-	-	-	40	4.021	-	-	-
Reclamações Trabalhistas	485	-	(255)	-	23	253	-	1	-
PIS/COFINS Lei 9.718	35.171	-	-	-	-	35.171	-	-	-
Demandas Tributárias FNDE	21	-	-	-	1	22	-	-	-
DIRF 2001 - Auto de Infração	1.724	-	-	-	77	1.801	-	-	-
Total	41.382	-	(255)	-	141	41.268	-	1	-

No encerramento do exercício de 2021, a Administração avaliou que os valores registrados nos seus passivos por demandas judiciais e administrativas estão adequados. Abaixo estão descritos os principais passivos por demandas judiciais e administrativas.

PIS/COFINS RET – refere-se aos valores questionados pela Receita Federal do Brasil da base de cálculo de janeiro de 1995 a março de 2001. A provisão contabilizada corresponde a 100% dos valores calculados pela Receita Federal do Brasil. Os valores calculados referentes a esses tributos, desde então, foram depositados judicialmente.

Reclamações Trabalhistas – trata-se de ações ingressadas por ex-empregados da Fundação Sistel reclamando verbas trabalhistas. Conforme as decisões judiciais, se desfavoráveis à Sistel em primeira ou segunda instância é elaborada provisão.

PIS/COFINS Lei 9.718 – constituída em face da inconstitucionalidade da Lei 9.718 julgada pelo Supremo Tribunal Federal no ano de 2005. Visando o não pagamento destes tributos, no ano de 2007 a Fundação Sistel ingressou com mandado de segurança perante a 2ª Vara Federal do Distrito Federal. Logo após, em 2008, foi protocolada sentença desfavorável à Sistel que entrou com recurso de apelação diante do TRF da 1ª Região que ainda aguarda julgamento. Os valores calculados desde então passaram a ser pagos judicialmente até dezembro/2014.

Demandas Tributárias – trata-se de demanda em que se requer que seja reconhecido o direito da Fundação Sistel de deixar de recolher a Contribuição ao salário educação, cobrada indevidamente à alíquota de 2,5% sobre a folha de salários. A sentença rejeitou os pedidos e condenou a Sistel ao pagamento de honorários advocatícios, em decorrência dos recursos da Sistel, houve nova decisão majorando a condenação dos honorários em 2%. Com isso, devido à condenação em honorários advocatícios, conforme decisões dos autos, a provisão foi devidamente constituída. Em novembro/2021, a conta "Demandas Tributárias" foi baixada e criadas duas novas contas: "FNDE – Salário Educação" (PGA) e "Taxas Prediais" (PBS-A), e parte da provisão foi dividida entre essas novas contas.

DIRF 2001 – Auto de Infração – trata-se de processo administrativo originado de auto de infração lavrado em 14/06/2004 para a cobrança de multa no valor de R\$ 531.351,44 pelo atraso na entrega da Declaração do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte - DIRF de 2002, no percentual de 2% sobre o montante do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte - IRRF durante o ano-calendário de 2001. Assim, a provisão foi constituída no valor da multa arbitrada. O quadro abaixo demonstra o montante de ações classificadas como "possíveis" no PGA.

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Quantidade	Valor em R\$	Quantidade	Valor em R\$
Reclamações Trabalhistas	3	10	1	5

(*) A quantidade está por litis (pessoa), mas o total de processos com o risco possível e com valores são de 03 processos. Os demais processos não estão classificados com probabilidade de perda possível.

NOTA IX.7

PESSOAL E ENCARGOS

O quadro abaixo demonstra a abertura da rubrica de Pessoal, Encargos e Benefícios comparativa com o exercício anterior:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020	Variação R\$	Variação %
Pessoal e Encargos	29.846	27.603	2.243	8,13
Remuneração e Encargos de Conselheiros	3.466	3.274	192	5,84
Remuneração do Comitê de Auditoria	277	262	15	5,64
Remuneração, Encargos e Benefícios dos Administradores	6.352	5.471	881	16,09
Remuneração, Encargos e Benefícios de Colaboradores	19.749	18.582	1.167	6,28
Remuneração e Benefícios dos Estagiários	2	14	(12)	(86,01)

NOTA IX.8

SERVIÇOS DE TERCEIROS

De forma a possibilitar uma avaliação qualitativa e comparativa dos gastos administrativos da Entidade, estão demonstrados a seguir os valores dos gastos com serviços de terceiros nos exercícios de 2021 e 2020:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020	Variação R\$	Variação %
Consultoria Atuarial - Pessoa Jurídica	798	1.113	(315)	(28,32)
Consultoria Jurídica - Pessoa Jurídica	2.217	2.821	(604)	(21,43)
Consultoria de Investimentos - Pessoa Jurídica	221	136	85	62,13
Honorários Técnicos - RH Pessoa Jurídica	185	310	(125)	(40,35)
Mão de Obra Terceirizada Temporária	356	362	(6)	(1,75)
Manutenção de Hardwares e Softwares	5.651	5.544	107	1,93
Informações Eletrônicas	142	113	29	25,93
Auditoria Contábil	302	332	(30)	(9,09)
Serviços de Teleatendimento	1.037	1.003	34	3,40
Consultoria com Comunicação	278	447	(169)	(37,80)
Total	11.187	12.181	(994)	(8,16)

As despesas com serviços de terceiros apresentaram um decréscimo no montante de R\$ 994 (8,16%) em relação ao ano de 2020.

A Administração

CARLOS ALBERTO CARDOSO MOREIRA

Diretor-Presidente

Diretor de Planejamento e Controle

CPF: 039.464.818-84

WALMIR ALMEIDA RODRIGUES

Diretor de Planejamento e Controle

CPF: 493.203.271-49

EDGAR ALMEIDA SANTOS

Contador CRC/DF 6.881

CPF: 360.921.696-49

Canais de Relacionamento



0800 602 1801



Fale Conosco **www.sistel.com.br**



WhatsApp Sistel **(61) 99829-7496**



[Facebook.com/fundacaosistel](https://www.facebook.com/fundacaosistel)